



RELATÓRIO
DA ADMINISTRAÇÃO E
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
2021

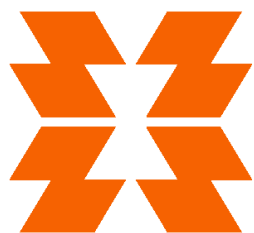


COPEL
Distribuição

PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO





COPEL
Distribuição

Copel Distribuição S.A.
CNPJ/MF 04.368.898/0001-06
Inscrição Estadual 90.233.073-99
Subsidiária Integral da Companhia Paranaense de Energia
www.copel.com copel@copel.com
Rua José Izidoro Biazetto, 158 - Bloco C - Mossunguê - Curitiba - PR
CEP 81200-240

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	4
MENSAGEM DO DIRETOR GERAL.....	5
1. PERFIL ORGANIZACIONAL.....	7
1.1. A Copel Distribuição	7
1.2. Prêmios e Certificações	8
1.3. Copel Distribuição em números	9
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	10
2.1 Estrutura de Governança.....	10
2.2 Integridade.....	11
2.3 Pandemia de Covid-19	13
3. AMBIENTE MACROECONÔMICO.....	15
4. AMBIENTE REGULATÓRIO.....	16
4.1 Revisão Tarifária Periódica – RTP	16
4.2 Tarifa Branca.....	18
4.3 Bandeiras Tarifárias	18
4.4 Crédito Bônus de redução voluntária de consumo	19
4.5 Sobrecontratação	19
4.6 Contrato de Concessão de Distribuição	21
5. DESEMPENHO OPERACIONAL.....	23
5.1 Compra de energia	23
5.2 Mercado de energia	24
5.3 Investimentos.....	25
5.4 Qualidade de Fornecimento	30
5.5 Gestão de perdas de energia	32
6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO.....	34
6.1 Resultado do exercício	34
6.2 Receita Operacional Líquida	35
6.3 Custos e Despesas Operacionais.....	36
6.4 Resultado Financeiro	39
6.5 EBITDA.....	40
6.6 Endividamento	40
6.7 Fluxo de Caixa	41
6.8 Valor Adicionado	42
6.9 Inadimplência de Consumidores	43
7. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA	45
7.1 Responsabilidade Social	45
7.2 Gestão de Pessoas.....	47
7.3 Fornecedores	50
7.4 Clientes	51
7.5 Projetos e impactos sociais	52
7.6 Dimensão Ambiental	54
8. BALANÇO SOCIAL	56
9. COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA.....	59

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	60
BALANÇO PATRIMONIAL	61
BALANÇO PATRIMONIAL	62
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS	63
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	64
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	65
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	66
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	67
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	68
1. CONTEXTO OPERACIONAL	68
2. BASE DE PREPARAÇÃO	71
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	73
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	81
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	81
6. CLIENTES	82
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS	83
8. ATIVOS DE CONCESSÃO	86
9. CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO	87
10. OUTROS CRÉDITOS	88
11. TRIBUTOS	88
12. PARTES RELACIONADAS	93
13. DEPÓSITOS JUDICIAIS	94
14. INTANGÍVEL	94
15. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	95
16. FORNECEDORES	95
17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	95
18. DEBÊNTURES	98
19. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	100
20. ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER	104
21. PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	104
22. DIREITO DE USO DE ATIVOS E PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS	105
23. OUTRAS CONTAS A PAGAR	107
24. PROVISÕES PARA LITÍGIOS E PASSIVO CONTINGENTE	107
25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	112
26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	114
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	117
28. RESULTADO FINANCEIRO	120
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS	120
30. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	129
31. COMPROMISSOS	133
32. SEGUROS	133
33. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	133
34. EVENTOS SUBSEQUENTES	134
COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA	135
RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO	136
PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL	144
PARECER DO CONSELHO FISCAL	145
PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE	146
DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	151

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

2021

MENSAGEM DO DIRETOR GERAL

A Copel Distribuição, vem com grande satisfação, mesmo diante de um ano desafiador, ainda impactado pela pandemia do Covid-19 e pela maior crise hídrica dos últimos 91 anos, apresentar seus resultados de 2021 com o sentimento de superação e dever cumprido.

Na esfera financeira, em 2021, a Copel Distribuição apresentou resultados sólidos, encerrando o exercício com lucro líquido de R\$ 857,9 milhões e EBITDA de R\$ 1,57 bilhão. O contínuo processo de investimentos, controle e revisão de custos, além da dedicação constante à revisão de procedimentos e processos internos e fomento à inovação, mais uma vez mostrou-se assertivo, garantindo a eficiência dos custos mesmo em mais um ano atípico.

Novamente, a Copel Distribuição quebrou o recorde de investimentos, aplicando o montante de R\$ 1,62 bilhão no sistema de distribuição de energia, trazendo maior segurança e confiabilidade aos seus clientes, contribuindo assim para o desenvolvimento social e econômico do Estado do Paraná.

Entre os grandes projetos da companhia destaca-se o “Paraná Trifásico”, o qual teve início em 2020 e prevê a substituição de 25 mil km de redes monofásicas por redes trifásicas protegidas na área rural do estado do Paraná, com um investimento de R\$ 2,8 bilhões em 6 anos. Até 2021, o investimento foi de R\$ 674 milhões na construção de 6.515 km de redes. Para 2022 a previsão é de investir R\$ 400 milhões com o atingimento de 10.150 km de rede.

Na esteira da inovação, merecem destaque dois grandes programas: “Confiabilidade Total”, que utiliza novas tecnologias para operação do sistema de distribuição, abrangendo a melhoria da comunicação, automação de equipamentos, implantação de subestações ou estações de chaves em todos os municípios, implantação de transferência automática em todas as subestações, redução do número de consumidores por circuito e de reconfiguração automática de rede, com investimento de R\$ 156,3 milhões até 2021; e “Rede Elétrica Inteligente”, que iniciou a implantação massiva dos medidores inteligentes, com a substituição de 185 mil medidores em 2021, dando continuidade à implantação da rede de distribuição mais moderna do Brasil, com o investimento previsto de R\$ 252 milhões até 2022.

Alinhada ao referencial estratégico, a companhia trabalha no desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços e na melhoria dos já existentes, que promovem mudanças que tragam benefícios para a organização. Uma das ações para incentivo à inovação, é o “Programa +DIS_ai”, onde as ideias e soluções são sugeridas pelos empregados, e que estão transformando a forma de trabalhar. As propostas implementadas são reconhecidas em público no Painel de Inovação e os empregados são homenageados na semana InovaDIS, evento que resume todo o movimento de fomento à inovação que permeia a Companhia.

Na Gestão de Pessoas, a Companhia investe na capacitação e desenvolvimento profissional, com foco na sustentabilidade dos negócios e o aumento da competitividade. Ao mesmo tempo, pratica a meritocracia e o reconhecimento aos seus profissionais, por meio dos programas relacionados à estrutura de carreira e remuneração e aos benefícios complementares. Em relação aos terceirizados, também é estendida a preocupação com capacitação como extensão do investimento no desenvolvimento da nossa força de

trabalho.

Destacamos também o Projeto Transformação Cultura da DIS, iniciado em março de 2021, que tem como objetivo promover ações a partir do mapeamento da cultura atual em direção à cultura desejada, para fazer frente às exigências do setor elétrico e aos objetivos estratégicos do negócio.

Outro ponto a ser celebrado é que fomos reconhecidos como a melhor distribuidora de energia do Brasil na opinião dos consumidores paranaenses, bem como alcançamos o primeiro lugar na gestão econômico-financeiro entre as empresas do setor. Estas premiações, concedidas pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, representam também o reconhecimento da sociedade civil, instituições e, principalmente, nossos clientes.

Na linha de gestão de pessoas a Copel Distribuição foi certificada pela GPTW - *Great Place to Work* como uma das melhores empresas para se trabalhar no Paraná.

Diante de resultados expressivos e consistentes em tantas frentes, é preciso reconhecer a determinação, coragem e ousadia de cada empregado da DIS e agradecer todo o time pela dedicação e pelo protagonismo que fazem a nossa empresa mais inovadora e mais forte a cada dia.

Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral da Copel Distribuição

1. PERFIL ORGANIZACIONAL

1.1. A Copel Distribuição

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia) é uma das mais destacadas distribuidoras de energia do setor elétrico do país. Sua área de concessão abrange 1.113 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente.

	2021	2020	2019
Área de concessão Km	194.854	194.854	194.854
Consumo residencial médio ²	168	170	165
População atendida ³ - Urbana	9.861	9.793	9.714
População atendida ³ - Rural	1.372	1.362	1.325

¹ KWh/ano / ² em milhares de habitantes

Participação de Mercado Fio	2021	2020	2019
Brasil ¹	6,2%	6,2%	6,2%
Sul ¹	33,4%	33,3%	33,7%
Paraná ²	97,0%	97,0%	97,7%


¹Fonte: EPE - Empresa de Pesquisa Energética / ²Dado estimado

A Companhia opera e mantém as instalações nos níveis de tensão até 138kv e sua participação no mercado está apresentada no quadro ao lado.

Referencial Estratégico

A Companhia adota as diretrizes expressas no referencial estratégico da Controladora, que balizam sua gestão e orientam todas as ações e decisões internas e externas.

São elas:

MISSÃO
 Prover energia e soluções para o desenvolvimento com sustentabilidade. 

VISÃO
 Ser referência nos negócios em que atua gerando valor de forma sustentável.

VALORES

Ética

Respeito às pessoas

Dedicação

Transparência

Segurança e Saúde

Responsabilidade

Inovação

Ética

- Resultado de um pacto coletivo que define comportamentos individuais alinhados a um objetivo comum.

Respeito às pessoas

- Consideração com o próximo.

Dedicação

- Capacidade de se envolver de forma intensa e completa no trabalho, contribuindo para a realização dos objetivos da organização.

Transparência

- Prestação de contas das decisões e realizações da empresa para informar seus aspectos positivos ou negativos a todas as partes interessadas.

Segurança e Saúde

- Ambiente de trabalho saudável, em que os trabalhadores e os gestores colaboram para o uso de processo de melhoria contínua da proteção e promoção da segurança, saúde e bem-estar de todos.

Responsabilidade

- Condução da vida da empresa de maneira sustentável, respeitando os direitos de todas as partes interessadas, inclusive das futuras gerações, e o compromisso com a sustentação de todas as formas de vida.

Inovação

- Aplicação de ideias em processos, produtos ou serviços, de forma a melhorar algo existente ou construir algo diferente e melhor.

1.2. Prêmios e Certificações

O compromisso da Copel Distribuição com a qualidade foi reconhecido através dos seguintes prêmios/certificações:

- **Prêmio Abradee:**

Melhor distribuidora de energia do Brasil na opinião dos consumidores;

- **Prêmio Abradee:**

Gestão econômico-financeira (categoria ouro);

- **Prêmio Abraconee:**

3º Lugar - Melhor divulgação das Demonstrações Financeiras de 2020 (categoria bronze).

Certificado pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor Elétrico

- **Prêmio CIER:**

Melhor Distribuidora (categoria bronze).

Certificado pela Comisión de Integración Energética Regional - CIER América Latina.

- **Prêmio ANEEL de Qualidade região Sul**

2º lugar nacional

- **Prêmio ANEEL de Ouvidoria**
1º lugar
- **Prêmio Sesi ODS**
Prevenção e combate a pandemia da Covid-19 e ações pós-pandemia
Sesi - Serviço Social da Indústria
- **GPTW – Great Place to work**
Copel Distribuição recebeu a certificação GPTW e também foi a 13ª colocada entre as melhores empresas do Paraná.
- **Prêmio Abrasca**
Reconhece os melhores relatórios e práticas de reporte corporativo do Brasil.
3º lugar - Melhor divulgação das Demonstrações Financeiras de 2020

1.3. Copel Distribuição em números

R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020	2019	Δ% 2021/2020	Δ% 2020/2019
Indicadores Contábeis					
Ativo total	20.804.701	20.407.086	13.434.521	1,9	51,9
Caixa e equivalentes de caixa	393.317	1.461.797	1.372.666	(73,1)	6,5
Títulos e Valores Mobiliários	822	1.543	1.506	(46,7)	2,5
Dívida total	3.379.348	2.555.404	2.537.419	32,2	0,7
Dívida líquida	2.985.209	1.092.064	1.163.247	173,4	(6,1)
Receita operacional bruta	24.549.922	18.604.348	18.339.534	32,0	1,4
Deduções da receita	(9.713.528)	(7.051.452)	(7.938.233)	37,8	(11,2)
Receita operacional líquida	14.836.392	11.552.896	10.401.301	28,4	11,1
Custos e despesas operacionais	(13.669.380)	(9.864.418)	(9.579.917)	38,6	3,0
Resultado das atividades	1.167.012	1.688.478	821.384	(30,9)	105,6
EBITDA ou LAJIDA	1.573.644	2.063.329	1.164.981	(23,7)	77,1
Resultado financeiro	66.469	1.043.981	81.243	(93,6)	1.185,0
IRPJ/CSLL	(375.597)	(878.278)	(201.236)	(57,2)	336,4
Lucro (Prejuízo) Operacional	1.233.481	2.732.459	902.627	(54,9)	202,7
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	857.884	1.854.181	701.391	(53,7)	164,4
Patrimônio líquido	7.558.556	7.212.914	6.012.244	4,8	20,0
Juros sobre o capital próprio, brutos	103.249	131.000	313.000	(21,2)	(58,1)
Juros sobre o capital próprio, líquidos	87.762	111.350	266.050	(21,2)	(58,1)
Dividendos	304.246	749.736	86.793	(59,4)	763,8
Indicadores Econômico-Financeiros					
Liquidez corrente (índice)	1,3	1,2	1,9	8,3	(36,8)
Liquidez geral (índice)	1,1	1,1	1,0	-	10,0
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	10,6	17,9	11,2	-7,3 p.p.	6,7 p.p.
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	44,7	35,4	42,2	9,3 p.p.	-6,8 p.p.
Margem líquida % ¹	5,8	16,0	6,7	-10,2 p.p.	9,3 p.p.
Rentabilidade do patrimônio líquido % ²	11,9	30,8	11,9	-18,9 p.p.	18,9 p.p.

¹Lucro ou prejuízo líquido ÷ ROL / ²Lucro ou prejuízo ÷ PL inicial

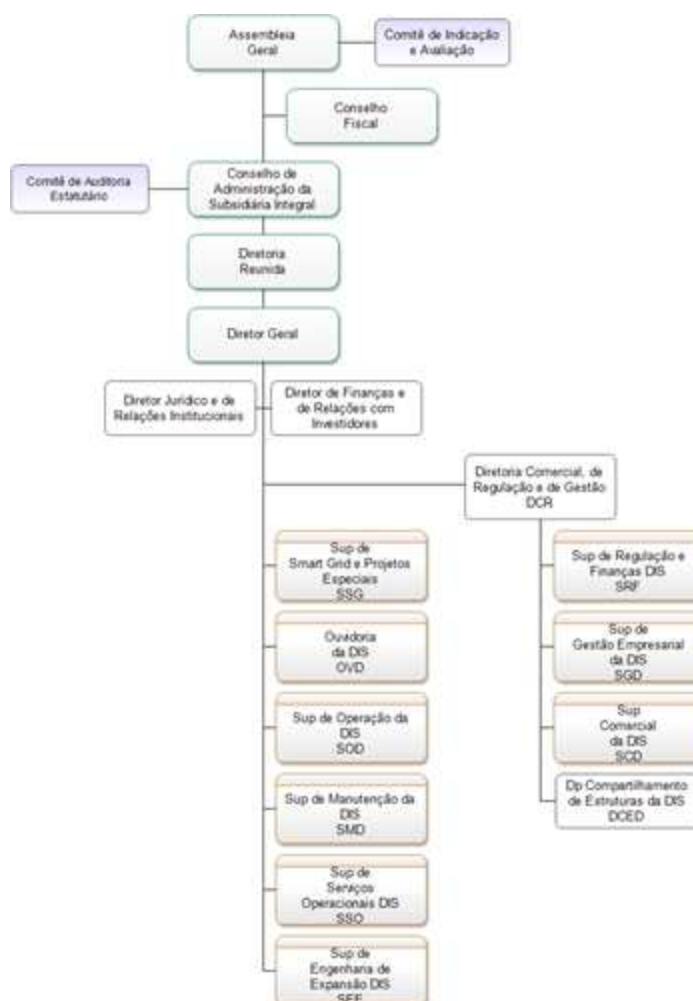
2. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Copel Distribuição segue as diretrizes de governança corporativa da sua Controladora, que abrange um conjunto eficiente de mecanismos, tanto de incentivos quanto de monitoramento, a fim de assegurar que o desempenho dos administradores esteja sempre alinhado com o melhor interesse da Copel, dos stakeholders e do governo paranaense.

Atualmente, a Controladora está listada no Nível 2 de Governança da B3 (bolsa de valores do Brasil), atende aos dispositivos das Leis Federais nº 6.404/1976 e nº 13.303/2016, às regras da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e às demais legislações aplicáveis no Brasil. No exterior, a Controladora cumpre as normas da *Securities and Exchange Commission - SEC* e da *New York Stock Exchange - NYSE*, nos Estados Unidos; e do Latibex, da *Bolsa y Mercados Españoles*, na Espanha. Os principais documentos e políticas de governança da Companhia podem ser conferidos no endereço eletrônico da Copel.

2.1 Estrutura de Governança

A Copel Distribuição segue práticas e políticas de governança adotadas pela Controladora no tocante à Assembleia Geral de Acionistas, Comitê de Indicação e Avaliação, Conselho Fiscal, Conselho de Auditoria Estatutário e Auditoria interna, Comitê de Investimento e Inovação, e Comitê de Desenvolvimento Sustentável.



2.2 Integridade

Programa de Integridade

Um ano depois da promulgação da lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e seu decreto nº 8.420, que definiram obrigações e previsão de sanções, a Controladora criou seu Programa de Integridade, instrumento que permite a gestão integrada dos controles internos, constituindo ambiente planejado para fornecer garantia razoável de que as autorizações e registros das transações contábeis sejam realizados adequadamente, possibilitando, dessa forma, a elaboração e a divulgação de relatórios financeiros em conformidade com as normas vigentes.

A Copel Distribuição segue as diretrizes do Programa de Integridade da sua controladora, que tem objetivo de prevenir, detectar e remediar possíveis atos lesivos que envolvam, por exemplo, a ocorrência de suborno, propina, conflito de interesses, fraudes em processos de licitação e pagamentos, entre outros. Suas regras são aplicáveis a todos os empregados, administradores e conselheiros.

As diretrizes para o tratamento de conflitos de interesses estão descritas nos estatutos sociais e nos regimentos internos dos órgãos estatutários, segundo a legislação aplicável, política específica e as melhores práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC. A Política de Transação com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses indica as regras para que as transações entre partes relacionadas sejam realizadas no melhor interesse da Copel Distribuição, fundamentadas em princípios de independência, competitividade, conformidade, transparência, equidade e comutatividade.

Código de Conduta

O Código de Conduta está em vigor desde 2003 e é revisado periodicamente, passando também por consulta pública a cada quatro anos. O documento incorpora os valores da Copel Distribuição, os princípios do Pacto Global da ONU e de governança corporativa e apresenta conjunto de condutas referentes aos temas de integridade, conformidade, transparência, segurança e saúde, responsabilidade social e ambiental, respeito e relacionamento com os diversos segmentos do meio em que a Companhia atua.

O código é o instrumento orientador dos atos de todas as pessoas que exercem atividades em nome da Copel e suas participações societárias, estabelecendo parâmetros de conduta para empregados, membros da diretoria, dos Conselhos e dos Comitês, estagiários, fornecedores, prestadores de serviços e contratados. Destaca-se que o descumprimento de seus princípios e compromissos sujeita o indivíduo às penalidades previstas em norma de disciplina funcional.

O documento é amplamente divulgado para empregados e administradores da Companhia sendo a entrega do mesmo registrada mediante protocolo de recebimento e também está disponível a todas as partes interessadas no Portal de *Compliance*.

Treinamentos

A Companhia disponibiliza a todos os empregados e administradores treinamentos sobre o Código de Conduta, na modalidade de ensino a distância. As atividades foram desenvolvidas com base nas avaliações de riscos de fraude e corrupção, com o objetivo de atingir as áreas e processos de negócios mais vulneráveis.

Para os administradores, o treinamento é dividido em módulos, em que são abordadas questões relativas ao documento; à Lei Anticorrupção; às Políticas de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses, de Gestão de Riscos, entre outras; ao Controle Interno; e à gestão estratégica de riscos empresariais.

Os empregados participam do Programa Embaixadores de Compliance, dentro do qual, em 2020, foi realizada a capacitação de profissionais das mais diversas áreas, tratando o tema de forma específica às atividades de atuação. Os responsáveis pelos controles internos também passam anualmente por treinamento específico promovido pela Diretoria de Governança, Risco e Compliance da Controladora em parceria com a UniCopel (universidade corporativa da Companhia).

**Práticas
Anti-
corrupção**

Os processos operacionais são avaliados anualmente quanto aos riscos relacionados a erros ou fraudes que possam interferir nos resultados das demonstrações financeiras. Os controles internos são submetidos a testes pela auditoria interna e pelo auditor independente.

Com a mesma periodicidade, as áreas de Gestão de Riscos e Compliance elaboram a Matriz de Riscos de Fraude e Corrupção, com o propósito de identificar os riscos e sua relação com os processos de negócio da Companhia.

Visando adotar as melhores práticas anticorrupção, a Copel aderiu em 2014, à Chamada à Ação para os Governos no Combate à Corrupção e, no ano seguinte, ao Pacto Empresarial pela Integridade e Contra a Corrupção.

A Companhia manifestou, ainda, seu apoio ao movimento da Agenda 2030 da ONU, no esforço de promover a sustentabilidade, a conduta ética e as melhores práticas de governança corporativa, bem como baseia seus princípios na Carta de Princípios de Responsabilidade Social, na Convenção da ONU contra a Corrupção e nas diretrizes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE.

Além disso, cabe ressaltar que a Copel é signatária do Pacto Global das Nações Unidas, cujos princípios englobam o combate à corrupção em todas as suas formas.

**Canais
de
denúncia**

Visando acolher opiniões, críticas, reclamações, denúncias e consultas pessoais, a Copel Distribuição disponibiliza canais de comunicação, que além de contribuir para o combate a fraudes e corrupção, também ampliam o relacionamento da organização com as partes interessadas.

Ouvidoria: aberto a todos os públicos para sugestões, reclamações e denúncias.

Furto de energia ou procedimento irregular: recebe denúncias referentes a fraude ou furto de energia.

Canal de denúncias: aberto para receber denúncias de fraudes, descumprimento de leis, regulamentos e normas internas da Copel.

Comissão de Análise de Denúncias de Assédio – CADAM: recebe questionamentos e denúncias relacionadas a assédio moral. As informações são confidenciais. Tanto o denunciante como o denunciado tem a identidade preservada.

Auditoria Externa Nos termos estabelecidos pela Instrução nº 381/2003 da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em norma interna de Governança Corporativa e sob a revisão e supervisão do Comitê de Auditoria Estatutário, a Companhia possui contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes desde 08.03.2021, para prestação de serviços de auditoria. Os trabalhos necessários à avaliação do ano fiscal se estenderão até 07.09.2022, data que corresponderá ao seu termo, podendo ser prorrogado por mais 42 meses. O valor previsto de contratação para o período 2021-2022 é de R\$ 1.114 mil. A Companhia troca a empresa responsável pela auditoria de suas demonstrações financeiras seguindo o critério de rodízio dos auditores independentes, conforme a Resolução CVM nº 23/2021.

Ao contratar outros serviços de seus auditores externos, a prática da Companhia prevê a análise prévia pelo Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, que deve considerar nesta avaliação se um relacionamento ou serviço prestado por auditor independente: (a) cria interesses conflitantes com o seu cliente de auditoria; (b) coloca-os na posição de auditar o seu próprio trabalho; (c) resulta em atuação em função de gestor ou como empregado do cliente de auditoria; ou (d) coloca-os em posição de advogado para o cliente da auditoria.

O Comitê de Auditoria Estatutário considera ainda, neste tipo de avaliação, se qualquer serviço prestado pela empresa de auditoria independente pode prejudicar, de fato ou aparentemente, a independência da firma. Sempre que necessário, o Comitê de Auditoria Estatutário pode contar com o apoio técnico da Auditoria Interna, ou de consultoria independente, para avaliação técnica que pode ser requerida em cada caso concreto, sendo registradas em atas de reuniões deste colegiado as discussões sobre contratações de outros serviços do auditor independente.

Nos termos estabelecidos pelo artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Copel Distribuição informa que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, auditoria independente da Companhia, após análise prévia do Comitê de Auditoria Estatutária, prestou serviços não relacionados à auditoria independente, durante o exercício encerrado em 31.12.2021, conforme segue:

Natureza	Contratação	Duração
Revisão de Procedimentos Fiscais	08.03.2021	18 meses
Outros Serviços de Auditoria (1)	08.03.2021	18 meses

(1) emissão de relatórios especiais, elaboração de documentos decorrentes de serviços prestados

A Companhia contratou um total de R\$ 42 mil referente aos serviços descritos acima, o que equivale a aproximadamente 3,8% dos honorários relativos aos de serviços de auditoria externa contratados para 2021.

2.3 Pandemia de Covid-19

A alta administração da Copel atuou de forma tempestiva para lidar com a continuidade da pandemia em 2021, tendo encontrado amparo na robusta estrutura de governança corporativa para a tomada de decisão e gestão da crise.

Desde o início da crise sanitária, a Companhia mantém um comitê que avalia periodicamente as ações a serem tomadas considerando o grau de risco de contaminação dentro e fora de suas instalações, bem como as condições de segurança para a saúde dos empregados, incluindo o monitoramento dos dados de vacinação.

Foram emitidas normas visando a garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras. A Comissão de Contingência seguiu monitorando e atuando sobre os pilares de segurança das pessoas; continuidade das atividades essenciais; monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores e preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

A Companhia seguiu em regime de teletrabalho nas áreas em que foi possível adotar esse formato com restrições de viagens, realização de reuniões por videoconferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem-estar dos empregados e adoção de protocolos de contingência, de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica.

Durante a pandemia, o primeiro cuidado da Copel com sua saúde econômico-financeira foi com a manutenção do caixa, tendo em vista a desaceleração da atividade econômica global como consequência das restrições relacionadas ao distanciamento social e isolamento obrigatório.

Visando mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira do setor de distribuição de energia elétrica.

Com relação à vacinação, 95% do quadro funcional já tomaram ao menos a primeira dose, entre os quais 82% já apresentam imunização completa. Diante desses números, a Diretoria Executiva deliberou pelo retorno de todos os empregados às dependências físicas da Copel, com opção de adesão voluntária dos colaboradores para o regime híbrido estabelecido no Programa de Home Office.

3. AMBIENTE MACROECONÔMICO

A economia brasileira iniciou 2021 com diversos sinais de recuperação, contrastando com a queda de 3,9% observada no produto interno bruto de 2020. Após dois anos consecutivos de perdas, a produção industrial registrou avanço de 3,9% no ano, influenciado pelos resultados do segmento de bens de capital.

A queda do número de casos e de óbitos, decorrentes da crise sanitária, e a gradual recuperação da mobilidade urbana, aumentaram a demanda por serviços, se refletindo no aumento das vagas de trabalho formal e consequente redução das taxas de desemprego, que encerram o ano em percentuais abaixo do verificado em 2020, porém, acima do período pré-pandemia.

Passados os períodos críticos de restrições da pandemia, impactando na queda da demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia retomou seu crescimento, o que é um reflexo da recuperação da economia brasileira. De acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% no acumulado no ano, em relação ao mesmo período de 2020.

A crise hídrica impactou severamente nos custos de energia elétrica e que, por sua vez, pressionou os indicadores econômicos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%, (4,52% em 2020), sendo que a projetada era de 3,32% (meta de 3,75%). A projeção da taxa Selic, que era de 3,0%, foi a 9,25% (2,0% em 2020), como forma de contenção ao aumento da inflação.

Quanto ao Produto Interno Bruto - PIB, encerra 2021 com crescimento de 4,6%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acima do esperado de 3,4% e contrastando com a queda de 3,9% observada no PIB de 2020, impulsionado pelos setores da indústria e serviço,

No âmbito estadual, a produção da indústria registrou crescimento muito acima do observado na média nacional, alavancando assim o resultado do PIB paranaense. No setor comercial, houve expansão das vendas no acumulado do ano, revertendo os resultados desfavoráveis do ano anterior. Por outro lado, a produção agrícola sofreu efeito negativo intenso devido à estiagem prolongada, escassez hídrica e altas temperaturas.

Assim, o desempenho da economia paranaense apresentou trajetória de recuperação, em linha com a economia brasileira, consolidando o Paraná como a quarta unidade da federação que mais criou empregos formais durante o ano, segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do Ministério do Trabalho.

4. AMBIENTE REGULATÓRIO

O ano de 2021 foi especialmente desafiador, considerando a manutenção do enfrentamento do Covid-19 e o cenário de escassez hídrica decorrente das piores sequências hidrológicas de todo o histórico de vazões dos últimos 91 anos no Brasil.

Entre outras ações, o Governo Federal, através da Medida Provisória nº 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, determinou a transferência de parte dos recursos destinados aos programas de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e de Eficiência Energética (PEE) à conta CDE, em benefício da modicidade tarifária.

A crise hídrica demandou aumento na importação de energia e maior escala de produção das usinas térmicas, com elevado custo de geração, o que levou a um novo reajuste nos valores das bandeiras tarifárias.

Desta forma, foi criada pelo Governo Federal, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética - CREG (Medida Provisória nº 1.055/2021), com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para a otimização do uso dos recursos hidroenergéticos, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no Brasil.

Entre as medidas adotadas pelo CREG, para fazer frente aos elevados custos, está a criação de um patamar excepcional e temporário de bandeira tarifária, a bandeira de Escassez Hídrica, isentando, nesse caso, os consumidores beneficiários da Tarifas Social de Energia Elétrica – TSEE.

Outra medida tomada foi a implementação do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para os consumidores do grupo B, com a criação de um bônus em função da economia em, no mínimo, 10% o consumo de energia nos meses de setembro a dezembro de 2021, em relação ao mesmo período de 2020.

Por fim, outras tratativas no Setor Elétrico, em 2021, merecem destaque, tais como: a Resolução Normativa nº 1000/2021, que consolida as principais regras da Aneel para a prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica, na qual estão dispostos os direitos e deveres dos consumidores; o avanço de discussões de reformas no setor de energia elétrica; e a consolidação dos atos normativos relativos à “Regulação Econômico-Financeira – Regulamentação das operações”, por meio da Resolução Normativa nº 948/2021, que impacta nas metas do contrato de concessão a partir de 2021.

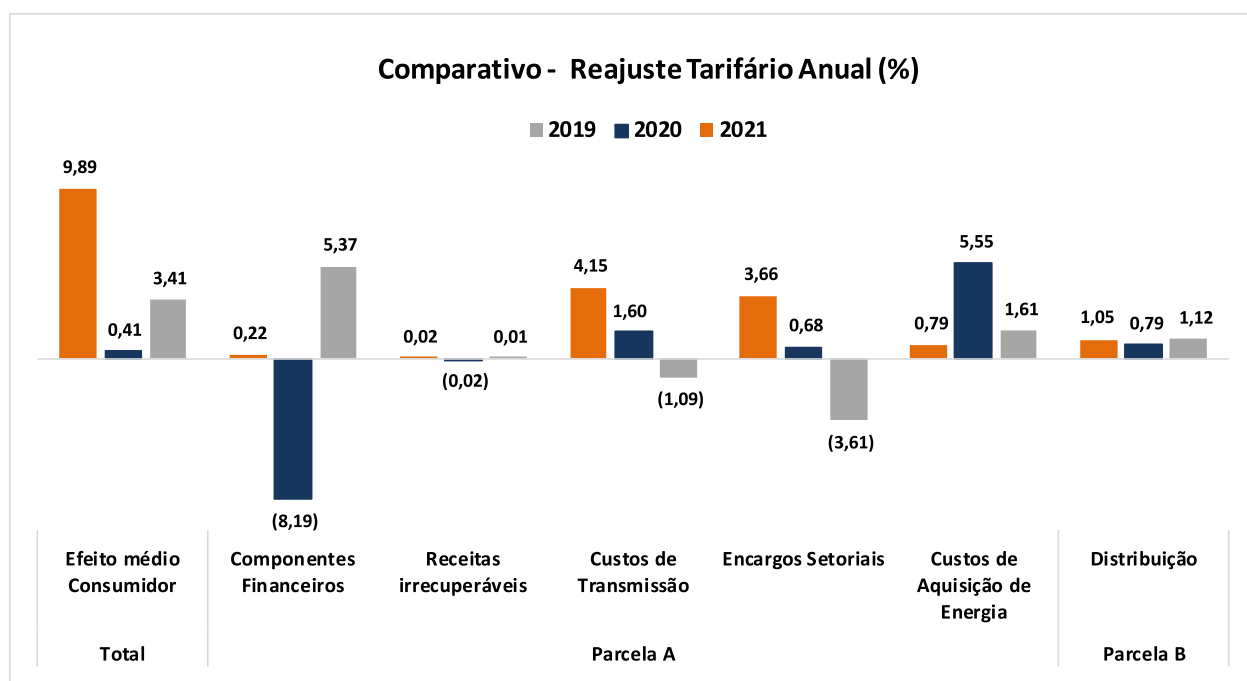
4.1 Revisão Tarifária Periódica – RTP

No processo de Revisão Tarifária Periódica, são repassados aos consumidores os custos não gerenciáveis (Parcela A), que abrangem os custos relacionados à aquisição de energia elétrica, uso dos sistemas de transmissão, encargos setoriais e receitas irrecuperáveis; além de reposicionados os custos da Parcela B, relacionados à operação e manutenção, depreciação e remuneração do investimento, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado, os níveis de tarifas observados em empresas similares, os estímulos à eficiência e à modicidade das tarifas.

Em junho de 2021, através da Resolução Homologatória nº 2.886/2021, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) homologou a Revisão Tarifária Periódica da Copel Distribuição S.A, que correspondeu ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores de 9,89%, sendo, em média, 9,57% para os consumidores conectados em alta tensão e 10,04% para os consumidores conectados em baixa tensão.

Classe de consumo - consumidores cativos			
	Baixa tensão em média	Alta tensão em média (indústrias)	Efeito médio para consumidor
2021	10,04%	9,57%	9,89%
2020	0,05%	1,13%	0,41%
2019	2,92%	4,32%	3,41%

O gráfico abaixo demonstra os componentes tarifários, comparativo dos últimos três anos:



4.1.1 Base de Remuneração Regulatória - BRR

A BRR corresponde ao montante de investimentos realizados pelas distribuidoras ao longo do ciclo tarifário, utilizados na prestação dos serviços, os quais passam a ser vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica no processo de Revisão Tarifária Periódica - RTP, após homologação pela Aneel.

A BRR líquida da Copel Distribuição na RTP de 2021, detalhada na Nota Técnica no 135/2021-SGT/ANEEL, foi homologada em R\$ 8.362.118, 69,9% superior à RTP anterior, ocorrida em 2016. A remuneração do capital atingiu R\$ 985.624, taxa de 10,64% antes dos impostos, e a Quota de Reintegração Regulatória – QRR, que tem por finalidade recompor os ativos relacionados à prestação do serviço ao longo da sua vida útil, foi de R\$ 438.786, taxa média de 3,73%.

4.2 Tarifa Branca

Desde 1º de janeiro de 2018 está em vigor a Tarifa Branca, modalidade tarifária que apresenta variação do valor da energia conforme o dia e o horário do consumo. A intenção da Tarifa Branca é permitir ao consumidor racionalizar o consumo de energia nos horários de ponta e estimular a utilização nos períodos de baixa demanda.

Esta modalidade é oferecida para as unidades consumidoras de baixa tensão (127, 220, 380 ou 440 Volts), denominadas de grupo B, e também para aquelas atendidas em alta tensão, pertencentes ao grupo A optantes da tarifa de baixa tensão.

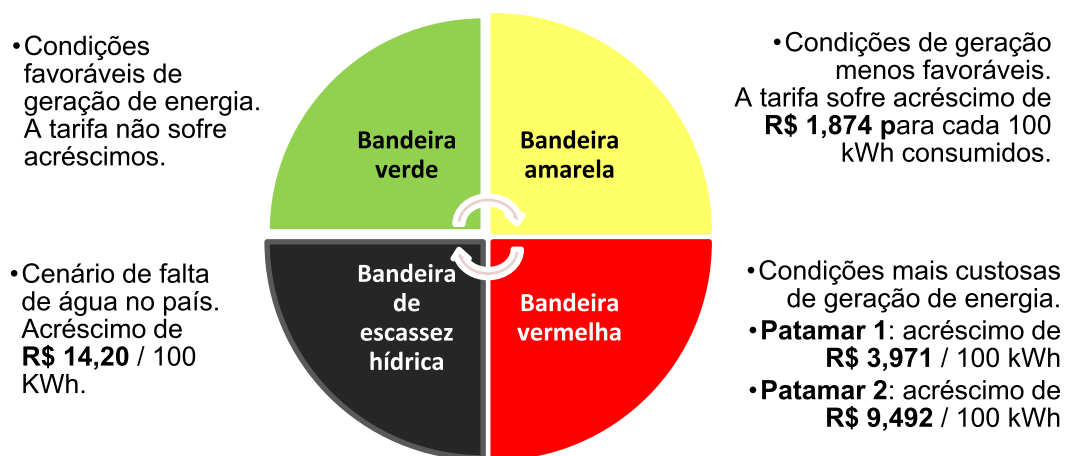
As condições para aplicação da tarifa branca estão estabelecidas na Resolução Normativa ANEEL 733/2016.

4.3 Bandeiras Tarifárias

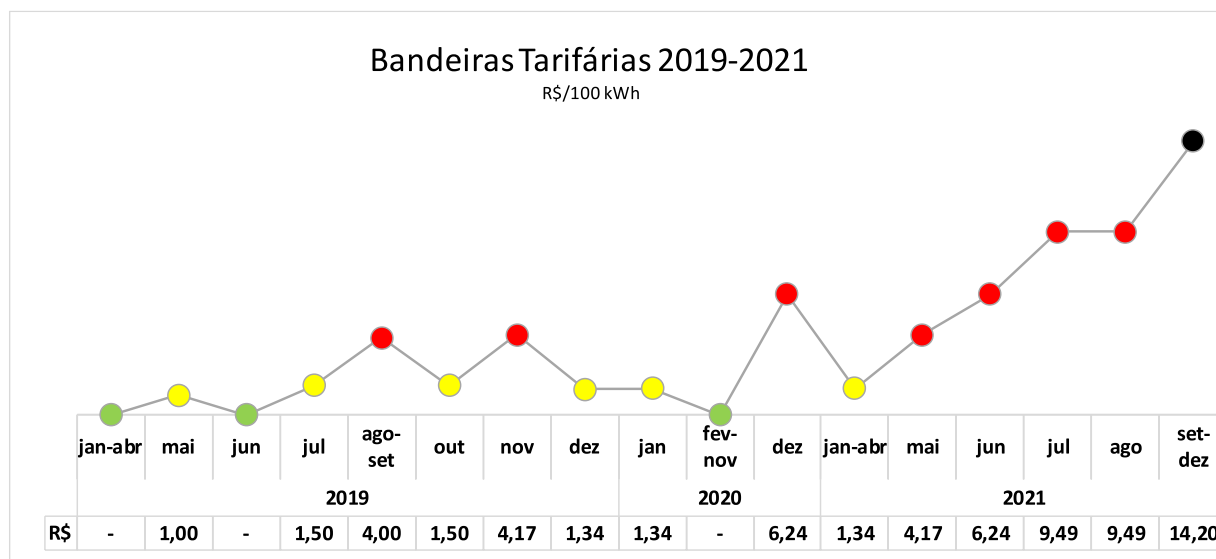
O sistema de bandeiras tarifárias tem como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no SIN, por meio da cobrança de valor adicional na Tarifa de Energia - TE, permitindo a oportunidade de adequação de seu consumo ao preço real da energia elétrica. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Em agosto/2021, devido à crise hídrica que assolou o país, foi criada a bandeira de Escassez Hídrica, inicialmente para o período de setembro/2021 a abril/2022. A medida isenta os consumidores beneficiários da Tarifas Social de Energia Elétrica - TSEE), que continuam a pagar o valor da bandeira tarifária (da amarela à vermelha patamar 2), quando acionada, com os descontos a que já tinham direito.

Os valores das bandeiras tarifárias são publicados pela Aneel, em norma específica.



O gráfico demonstra o histórico de bandeiras tarifárias e valores cobrados nos últimos 3 anos:



4.4 Crédito Bônus de redução voluntária de consumo

Em função do cenário de escassez hídrica vivenciado ao longo dos últimos anos, o Governo Federal propôs a criação do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG), com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem seu consumo de energia e, desta forma, evitar a contratação de usinas mais caras.

O Programa tem por finalidade a concessão de bônus aos consumidores que apresentarem redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021, com benefício de cinquenta reais para cada 100kW reduzidos no consumo.

Os consumidores aptos a receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

Para os consumidores elegíveis, o crédito será realizado nas faturas em 2022 e sua realização ocorrerá pela efetiva arrecadação.

4.5 Sobrecontratação

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, que determinam que estas devem adquirir o volume necessário para o atendimento de 100% de seu mercado.

A verificação do atendimento da totalidade do mercado considera o período compreendido pelo ano civil, sendo a diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a Distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado.

Entretanto, caso as distribuidoras apurem níveis de contratação inferiores ou superiores aos limites regulatórios, estas ainda poderão manter a garantia de neutralidade, caso se identifique que tal violação decorre de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, que não permitem gerenciamento por parte do comprador.

Nos últimos anos, o segmento de distribuição esteve exposto a um cenário de sobrecontratação generalizada, à medida que a maioria das empresas apurou nível de contratação superior a 105%. Vários dos fatores que contribuíram para esta situação são extraordinários e inevitáveis por parte das distribuidoras, dentre os quais se destacam: a alocação compulsória de cotas de garantia física, a migração em massa de consumidores para o mercado livre, e os efeitos no mercado das medidas governamentais de isolamento social implementadas no combate a pandemia da Covid-19.

A Agência Reguladora e o Ministério de Minas e Energia vêm estabelecendo, através da emissão de Resoluções e Decretos, uma série de medidas que visam a mitigação da sobrecontratação, tais como: reconhecimento da sobrecontratação involuntária, mecanismos de compensação de sobras e déficits de energia nova, regulamentação de acordos bilaterais entre distribuidoras e geradores, mecanismos de venda de excedentes de energia elétrica pelas distribuidoras, entre outros. Em 2020 foi emitido o Decreto nº 10.350/2020 que, dentre outras medidas, alterou o Decreto nº 5.163/2004, reconhecendo a involuntariedade das exposições contratuais decorrentes da redução de carga pelos efeitos da pandemia da Covid-19, apuradas conforme regulamentação da Aneel.

Em relação a contratação, em 2021, os indicadores da Copel Distribuição se mantiveram dentro dos limites regulatórios de 100% a 105% durante os quatro primeiros meses do ano. A partir de maio e ao longo dos meses seguintes houve gradativa elevação nos níveis de contratação, levando a distribuidora a um cenário de sobrecontratação, ocasionados, sobretudo, pela manutenção dos efeitos da pandemia, com retração do mercado, além das migrações ao mercado livre

Neste período, prevaleceu a constante avaliação dos indicadores e cenários de contratação, em que a Distribuidora buscou ao limite a manutenção do direito ao reconhecimento da involuntariedade da sobrecontratação, exercendo o “Máximo Esforço” na adequação do seu nível de contratação aos limites regulatórios. Tão somente no último mecanismo de gerenciamento da contratação do ano abdicou do exercício do “Máximo Esforço”, tornando a sobrecontratação de 2021 voluntária.

Neste contexto, podemos destacar as seguintes ações:

- Declaração de sobras nos Mecanismos de Venda de Excedentes – MVE, disponibilizando ao mercado livre parte da energia excedente da Distribuidora ao atendimento do seu mercado cativo;

- Declaração de sobras nos Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSDEN, cujos períodos de vigência das cessões compreendia o ano de 2021, com exceção do mecanismo que contemplou o último trimestre daquele ano, cuja declaração foi nula.

Ainda que estes mecanismos de gerenciamento acima citados tenham contribuído para reduzir a sobrecontratação, os indicadores associados à oferta e à demanda apontam para a ocorrência de sobrecontratação de 107,7%, portanto, os volumes contratados resultaram acima dos limites regulatórios. Dessa forma, a Companhia entende que não possui direito de qualquer involuntariedade para 2021.

Seguindo as diretrizes do Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 955, de 30 de novembro de 2021, entende-se que o risco associado à sobrecontratação de 2021 resultaria em um efeito financeiro de bônus, da ordem de R\$ 73.155.

4.6 Contrato de Concessão de Distribuição

A Companhia atingiu os indicadores anuais definidos no quinto termo aditivo ao contrato de concessão, o qual impõe condicionantes relacionadas a indicadores de qualidade do serviço e sustentabilidade econômico-financeira, para o período de 2016 a 2020, e reitera o seu compromisso com a sustentabilidade econômica da concessão e com a continuidade dos investimentos respaldada em uma gestão de controle de custos, maximização da produtividade e melhoria da eficiência operacional.

Em 17.11.2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, alterada pela Resolução Normativa nº 948 de 16.11.2021, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021, alterando, inclusive, parâmetros para a apuração de algumas das variáveis do indicador de Gestão Econômico-Financeira.

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Em relação aos indicadores de continuidade do fornecimento, DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora, o descumprimento desses indicadores de eficiência por um ano torna obrigatória a proposição de um Plano de Resultados. Caso não haja o atendimento por dois anos consecutivos ou três anos em um período de cinco anos, a Companhia incorre em limitação de distribuição de dividendos. E, em caso de descumprimento por período consecutivo de três anos, implicará na abertura do processo de caducidade

A tabela a seguir apresenta as metas relativas a 2021.

Ano	Gestão Econômico-Financeira ¹	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
		DECI	FECI	DECI	FECI
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	9,29	6,84	7,20	4,76

¹ A divulgação do valor realizado ocorrerá em 29.04.2022, na DCR de 2021.

Sendo:

- **QRR:** Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pro rata.
- **LAJIDA ou EBITDA Recorrente:** refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização. Será calculado considerando os seguintes componentes:
- **VPB Regulatório:**
 - (+) ER e UD Regulatório
 - (+) Receita Irrecuperável Regulatória
 - (+) Crescimento de Mercado – MWh
 - (+) Custo da Geração Própria subtraído do respectivo Custo com Combustível Regulatório
 - (+) Outras Receitas Regulatórias
 - (+/-) Custo das Perdas, diferença entre Regulatórios e Realizados
 - (=) VPB Recorrente
 - (-) PMSO Realizado
 - (+/-) Ajustes de PMSO
 - (=) LAJIDA ou EBITDA recorrente
- **SELIC:** limitada a 9,009 % (nove inteiros e 9 milésimos por cento) ao ano, caso supere esse percentual, e a 6,006 % (6 inteiros e seis milésimos por cento), caso seja inferior a este último percentual.

5. DESEMPENHO OPERACIONAL

5.1 Compra de energia

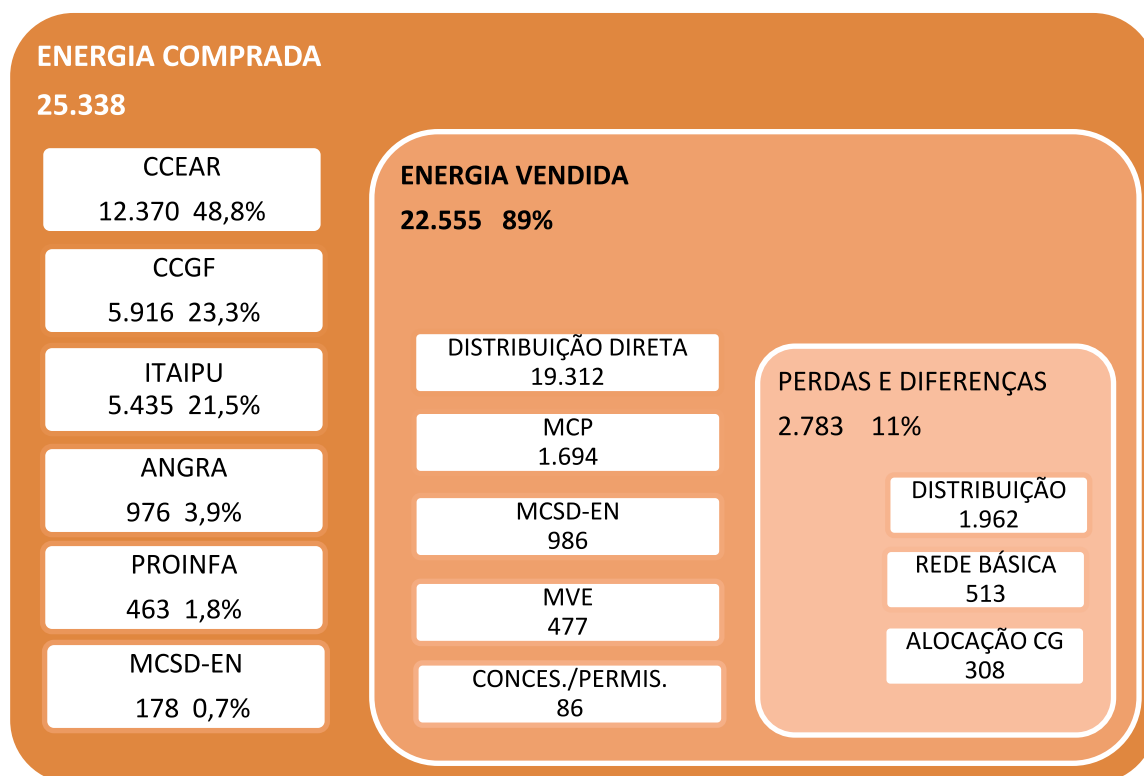
Pelo atual marco regulatório, a contratação de energia pelas distribuidoras ocorre principalmente através de leilões regulados pela Aneel. Para suprir o mercado dos próximos anos foram realizados, em 2021, os seguintes leilões:

- 26º Leilão de Energia Existente (A-1) com início de suprimento a partir de 01.01.2022;
- 27º Leilão de Energia Existente (A-2) com início de suprimento a partir de 01.01.2023;
- 33º Leilão de Energia Nova (A-3) com início de suprimento a partir de 01.01.2024;
- 34º Leilão de Energia Nova (A-4) com início de suprimento a partir de 01.01.2025;
- 35º Leilão de Energia Nova (A-5) com início de suprimento a partir de 01.01.2026; e
- 1º Leilão de Reserva de Capacidade (A-6) com início de suprimento a partir de 01.01.2027.

Nestes leilões a Copel Distribuição não declarou necessidade de compra de energia.

Para atendimento do mercado em 2021, iniciou-se o suprimento dos contratos negociados em anos anteriores, especificamente: no 23º Leilão de Energia Nova (A-5), contratado em 2016; e 25º Leilão de Energia Nova (A-4), contratado em 2017.

5.1.1 Fluxo de energia 2021



- CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado, proveniente dos leilões de energia;

- CCGF - Cotas de Garantia Física, que são compulsórias (criado pela Lei nº 12.783 de 11/01/2013 com objetivo de negociar a energia dos geradores que tiveram a concessão vencida);
- Itaipu - Cota compulsória da Itaipu Binacional;
- Angra - Cota parte das usinas nucleares Angra I e II;
- Proinfra - cotas para custeio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica;
- Cessões MCSD EN - Cessões contratuais a outras distribuidoras através do MCSD (Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova);
- Mercado de Curto Prazo - Mercado Spot, onde são contabilizadas e liquidadas as diferenças entre os montantes gerados, contratados e consumidos;
- Venda de Excedentes MVE - Mecanismo relativamente novo (Mecanismo de Venda de Excedentes) onde a distribuidora pode vender seu excedente de energia para os compradores interessados, de forma não bilateral.

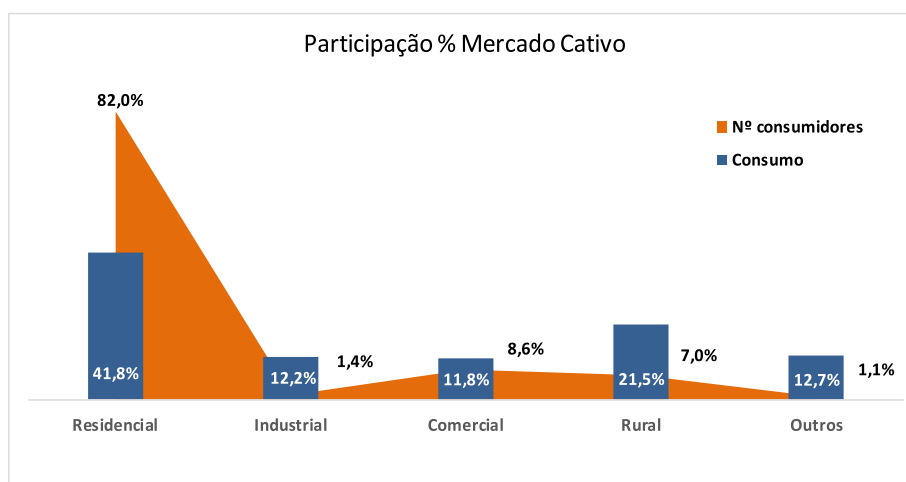
5.2 Mercado de energia

5.2.1 Mercado Cativo

No ano de 2021, o consumo do mercado cativo foi de 19.312 GWh, aumento de 0,7% em relação ao ano anterior. A quantidade de consumidores cativos faturados foi 1,9% superior ao verificado em dezembro do ano passado, totalizando 4.926.608 consumidores. As tabelas apresentam o comportamento do mercado cativo por classe de consumo nos últimos três anos:

Mercado Cativo							
	Dez/21	Dez/20	Dez/19	Variação		Variação - %	
				2021	2020	2021	2020
Residencial	4.038.454	3.944.556	3.825.989	93.898	118.567	2,4	3,1
Comercial	422.560	412.630	406.775	9.930	5.855	2,4	1,4
Rural	342.428	347.562	349.914	-5.134	-2.352	(1,5)	(0,7)
Industrial	70.632	71.038	71.984	-406	-946	(0,6)	(1,3)
Outros	52.534	60.066	58.578	-7.532	1.488	(12,5)	2,5
Nº consumidores	4.926.608	4.835.852	4.713.240	90.756	122.612	1,9	2,6
Residencial	8.068	7.910	7.499	158	411	2,0	5,5
Industrial	2.275	2.314	2.648	-39	-334	(1,7)	(12,6)
Comercial	4.149	4.172	4.730	-23	-558	(0,6)	(11,8)
Outros	2.359	2.333	2.546	26	-213	1,1	(8,4)
Rural	2.461	2.451	2.361	10	90	0,4	3,8
Energia vendida (GWh)	19.312	19.180	19.784	132	-604	0,7	(3,1)

O gráfico apresenta a participação em unidades consumidoras e em consumo de energia:



5.2.2 Mercado Fio (TUSD)

Em 2021, o mercado fio da Copel Distribuição, que leva em conta todos os consumidores que acessaram a rede da distribuidora, registrou aumento de 5,6%, mostrando recuperação em relação ao ano anterior, devido à retomada econômica e menos restrições relacionadas ao Covid-19.

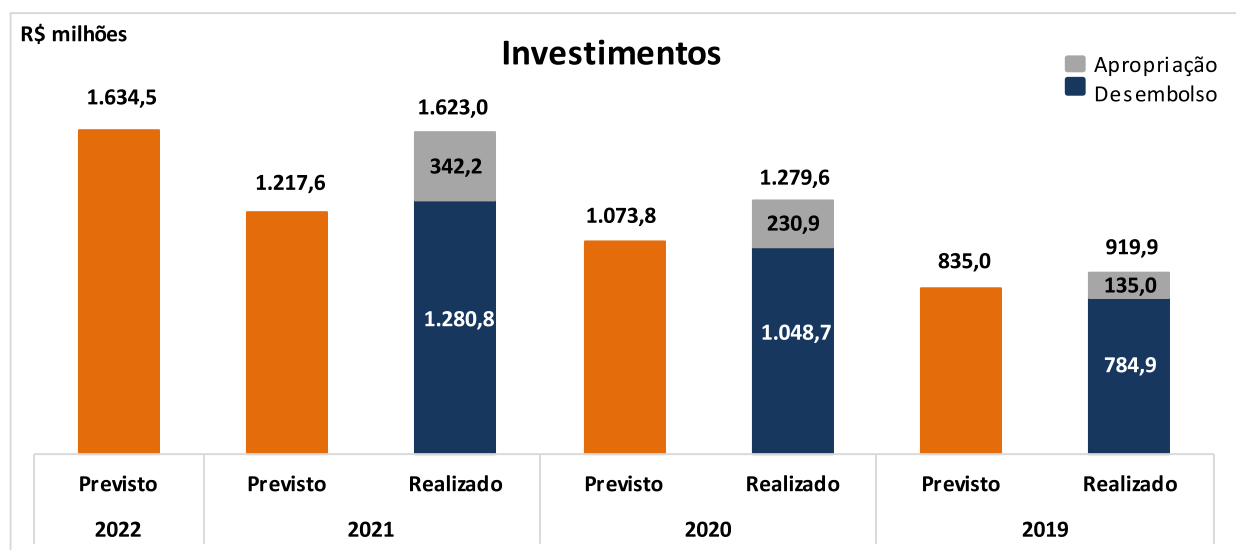
Mercado Fio de Energia							
	2021	2020	2019	Variação		Variação - %	
				2021	2020	2021/2020	2020/2019
Mercado Cativo	4.926.608	4.835.852	4.713.240	90.756	122.612	1,9	2,6
Concessionárias e Permissionárias	2	2	2	0	0	0,0	0,0
Consumidores Livres	2.318	1.871	1.389	447	482	23,9	34,7
Concessionárias Fio	5	5	5	0	0	0,0	0,0
Nº consumidores/contratos	4.928.933	4.837.730	4.714.636	91.203	123.094	1,9	2,6
Mercado Cativo	19.312	19.180	19.784	132	-604	0,7	(3,1)
Concessionárias e Permissionárias	86	76	164	10	-88	13,2	(53,7)
Consumidores Livres	11.531	10.025	10.002	1.506	23	15,0	0,2
Concessionárias Fio	846	798	684	48	114	6,0	16,7
Energia distribuída (GWh)	31.775	30.079	30.634	1.696	(555)	5,6	(1,8)

5.3 Investimentos

O investimento total no ano de 2021 foi de R\$ 1.623,0 milhões, dos quais, R\$ 1.280,8 milhões são referentes aos desembolsos e R\$ 342,2 milhões às apropriações, destinado ao aperfeiçoamento do sistema elétrico de distribuição através da: (i) implantação de novas subestações, linhas de distribuição de alta tensão e linhas de distribuição de média e baixa tensão; (ii) aprimoramento do sistema de telemedição e (iii) melhoria da qualidade de fornecimento de energia elétrica na área rural.

O programa de investimentos para 2022 foi aprovado em 08.12.2021 pela 221ª reunião ordinária do Conselho de Administração – CAD e prevê o montante de R\$ 1.634,5 milhões 34,2% superior a 2021 (R\$ 1.217,6 milhões), correspondem ao valor do orçamento de capital aprovado pelo CAD para desembolso referente à aquisição de bens ou serviços.

O gráfico demonstra o montante dos Investimentos previstos e realizados:



Considerando o Realizado que, além dos valores desembolsados abrange as apropriações relacionadas à mão-de-obra própria, gastos com veículos próprios utilizados nas obras de investimentos, entre outros, a Companhia alcançou um investimento total 26,8% superior a 2020.

5.3.1 Linhas e Subestações

Em 2021, foram conectadas subestações para reforçar o sistema elétrico de distribuição, melhorando a qualidade e aumentando a disponibilidade de energia aos consumidores. As obras de novas subestações e ampliações adicionaram aproximadamente 317 MVA ao sistema de distribuição e as novas linhas de alta tensão concluídas no período adicionaram 57 km de linhas de transmissão de 138kV.

Na tabela a seguir são apresentadas as extensões de linhas de distribuição:

Linhas de Distribuição	2021	2020	2019
Extão (em km)			
13,8 kV	109.944	108.384	106.956
34,5 kV	87.744	86.489	85.735
69,0 kV	755	755	756
138,0 kV	6.514	6.457	6.507
Total	204.957	202.085	199.954

A tabela a seguir apresenta o parque de subestações aberto por tensão:

Tensão	2021		2020		2020	
	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA	Automatizadas	MVA
34,5 kV	235	1.625	230	1.594	227	1.546
69,0 kV	36	2.523	36	2.451	36	2.351
88,0 kV	0	5	0	5	0	5
138,0 kV	113	7.474	112	7.260	111	7.302
Total	384	11.627	378	11.310	374	11.204

5.3.2 Redes elétricas inteligentes (Smart Grid)

Em função da importância das redes inteligentes no contexto do setor elétrico, sendo considerada como uma tecnologia disruptiva em termos tanto de equipamentos quanto operacionais, a Copel Distribuição estudou o tema com profundidade e lançou o Projeto Smart Grid. O projeto consiste na implantação de elementos que permitam a comunicação integrada dos equipamentos de automação da distribuição, automação da medição e o uso de medidores de energia eletrônicos inteligentes, permitindo desta forma uma comunicação bidirecional entre os consumidores e os sistemas de controle centralizados utilizados pela Copel Distribuição.

O primeiro investimento nesse sentido foi concluído em 2018, para dotar o município de Ipiranga-PR com tecnologia de redes inteligentes. Inicialmente a ação foi realizada em município com pequeno número de unidades consumidoras, aproximadamente 5 mil unidades consumidoras, tendo em vista a validação da solução.

Em 2021 o projeto Smart Grid deu início à implantação massiva, saindo da escala de piloto, logo após a aprovação pela Copel Distribuição dos projetos detalhados da Fase 1. Foram instalados 185 mil medidores inteligentes (da Fase 1), com a previsão da conclusão de 462 mil medidores inteligentes durante o ano de 2022 e investimento de R\$ 252 milhões.

As Fases 2 e 3 avançam rumo à elaboração de projetos detalhados, com previsão de instalações em campo a partir de 2023. Resumidamente, com o sucesso do projeto piloto em Ipiranga-PR, sendo expandido dos atuais 73 municípios da Fase 1 para outros 28 municípios na Fase 2 e mais 50 municípios na Fase 3.

5.3.3 Paraná Trifásico

O projeto teve início em 2020 prevendo a substituição de 25 mil km de redes monofásicas por redes trifásicas protegidas na área rural do estado do Paraná, com o intuito de melhorar a qualidade de fornecimento, renovar os ativos e prover mais segurança aos empregados e à população. Já foram construídos 6.515 km de redes e o planejamento para o ano de 2022 é chegar a 10.150 km.

Juntamente com a substituição das redes monofásicas, estão sendo realizadas interligações entre os alimentadores, possibilitando a melhoria dos índices de qualidade (DEC/FEC). Para este projeto é utilizada uma nova tecnologia com cabos protegidos, que trazem maior segurança e reduzem o número de desligamentos.

Do investimento previsto de 2,8 bilhões, já foram investidos mais de 674 milhões até o final de 2021, com previsão de investimento de 400 milhões no ano de 2022.

5.3.4 Projeto Confiabilidade Total

Iniciado em 2020 o projeto foca na utilização de novas tecnologias para operação do sistema de distribuição, abrangendo: a melhoria da comunicação com as equipes em campo; automação de todos os equipamentos especiais; implantação de subestações (SEs) ou estações de chaves (ECs) em todos os municípios; eliminação de radicalidades pela implantação de transferência automática em todas as subestações; e implantação de reconfiguração autônoma (self-healing) nos alimentadores onde for possível.

Do investimento previsto de R\$ 300 milhões em cinco anos, foram investidos R\$ 156,3 milhões até 2021. Foram ativadas 29 novas estações repetidoras de VHF, reduzindo as áreas de somreamento da comunicação com as equipes existentes. Mais 33 municípios passaram a contar com SE ou EC própria, reforçando o sistema de distribuição na capilaridade das localidades atendidas, ano em que outros 25 municípios tiveram suas SE ou EC retiradas da radialidade, passando a dispor de uma segunda fonte de alimentação.

Em 2021 foram automatizados novos 1.399 equipamentos, adicionando eficiência e flexibilidade na operação e recomposição da rede de distribuição de toda região de atendimento. Tendo sido reconfigurados 30 circuitos que possuíam mais de 5.000 consumidores ligados, ao longo de 2021, reduzindo os impactos de manobras, obras e outros eventos na rede. Além da implantação de reconfiguração autônoma em 203 circuitos com mais de 3.000 consumidores, levando a estas localidades um reestabelecimento de energia mais rápido e trechos de isolamento de defeito consideravelmente menores.

Estão previstas para 2022 a implantação de mais 8 estações repetidoras, mais 32 municípios com SE ou EC própria, 22 SE ou EC retiradas da radialidade, automatização de mais 1940 equipamentos, reconfiguração de 77 circuitos com mais de 5.000 consumidores e implantação de reconfiguração autônoma em mais 196 circuitos com mais de 3.000 consumidores.

5.3.5 Pesquisa & Desenvolvimento – P&D

Em conformidade com a Lei n.º 9.991/2000, as concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua Receita Operacional Líquida - ROL em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica - P&D, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. O projeto de P&D no setor de energia elétrica deve ser original e inovador.

Principais valores e projetos:

	2021	2020	2019
Investimentos no ano em R\$ milhões	40,7	50,5	35,2
Número de projetos que receberam aplicação ^(a)	43	49	50
Número de projetos estratégicos (Aneel)	11	2	2
Número de projetos concluídos no ano	16	12	5
Número de novos projetos selecionados	1	6	15
Para os próximos 3 anos:			
Previsto para aplicação ^(b) - em milhões	71,5	54,9	68,9

(a) incluindo 6 projetos parceria com outras empresas do setor de energia elétrica em 2021 (8 (em 2020)). / (b) previsto para projetos selecionados em cada ano.

PROJETOS EM DESTAQUE EM 2021	Aplicados (R\$ mil)
Projeto para desenvolvimento de mini redes com fontes de energia renováveis não convencionais: O presente projeto de P&D aventou a implantação, monitoramento, controle e avaliação do desempenho da operação de uma minirrede de geração híbrida localizada no Campus Centro Politécnico da UFPR/Curitiba. Sua operação e análise servirá como base para desenvolvimentos avançados no setor.	8.125
Projeto que propôs uma solução com uso de tecnologia de realidade aumentada e visão computacional para aumento da eficiência na operação e manutenção de equipamentos, auxiliando a tomada de decisão, disponibilizando informações e procedimentos para toda ação realizada em um equipamento, conjunto de peças, componentes, dispositivos, circuitos ou estruturas que se esteja controlando, mantendo ou restaurando, a fim de que o mesmo permaneça em operação ou retorne à função requerida, ou seja, o conjunto de condições de funcionamento para o qual o equipamento.	2.069
Projeto de desenvolvimento de proposta para padrão de interoperabilidade e permutabilidade entre dispositivos medidores de energia elétrica que propôs estabelecer uma especificação base, compreendendo requisitos de comunicação da camada física e de enlace de um sistema de telemedição. A adoção de padrões abertos já consolidados, a capacidade de integração de milhares de consumidores pulverizados em toda área de concessão, o emprego de mecanismos de segurança confiáveis e a possibilidade de amplo atendimento dos requisitos por múltiplos fornecedores foram as diretrizes a serem observadas.	3.845

5.3.6 Programa de Eficiência Energética - PEE

De acordo com a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias de energia elétrica devem aplicar anualmente um percentual mínimo de sua Receita Operacional Líquida - ROL em projetos de eficiência no uso final da energia elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela Aneel. A Copel Distribuição realiza anualmente chamadas públicas para projetos de eficiência energética, nas quais os consumidores da companhia podem apresentar propostas de projetos de eficiência energética para serem custeadas com recursos do PEE.

Principais valores e projetos:

	2021	2020	2019
Aplicação no ano em R\$ milhões	70,0	19,7	32,9
Número de projetos que receberam aplicação	160	70	42
Número de projetos concluídos no ano	16	13	7
Número de novos projetos	26	106	43
Para os próximos 3 anos:			
Previsto para aplicação - em milhões	142	154	100

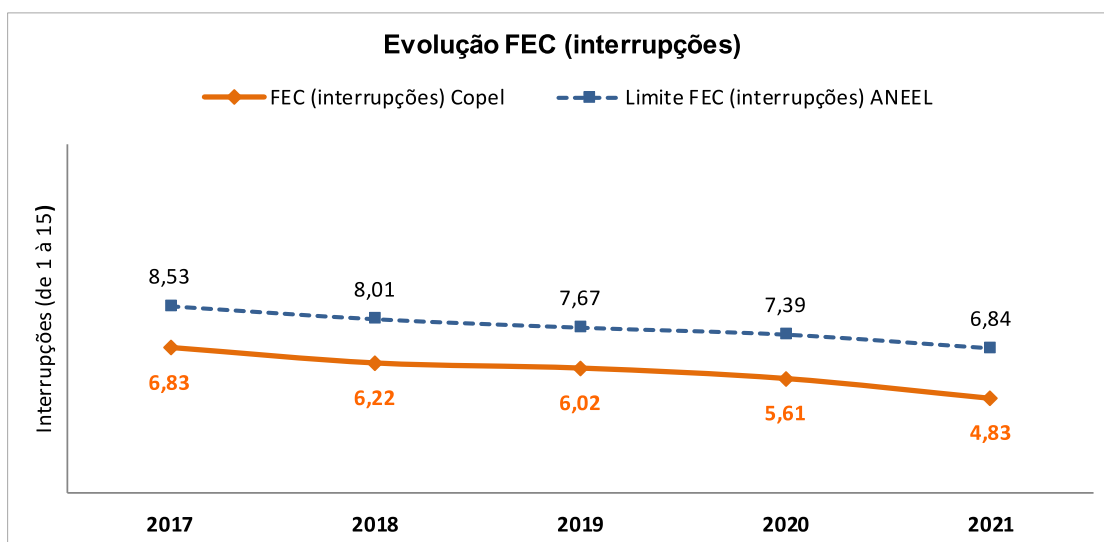
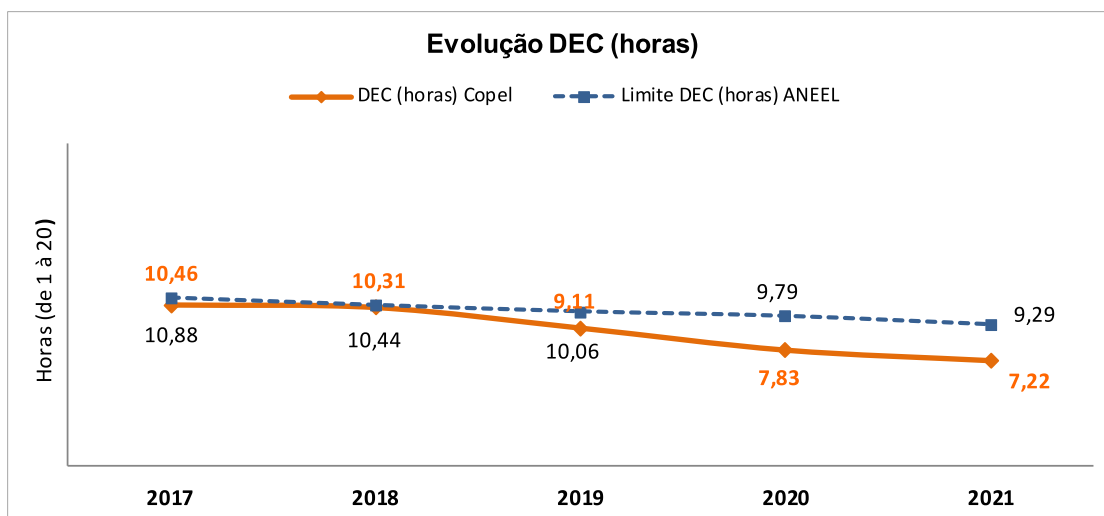
PROJETOS EM DESTAQUE EM 2021	Aplicados (R\$ mil)
Projeto Bônus para Equipamentos Eficientes "Trocou, Economizou", foi realizado em parceria com uma rede varejista incentivando a substituição de eletrodomésticos e lâmpadas antigos por equipamentos eficientes, além do descarte ambientalmente correto dos equipamentos antigos. Em 2021 foram substituídos cerca de 22.000 eletrodomésticos e 325.000 lâmpadas em toda área de concessão. Foi ainda disponibilizado ao público um treinamento online sobre eficiência energética.	36.233
Projeto em execução na Santa Casa de Maringá, com objetivo de substituir equipamentos de ar condicionado e implantar usina de geração de energia fotovoltaica.	628
Projeto em execução no Hospital Peueno Príncipe em Curitiba, com objetivo de substituir equipamentos de ar condicionado e implantar usina de geração de energia fotovoltaica.	1.018
Projeto em execução na empresa Smoldes, com objetivo de substituir equipamentos de iluminação, motores e implantar usina de geração de energia fotovoltaica.	1.807

5.4 Qualidade de Fornecimento

A qualidade de fornecimento é medida por indicadores que monitoram o desempenho das distribuidoras quanto à continuidade do serviço prestado. O DEC - Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica o número de horas em média que um consumidor fica sem energia elétrica durante um período. O FEC - Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora indica quantas vezes, em média, houve interrupção na unidade consumidora.

É a partir do DEC e do FEC que a ANEEL estabelece os parâmetros individuais de continuidade (Duração de interrupção individual por unidade consumidora - DIC, Frequência de interrupção individual por unidade consumidora - FIC e Duração máxima de interrupção contínua por unidade consumidora ou ponto de conexão - DMIC) que são informados mensalmente na conta de energia elétrica do consumidor. Esses indicadores são revistos na Revisão Tarifária Periódica - RTP, e vão se tornando cada vez mais rigorosos, a fim de melhorar a qualidade do serviço prestado ao consumidor.

O resultado dos indicadores DEC e FEC da Copel Distribuição apresentou melhoria na quantidade e na duração das interrupções para o ano de 2021, em comparação com o ano anterior, resultado dos investimentos em obras de desempenho e expansão, incremento de manutenções periódicas e inspeções preventivas, apresentados nos gráficos a seguir:



5.4.1 Nota DEC e FEC versus DECI e FECi

Os indicadores DEC e FEC são diferentes dos indicadores internos DECI e FECi apresentados no item “4.6 Contrato de concessão de distribuição” deste relatório.

DEC e FEC	DECI e FECi
Abrangem todas as ocorrências, independente da origem, inclusive as perdas na rede básica que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e tem origem iminente técnica. O objetivo destes indicadores é a melhoria da qualidade do serviço prestado ao consumidor.	Indicadores internos que englobam somente os eventos ocorridos nos ativos da distribuidora, excluindo eventos de linhas de transmissão. São previstos no Contrato da Concessão, sendo que o descumprimento do critério de eficiência com relação à qualidade do serviço prestado, por dois anos consecutivos durante o período de avaliação ou no ano de 2020, acarretaria na extinção da concessão.

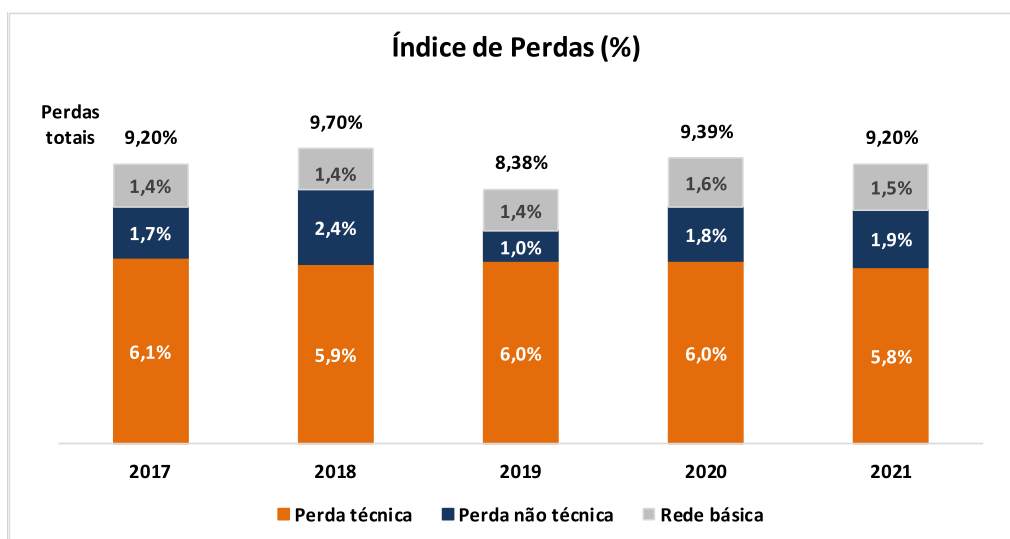
5.5 Gestão de perdas de energia

O sistema elétrico é composto por geração, transmissão e distribuição. As perdas referem-se à energia elétrica gerada que passa pelas linhas de transmissão (Rede Básica) e redes da distribuição, mas que não chega a ser comercializada seja por motivos técnicos ou comerciais.

Neste contexto, as perdas podem ser segmentadas entre Perdas na Rede Básica, que são externas ao sistema de distribuição da concessionária e têm origem iminentemente técnica, e as Perdas na Distribuição que podem ser de natureza técnica ou não técnica.

As perdas técnicas se referem à parcela das perdas na distribuição inerente ao processo de transporte, transformação de tensão e medição da energia na rede da concessionária. As perdas não técnicas, por sua vez, representam todas as demais perdas associadas à distribuição de energia elétrica, tais como furtos de energia, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição, entre outros.

Em 2021 as perdas globais representaram 9,2% de toda energia injetada no sistema da distribuidora, sendo 5,8% de perdas técnicas, 1,9% de perdas não técnicas e 1,5% de perdas na rede básica.



As perdas na distribuição também podem ser definidas como a diferença entre a energia elétrica adquirida pelas distribuidoras e a faturada aos seus consumidores, ou seja, apurada através do sistema de medição e do mercado faturado pela Companhia.

A Copel Distribuição mantém um Programa de Combate às Perdas não Técnicas que consiste em várias ações que objetivam reduzir ou manter o nível atual de perdas não técnicas, através das seguintes ações:

- Mapeamento constante da situação das ligações clandestinas através da identificação das áreas e da quantidade de famílias com ligações clandestinas;
- Aperfeiçoamento das ações de combate ao procedimento irregular, melhorando o desempenho das inspeções direcionadas;

- Investimentos destinados à disponibilização e ou aquisição de equipamentos para inspeção;
- Elaboração e execução de treinamentos específicos e reciclagem relacionados a perdas comerciais;
- Realização de inspeções, tanto na Média como na Baixa Tensão;
- Notas educativas na imprensa e mensagens na fatura de energia elétrica;
- Operações conjuntas com a Polícia Civil e Ministério Público;
- Abertura de inquérito policial nas regiões onde constatados números expressivos de procedimentos irregulares.

Em função das ações realizadas, a efetividade das inspeções aumentou significativamente nos últimos anos, passando de 11,1% em 2012 para 19,8% em 2021 (20,4% em 2020), quando foram feitas 73.531 inspeções e detectados 14.557 procedimentos irregulares.

As prospecções, para a realização das inspeções, são feitas através da utilização das informações disponíveis no cadastro das unidades consumidoras, instalação de medição fiscal e da análise de nichos de fraudadores instalados nas diversas classes de consumo.

6. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A Copel Distribuição alcançou Lucro Líquido de R\$ 857,9 milhões, sendo que em 2020, foi de R\$ 1.854,2 milhões, portanto, redução de 53,7%. Desconsiderando os efeitos da ação do ICMS sobre a base de cálculo do PIS/Cofins haveria um acréscimo de 23,3%, pois o efeito desta ação gerou um resultado no lucro líquido de 2020 em R\$ 1.158,3 milhões, conforme demonstrado na NE 11.5 das Demonstrações Financeiras.

Apresentamos a seguir os principais destaques financeiros do período. Os comentários da Administração sobre o Desempenho Econômico-Financeiro devem ser lidos em conjuntos com as Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas.

6.1 Resultado do exercício

A Demonstração de Resultado abaixo tem por finalidade apresentar os resultados alcançados, destacando a Receita de distribuição, correspondente ao resultado antes da Parcela B, à qual faz frente às despesas gerenciáveis, à amortização e à remuneração do capital. Destaca-se, para melhor comparabilidade, os efeitos da Ação do ICMS na base do Pis/Cofins em 2020.

DRE ANUAL							
	2021	2020	2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
				ΔR\$	Δ%	ΔR\$	Δ%
(=) Receita Operacional Líquida ajustada ¹	12.752.491	10.126.760	9.283.546	2.625.731	25,9	843.214	9,1
(-) Custos Não Gerenciáveis - Parcela A	(9.640.950)	(7.227.186)	(6.468.342)	(2.413.764)	33,4	(758.844)	11,7
(=) Receita de distribuição	3.111.541	2.899.574	2.815.204	211.967	7,3	84.370	3,0
(+) Valor justo Ativos indeniz. concessão	108.733	45.187	26.231	63.546	140,6	18.956	72,3
(+) Outras Receitas	274.279	226.461	187.501	47.818	21,1	38.960	20,8
(=) Receita total	3.494.553	3.171.222	3.028.936	323.331	10,2	142.286	4,7
(-) Custos Gerenciáveis - Parcela B	(2.327.541)	(2.293.307)	(2.207.552)	(34.234)	1,5	(85.755)	3,9
PMSO	(1.920.909)	(1.918.456)	(1.863.955)	(2.453)	0,1	(54.501)	2,9
Amortização	(406.632)	(374.851)	(343.597)	(31.781)	8,5	(31.254)	9,1
(=) Resultado das Atividades	1.167.012	877.915	821.384	289.097	32,9	56.531	6,9
Ação ICMS base cálculo PIS/Cofins	-	810.563	-	(810.563)	(100,0)	810.563	-
(=) Resultado antes do Res. Financeiro	1.167.012	1.688.478	821.384	(521.466)	(30,9)	867.094	105,6
(+/-) Resultado Financeiro	66.469	1.043.981	81.243	(977.512)	(93,6)	962.738	1.185,0
Rec./Desp. Financeira	66.469	99.432	81.243	(32.963)	(33,2)	18.189	22,4
Ação ICMS base cálculo PIS/Cofins	-	944.549	-	(944.549)	(100,0)	944.549	-
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	1.233.481	2.732.459	902.627	(1.498.978)	(54,9)	1.829.832	202,7
(+/-) IRPJ E CSLL	(375.597)	(281.540)	(201.236)	(94.057)	33,4	(80.304)	39,9
Ação ICMS base cálculo PIS/Cofins	-	(596.738)	-	-	-	-	-
(=) Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	857.884	1.854.181	701.391	(996.297)	(53,7)	1.152.790	164,4
Lucro Líquido ajustado²	857.884	695.807	701.391	162.077	23,3	(5.584)	(0,8)

¹Não considera Receita e Despesa de construção. / ² LL (-) efeitos contábeis da Ação ICMS base de calculo PIS/COFINS.

6.2 Receita Operacional Líquida

Variação da Receita (R\$ mil)	2021	2020	2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
				ΔR\$	Δ%	ΔR\$	Δ%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.549.922	18.604.348	18.339.534	5.945.574	32,0%	264.814	1,4%
Fornecimento de Energia Elétrica	9.424.155	7.106.234	8.313.453	2.317.921	32,6%	(1.207.219)	-14,5%
Disponibilidade da rede elétrica	9.045.028	8.069.470	7.781.592	975.558	12,1%	287.878	3,7%
Doações e subvenções	671.752	691.709	740.787	(19.957)	-2,9%	(49.078)	-6,6%
Suprimento	791.501	540.610	339.719	250.891	46,4%	200.891	59,1%
Receita de construção	1.700.889	1.154.488	904.023	546.401	47,3%	250.465	27,7%
Valor justo Ativo indenizável da concessão	108.733	45.187	26.231	63.546	140,6%	18.956	72,3%
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.502.324	746.052	25.056	1.756.272	235,4%	720.996	287,5%
Outras receitas operacionais	305.540	250.598	208.673	54.942	21,9%	41.925	20,1%
(-) DEDUÇÕES	(9.713.528)	(7.051.452)	(7.938.233)	(2.662.076)	37,8%	886.781	-11,2%
Tributos	(6.355.108)	(5.326.146)	(5.899.741)	(1.028.962)	19,3%	573.595	-9,7%
Encargos	(3.358.420)	(1.725.306)	(2.038.492)	(1.633.114)	94,7%	313.186	-15,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.836.392	11.552.896	10.401.301	3.283.496	28,4%	1.151.595	11,1%

Em 2021 a Copel Distribuição apurou uma Receita Operacional Líquida – ROL com acréscimo de 28,4%, R\$ 3,283 bi em relação a dez/20. Essa variação reflete, principalmente: o aumento do Resultado dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais; o desempenho do mercado fio, que no acumulado do ano apresentou aumento de 5,6%; e pela Revisão Tarifária Periódica – RTP que, com o reajuste das tarifas, resultou num efeito médio de 9,89%, percebido pelo consumidor.

- Fornecimento: a receita bruta de Fornecimento apresentou aumento de 32,6%, impactado pelo desempenho do mercado cativo de 0,8%, pela RTP 2021, que reajustou a tarifa de energia em 11,32% e pelas Bandeiras Tarifárias.
- Suprimento: a receita de Suprimento apresentou aumento de 46,4%, devido, sobretudo, pela elevação da receita da venda de energia no Mercado de Curto Prazo (CCEE) de R\$ 505,1 mi, 424,0% compensado pela redução da receita dos Contratos Bilaterais, em R\$ 254,1 mi, 60,3%.
- Disponibilidade da Rede Elétrica: O aumento de 12,1% na receita bruta decorre, principalmente, pela RTA 2021, que reajustou a tarifa de uso em 8,73%, e pela recuperação do mercado fio.
- Receita de Construção: O acréscimo de R\$ 546,4 mi, 47,3% representa o aumento no volume de obras, principalmente nas tipologias de LRD, SE e LDAT, para realização do orçamento anual para investimentos.
- Outras Receitas: A variação positiva de 54,9 mi, 21,9% em Outras Receitas se deve, principalmente, pelo aumento nos arrendamentos e aluguéis em R\$ 68,0 mi, 34,3%, verificado nos contratos de compartilhamento de postes, devido aos aumentos do número de empresas contratantes e das redes de empresas que já possuíam contrato, e ao reajuste contratual pelo IGP-M. Por outro lado, houve redução da receita de renda de prestação de serviços de R\$ 4,4 mi, 33,8%, e da receita com Multas em R\$ 5,0 mi, 60,7%.
- Ativos e Passivos Financeiros Setoriais: apresentaram aumento de R\$ 1.756,3 mi,

235,4%, destacando-se:

- A variação da Constituição Líquida no montante de R\$ 1.337,1 mi, 159,9% até dez/21 é verificada principalmente nos componentes de CVA relativos à Compra de Energia para Revenda, aos Encargos de Serviços de Sistema e transporte de energia pela rede básica, os quais apresentaram significativos aumentos nos custos da Parcela A; e
- A amortização que apresentou variação positiva de R\$ 419,1 mi, 465,5%, iniciando em jul/21 a amortização do ciclo 2021/2022.

A mutação dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais está demonstrada na NE nº 7.

- Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão: Apresentou variação positiva de R\$ 63,5 bi, 140,6%, tendo em vista a valoração a valor justo da Base Blindada (IPCA) e da Base Incremental pelas regras do PRORET.

6.3 Custos e Despesas Operacionais

Variação dos Custos e Despesas (R\$ mil)	2021	2020	2019	ΔR\$	Δ%	% s/ custos
				2021/2020	2021/2020	totais 2021
Total dos Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)	(9.640.950)	(7.227.186)	(6.468.342)	(2.413.764)	33,4%	80,6%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(7.277.499)	(5.856.372)	(5.424.207)	(1.421.127)	24,3%	60,8%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(2.363.451)	(1.370.814)	(1.044.135)	(992.637)	72,4%	19,7%
Total dos Custos Gerenciáveis (Parcela B)	(2.327.541)	(1.482.744)	(2.207.552)	(844.797)	57,0%	19,4%
PMSO	(1.920.909)	(1.107.893)	(1.863.955)	(813.016)	73,4%	16,0%
Pessoal	(1.061.112)	(1.140.459)	(978.556)	79.347	-7,0%	8,9%
Material	(51.722)	(58.196)	(64.419)	6.474	-11,1%	0,4%
Serviços de Terceiros	(450.752)	(405.854)	(397.390)	(44.898)	11,1%	3,8%
Provisões e Perdas estimadas	(271.859)	(179.096)	(302.385)	(92.763)	51,8%	2,3%
Outros Custos e Despesas Operacionais	(85.464)	675.712	(121.205)	(761.176)	-112,6%	0,7%
Amortização	(406.632)	(374.851)	(343.597)	(31.781)	8,5%	3,4%
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS*	(11.968.491)	(8.709.930)	(8.675.894)	(3.258.561)	37,4%	100,0%

*Sem Custo de Construção

6.3.1 Custos não gerenciáveis – Parcela A

Variação dos Custos e Despesas (R\$ mil)	2021	2020	2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
				ΔR\$	Δ%	ΔR\$	Δ%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	7.277.499	5.856.372	5.424.207	1.421.127	24,3%	432.165	8,0%
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.917.257	3.149.846	2.919.161	767.411	24,4%	230.685	7,9%
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.463.404	1.030.501	1.199.327	432.903	42,0%	(168.826)	-14,1%
Itaipu Binacional	1.787.691	1.766.058	1.316.524	21.633	1,2%	449.534	34,1%
Contratos bilaterais	-	-	89.224	-	0,0%	(89.224)	-100,0%
Proinfa	263.689	216.934	262.316	46.755	21,6%	(45.382)	-17,3%
Micro e mini geradores	360.371	151.218	44.957	209.153	138,3%	106.261	236,4%
(-) PIS/Pasep e Cofins	(514.913)	(458.185)	(407.302)	(56.728)	12,4%	(50.883)	12,5%
Encargos de Uso da Rede Elétrica	2.363.452	1.370.814	1.044.135	992.638	72,4%	326.679	31,3%
Encargos de uso do sistema	1.468.111	1.198.928	847.781	269.183	22,5%	351.147	41,4%
Encargos dos serviços do sistema - ESS	981.710	139.622	34.516	842.088	603,1%	105.106	304,5%
(-) Excedentes Financeiros / CONER	(93.547)	(93.547)	-	-	0,0%	(93.547)	0,0%
Encargos de transporte de Itaipu	163.797	161.108	214.880	2.689	1,7%	(53.772)	-25,0%
Encargo de energia de reserva - EER	76.328	102.768	52.210	(26.440)	-25,7%	50.558	96,8%
(-) PIS/Pasep e Cofins	(232.947)	(138.065)	(105.252)	(94.882)	68,7%	(32.813)	31,2%
Total dos Custos Não Gerenciáveis (Parcela A)	9.640.950	7.227.186	6.468.342	2.413.764	33,4%	758.844	11,7%

*Sem Receita de construção

A Parcela A acumulada em 2021 apresentou aumento de R\$ 2.413,8 mi em relação ao mesmo período do ano anterior, 33,4%, marcado, sobretudo, pelos efeitos da crise hídrica do cenário atual sobre os preços de energia e a cobertura de encargos, compensado pelo recebimento de recursos do CONER, MCSD e ressarcimentos.

a. Energia comprada para revenda

Apresentou aumento nos custos de R\$ 1.421,1 milhões, 24,3%, foi impactado:

- Pelo acréscimo de R\$ 432,9 mi, 42,0% na energia no curto prazo na CCEE;
- Pelo maior valor da cotação do dólar que contribuiu para o aumento dos custos sobre a energia adquirida de Itaipu em R\$ 21,6 mi, 1,2%;
- Pelo aumento dos custos de energia contratada no ambiente regulado (leilões) em R\$ 958,6 milhões, 30,4%, devido aos custos associados aos contratos apresentarem-se superiores quando comparados ao mesmo período do ano anterior;
- Pelo resultado dos MCSD-EN que, no acumulado de 2021, ao contrário de 2020, tiveram as cessões cedidas (recebimentos) superiores às cessões recebidas (pagamentos), gerando assim o valor líquido de R\$ 162,8 mi.

Destaca-se que a participação da Copel no MCSD-EN A-0, trouxe à Companhia uma posição líquida de recebimento a partir de out/20 (realização), e não mais de pagamento como nos meses anteriores, sendo que a expectativa é de permanecer dessa forma até o final de 2021;

- Pelo aumento no montante de energia proveniente do sistema de geração distribuída (compensação) em R\$ 209,1 mi, 138,3%;
- Pelo aumento no montante de Ressarcimentos em R\$ 21,3 milhões, 225,2%, decorrente do não cumprimento de requisitos contratuais (CCEARs) por parte de geradoras (usinas térmicas/eólicas); e
- Pelo aumento de R\$ 46,7 mi, 21,6% quanto ao Proinfa, decorrente das obrigações estabelecidas em resolução homologatória.

b. Encargos de uso da rede elétrica

Obteve Aumento de R\$ 992,6 mi, 72,4% no período, refletem, principalmente:

- Aumento dos custos de transporte de potência em R\$ 2,6 mi, 1,7%;
- Aumento dos custos da Rede Básica em R\$ 269,1 mi, 22,5%, influenciados pelo aumento nos montantes contratados e pelo aumento nas tarifas;

Elevação dos Encargos dos Serviços do Sistema – ESS em R\$ 892,1 mi, devido ao maior despacho térmico fora da ordem de mérito pelo ONS, para fazer frente à crise hídrica atual, compensado pelo recebimento de recursos do CONER de R\$ 143,6 mi até dez/21 (R\$ 93,5 mi em 2020 de excedentes financeiros).

6.3.2 Custos gerenciáveis – Parcela B

Variação dos Custos e Despesas (R\$ mil)	2021	2020	2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
				ΔR\$	Δ%	ΔR\$	Δ%
PMSO	(1.920.909)	(1.107.893)	(1.863.955)	813.016	73,4%	(756.062)	-40,6%
Pessoal e Administradores	(905.338)	(994.037)	(822.772)	(88.699)	-8,9%	171.265	20,8%
Planos Previdenciário e Assistencial	(155.774)	(146.422)	(155.784)	9.352	6,4%	(9.362)	-6,0%
Material	(51.722)	(58.196)	(64.419)	(6.474)	-11,1%	(6.223)	-9,7%
Serviços de Terceiros	(450.752)	(405.854)	(397.390)	44.898	11,1%	8.464	2,1%
Provisões para Litígios	(89.663)	(55.117)	(164.705)	34.546	62,7%	(109.588)	-66,5%
Perdas Estimadas	(182.196)	(123.979)	(137.680)	58.217	47,0%	(13.701)	-10,0%
Outros Custos e Despesas Operacionais	(85.464)	675.712	(121.205)	761.176	-112,6%	(796.917)	-657,5%
Amortização	(406.632)	(374.851)	(343.597)	31.781	8,5%	31.254	9,1%
Total dos Custos Gerenciáveis (Parcela B)*	(2.327.541)	(1.482.744)	(2.207.552)	844.797	57,0%	(724.808)	-32,8%

*Sem Receita e Custos de construção

Os custos gerenciáveis acumulados em 2021 apresentou aumento de R\$ 844,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior, 57,0%, destacando-se.

a. Custos de Pessoal e Planos Previdenciário e Assistencial

O custo total de Pessoal e Planos Previdenciário e Assistencial apresentou redução de 7,0% no período comparado. Desconsiderando os custos do Programa de Demissão Incentivada - PDI, apura-se redução de 8,2%, resultado das ações alinhadas às estratégias atuais da Companhia, mesmo com reajuste salarial de 10,78% aplicado a partir de out/21 após Acordo Coletivo de Trabalho.

	2021	2020	2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
				ΔR\$	Δ%	ΔR\$	Δ%
Pessoal e Planos Previdenciário e Assistencial (-) PDI	998.099	1.087.036	951.047	88.937	-8,2%	(135.989)	14,3%
PDI	63.013	53.423	27.509	(9.590)	18,0%	(25.914)	94,2%
Pessoal e Planos Previdenciário e Assistencial Total	1.061.112	1.140.459	978.556	79.347	-7,0%	(161.903)	16,5%

O PDI de 2021 corresponde a R\$ 63,0 mi, totalizando 289 adesões, sendo que parte dessas adesões tiveram o prazo de fevereiro/2022 para efetivação dos desligamentos.

O aumento dos custos relacionados ao plano assistencial pós - emprego, deve-se à atualização anual.

b. Custos de Serviços de Terceiros

Apresentaram aumento de R\$ 44,9 mi, 11,1%, sendo impactado principalmente:

- Pelo aumento dos custos de manutenção do sistema elétrico em R\$ 25,0 mi, 14,9%, nas ações relativas ao DEC/FEC, e pelo aumento do quadro terceirizado em serviços de manutenção preventivas e emergenciais de linhas e redes. Este aumento foi influenciado pelo maior volume de demandas destes serviços decorrentes das tempestades ocorridas em outubro de 2021;
- Pelo aumento nos custos de Comunicação e de serviços de tecnologia da informação em R\$ 2,1 mi, 3,7%, destacando-se os custos relacionados à proteção de dados e segurança da informação após o ataque cibernético no início do ano e o aumento nos custos relacionados a softwares para acesso remoto à rede da Companhia;
- Pela terceirização dos serviços de Call Center, impactando em aumento de R\$ 4,7 mi, 256,1%;
- Pelo aumento nos custos de leitura e entrega de faturas em R\$ 4,0 mi, 8,1%, decorrentes de reajuste no valor do serviço e do aumento da mão de obra terceirizada;

- Pelo aumento nos custos de Atendimento a Consumidores, referentes a serviços de cortes, religações e vistorias em R\$ 5,5 mi, 10,0%, decorrentes de reajustes e do aumento da mão de obra terceirizada.

c. Provisão para Litígios

Apresentou aumento de R\$ 34,5 mi, 62,7%, em relação ao mesmo período, sendo impactados principalmente, pelo aumento das ações Cíveis em R\$ 34,3 mi, 237,3% compensado pela redução nas ações Trabalhistas em 23,3 mi, 34,1%.

d. Perdas estimadas

A PECLD apresentou aumento de R\$ 58,2 mi, 47,0% em relação ao mesmo período de 2020, influenciada, principalmente, pelas restrições ao “corte” e aumento do preço da energia elétrica devido à crise hídrica.

e. Outros custos e despesas operacionais

Os Outros Custos e Despesas Operacionais apresentaram redução de R\$ 49,4 mi, 36,6%. Entre outros fatores que impactaram esses custos, destacam-se: o aumento nos Ganhos na Alienação de bens e direitos em R\$ 33,8 mi, 188,7%, decorrente da venda do prédio da Sede localizado na Coronel Dulcídio que gerou um ganho de R\$ 28 mi; ao aumento na Recuperação de Faturas em R\$ 19,0 mi, 53,2%; e ao acréscimo nas Indenizações Judiciais não Provisionadas em R\$ 5,5 mi, 24,2%.

6.4 Resultado Financeiro

	2021	2020	2019	2021 x 2020		2020 x 2019	
				ΔR\$	Δ%	ΔR\$	Δ%
Receitas financeiras	457.697	1.334.983	355.152	(877.286)	-65,7%	979.831	275,9%
Reconhecimento de crédito tributário	22.696	990.612	-	(967.916)	-97,7%	990.612	100,0%
Acréscimos moratórios sobre faturas de energia	306.662	247.294	208.105	59.368	24,0%	39.189	18,8%
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	30.043	42.729	26.332	(12.686)	-29,7%	16.397	62,3%
Renda de aplicações financeiras	31.331	37.865	37.319	(6.534)	-17,3%	546	1,5%
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	9.243	35.089	14.934	(25.846)	-73,7%	20.155	135,0%
Remuneração de ativos e passivos setoriais	35.903	20.169	47.379	15.734	78,0%	(27.210)	-57,4%
Outras receitas financeiras	42.032	23.045	35.463	18.987	82,4%	(12.418)	-35,0%
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(20.213)	(61.820)	(14.380)	41.607	-67,3%	(47.440)	329,9%
(-) Despesas financeiras	391.228	291.002	273.909	100.226	34,4%	17.093	6,2%
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	276.141	173.289	174.474	102.852	59,4%	(1.185)	-0,7%
Variação cambial - compra de energia elétrica de Itaipu	58.814	75.478	29.547	(16.664)	-22,1%	45.931	155,5%
Remuneração de ativos e passivos setoriais	3.745	62	5.753	3.683	5940,3%	(5.691)	-98,9%
Juros sobre P&D e PEE	14.255	11.022	20.860	3.233	29,3%	(9.838)	-47,2%
Outras despesas financeiras	38.273	31.151	43.276	7.122	22,9%	(12.125)	-28,0%
Resultado financeiro líquido	66.469	1.043.981	81.243	(977.512)	-93,6%	962.738	1185,0%

O Resultado Financeiro, desconsiderando a ação PIS/COFINS, apresentou redução de R\$ 57,5 mi, 59,1%, devido aos efeitos:

- Aumento de R\$ 59,3 mi, 24% dos Acréscimos Moratórios referentes à correção de contas em atraso de clientes, dada a variação do índice de atualização aplicado, e pela retomada dos cortes, o que gerou maior volume de pagamentos;
- Aumento dos Encargos de Dívidas de empréstimos e financiamentos em R\$ 63,3 mi, 52,9% pela maior variação monetária das Debêntures indexadas ao IPCA, e pela captação R\$ 1,5 bi em

julho/21;

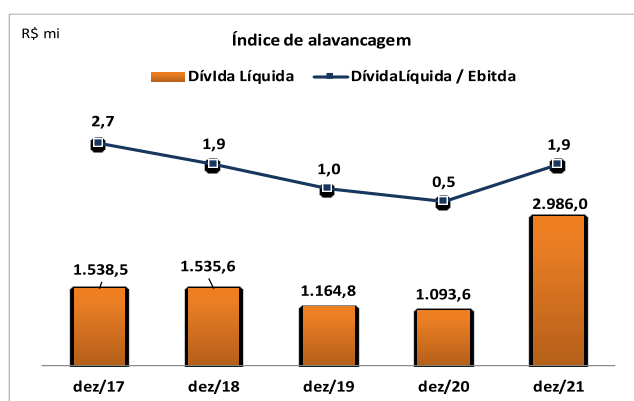
- Redução na receita de Variações Monetária e Cambial sobre Empréstimos e Financiamentos em R\$ 25,8 mi, 73,7% e aumento na despesa de R\$ 39,5 mi, 73,6%, com efeito líquido negativo de R\$ 65,3 mi, principalmente pela oscilação na cotação do dólar no período comparado;
- Redução na receita de Variações Monetárias EE Itaipu de R\$ 12,6 mi, 29,7% e redução na despesa de R\$ 16,6 mi, 22,1%, com efeito líquido positivo de R\$ 29,0 mi sobre os pagamentos da energia adquirida de Itaipu, efeito da menor cotação do dólar no período comparado;
- Remuneração líquida dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais de R\$ 32,1 mi, 59,9%, de variação positiva.

6.5 EBITDA

A Companhia alcançou em 2021 Ebitda de R\$ 1.573,6, milhões ante a R\$ 2.063,3 milhões de 2020. Esse resultado reflete um conjunto de fatores: o aumento da Receita da Parcela B devido à Revisão Tarifária Periódica, os efeitos positivos da ação judicial que excluiu o ICMS na base de cálculo do PIS/COFINS e os esforços empreendidos na redução do PMSO.

	2021	2020	2019	Δ% 2021/2020	Δ% 2020/2019
Lucro líquido do período	857.884	1.854.181	701.391	-53,7%	164,4%
IRPJ e CSLL diferidos	76.878	(55.653)	48.847	-238,1%	-213,9%
Provisão para IRPJ e CSLL	298.719	933.931	152.389	-68,0%	512,9%
Despesas (receitas) financeiras, líquidas	(66.469)	(1.043.981)	(81.243)	-93,6%	1185,0%
Lajir/Ebit	1.167.012	1.688.478	821.384	-30,9%	105,6%
Amortização	406.632	374.851	343.597	8,5%	9,1%
Lajida/Ebitda	1.573.644	2.063.329	1.164.981	-23,7%	77,1%
Receita Operacional Líquida - ROL	14.836.392	11.552.896	10.401.301	28,4%	11,1%
Margem Ebitda / ROL	10,6%	17,9%	11,2%		

6.6 Endividamento

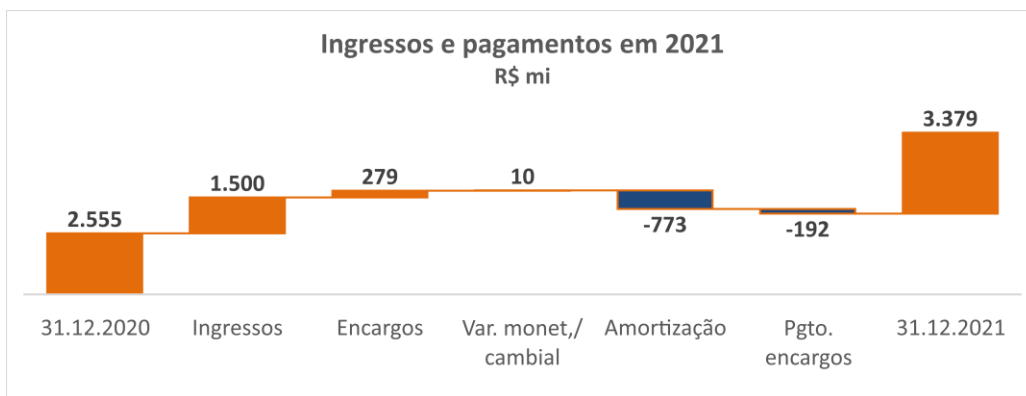


O saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures em dez/21 apresentou aumento de R\$ 823,9 mi em relação a dez/20. A dívida líquida correspondente atingiu R\$ 2.986 mi, aumento de 173,0% em relação ao ano anterior, tendo em vista a captação de Debêntures e a utilização de caixa.

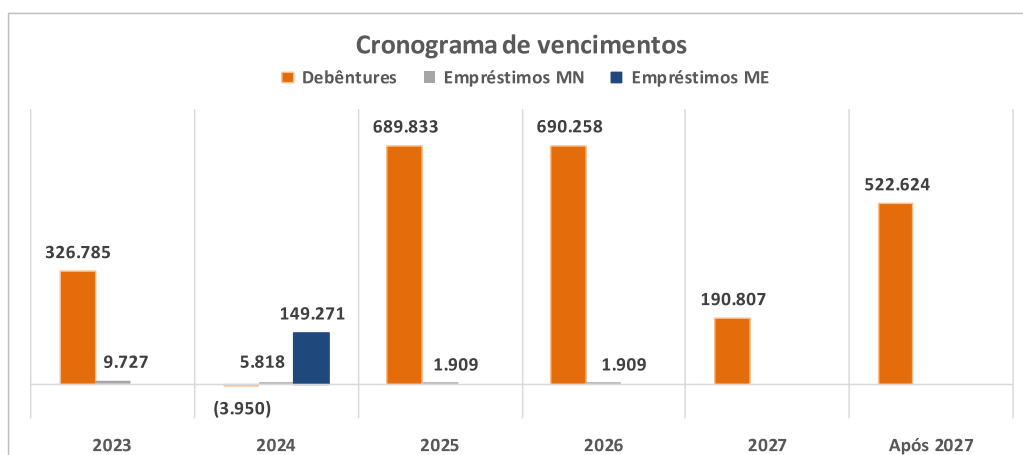
Em todo caso, o índice de alavancagem permaneceu dentro dos parâmetros

aceitáveis para a política da Companhia.

A Companhia promoveu, em 2021, a 6ª captação de Debêntures de 1,5 bi. Houve pagamentos juros semestrais no valor de R\$ 3,2 mi (contratos em dólar) e da 3ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 6,3 mi, além do pagamento das parcelas: da 3ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 264 mi, da 4ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 367 mi e da 5ª emissão de Debêntures no valor de R\$ 175 mi.



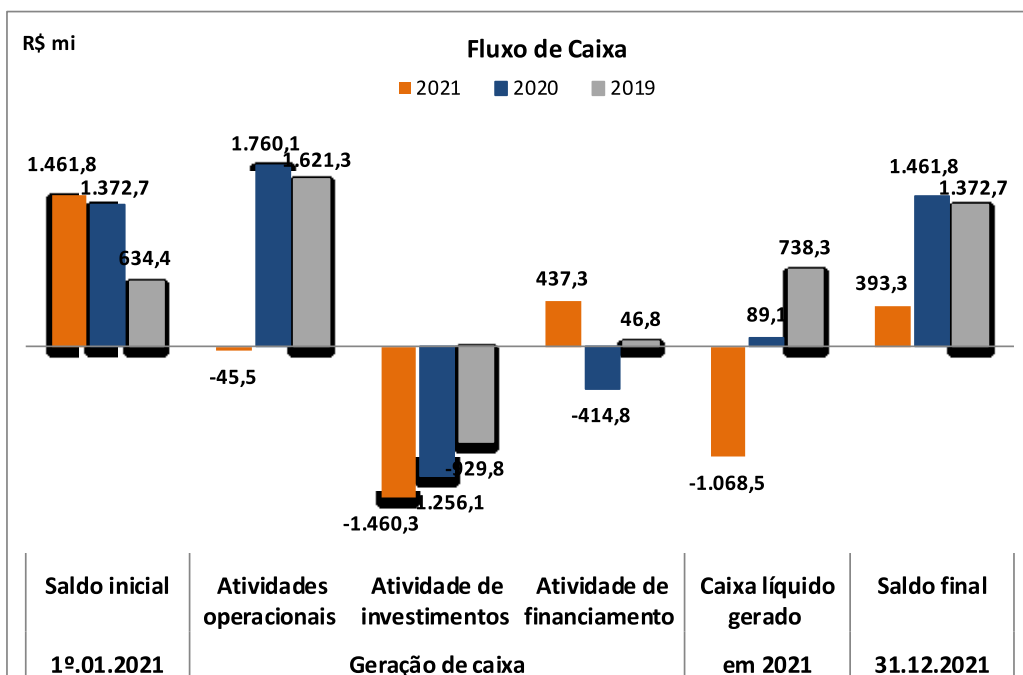
Cronograma de vencimento da dívida contemplando empréstimos, financiamentos e debentures:



6.7 Fluxo de Caixa

No exercício de 2021, a Copel Distribuição consumiu caixa líquido de R\$ 1.068,5 mi, enquanto que em 2020 houve geração de caixa de R\$ 89,1 mi.

Devido a maior crise hídrica dos últimos 91 anos ocorreu a demanda de recurso para fazer frente aos custos de energia que serão repassados aos consumidores no próximo reajuste tarifário. Isto pode ser observado no efeito das rubricas relacionadas à Ativos e Passivos Financeiros Setoriais que impactaram o Caixa em R\$ 1,0 bi em 2021. Nessa linha podemos observar o aumento da conta Clientes devido ao reajuste tarifário e a bandeira tarifaria de escassez hídrica. Analisando as atividades de investimento pode ser observado o efeito do maior plano de investimento da Companhia.

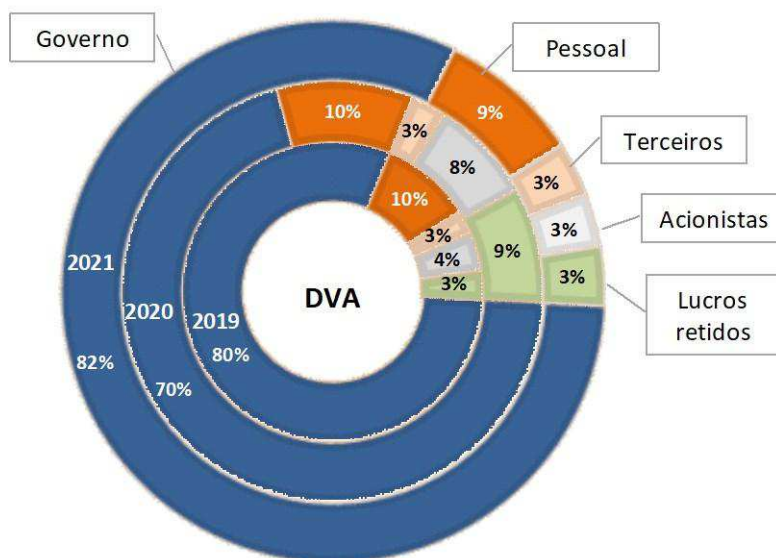


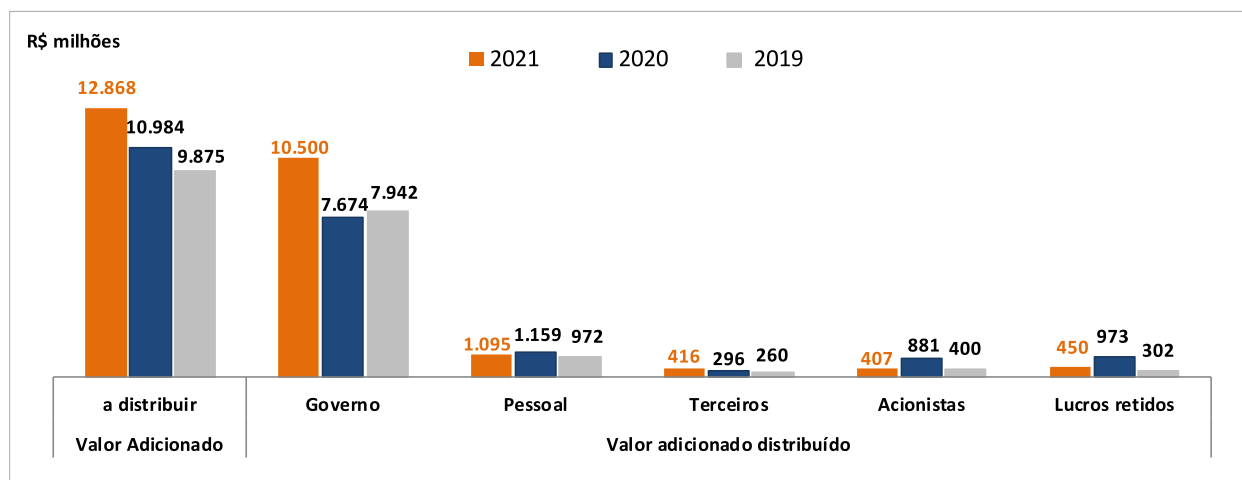
A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

6.8 Valor Adicionado

No exercício de 2021, a Copel Distribuição apurou R\$ 12.868 mi de Valor Adicionado Total, 17,2% superior ao ano anterior (R\$ 10.984 mi em 2020).

Os gráficos demonstram os percentuais de distribuição e os valores distribuídos nos últimos três anos, entre: Governo (tributos das esferas Federal, Estadual e Municipal); Pessoal (valores pagos a empregados), Terceiros; e Acionistas (dividendos) e Lucros retidos na empresa).

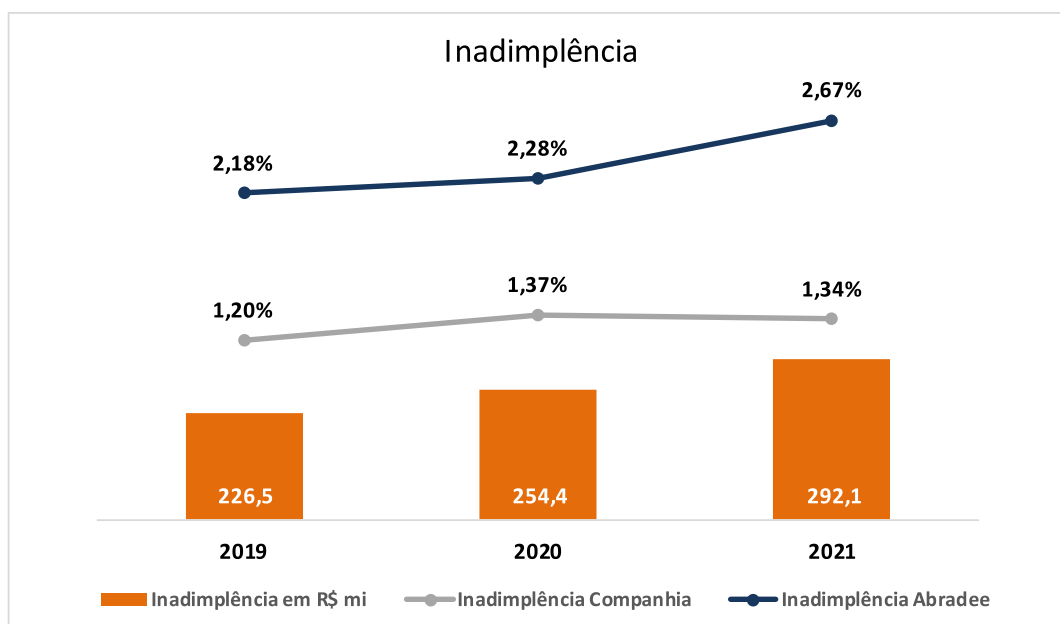




A demonstração, na íntegra, encontra-se nas Demonstrações Financeiras.

6.9 Inadimplência de Consumidores

A Companhia passou a calcular, desde 2003, o índice de inadimplência do produto “fornecimento de energia elétrica”, cuja metodologia de cálculo considera inadimplente o consumidor com débito vencido há mais de 15 dias até 360 dias e excluindo o reconhecimento de perdas dos débitos vencidos. Mesmo com as dificuldades relacionados à pandemia e seus reflexos sobre a atividade econômica, emprego e renda, os resultados dos dois principais indicadores de inadimplência da Copel Distribuição (Corporativa¹ e Abradee²) foram satisfatórios, conforme abaixo:



¹ Índice de inadimplência Critério Corporativa: $i = \frac{\sum \text{Pendência de energia (16 a 360 dias)}}{\text{Faturamento 12 meses}}$

² Índice de inadimplência Critério Abradee: $i = \frac{\sum \text{Pendência (1 a 90 dias)}}{\text{Faturamento 12 meses}}$

Importante destacar que uma das medidas determinadas pelo Órgão Regulador foi o impedimento da suspensão de fornecimento e de outras ações de cobrança, como negativação e protesto de devedores, nos anos de 2020 e 2021, com sensíveis reflexos sobre a inadimplência de clientes.

O resultado satisfatório foi possível pela adoção de outras ferramentas de cobrança como os avisos de inadimplência (SMS, e-mail e carta cobrança) e, após o período de proibição de corte, a intensificação da suspensão de fornecimento. Estas ações permitiam a recuperação de contas inadimplentes com muitos dias de atraso.

7. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE CORPORATIVA

Considerando-se que a Copel é a maior empresa do Paraná, que fornece serviço essencial e possui operações vultosas, o impacto das operações é significativo, principalmente sobre as comunidades locais, seja devido a essas características ou ao investimento social e filantrópico realizado.

Além dos programas sociais obrigatórios no contexto do licenciamento ambiental, a Copel desenvolve outras ações voltadas às comunidades dentro do escopo da sustentabilidade empresarial e de forma corporativa. A contínua comunicação dos resultados obtidos com essa gama de iniciativas permite o estabelecimento de estratégias de atuação, identificação de oportunidades e a proposição de melhorias.

7.1 Responsabilidade Social

O desempenho socioambiental ético é um compromisso da Copel, que orienta suas atividades pelo conceito de responsabilidade social.

A Copel considera as expectativas das partes interessadas em suas decisões e busca alternativas que promovam o bem-estar social consoante à legislação, às normas internacionais de comportamento e agendas de desenvolvimento reconhecidas mundialmente como é o caso da Agenda 2030 da Organização Mundial das Nações Unidas - ONU, que estabelece 17 objetivos e 169 metas para o alcance o desenvolvimento sustentável.

Direitos Humanos

A Copel, comprometida com o respeito aos Direitos Humanos e alinhada aos Princípios Orientadores da ONU sobre empresas e Direitos Humanos, entende que é sua responsabilidade respeitar os direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de prevenir e mitigar violações que venham a ocorrer em sua esfera de influência.

Nesse sentido, a Copel prevê uma série de diretrizes relacionadas em suas normativas, promove ações com as suas partes interessadas e produz materiais específicos, conforme os riscos e as oportunidades que identifica. A Companhia também tem representação no Grupo de Trabalho de Direitos Humanos da Rede Brasil do Pacto Global, o que permite o compartilhamento de experiências com outras empresas e a mantém atualizada em relação às melhores práticas de Sustentabilidade.

Política de Direitos Humanos

Formaliza as diretrizes para prevenir, mitigar e reparar violações que possam ocorrer na Companhia, em sua cadeia produtiva ou em comunidades impactadas. A partir dela e de uma metodologia própria de identificação de riscos em direitos humanos, estão previstos desdobramentos nas diversas áreas de atuação da Companhia.

Programa da Diversidade

A Copel adota diversas iniciativas, através da Comissão Permanente de Diversidade, no sentido de promover a diversidade de gênero, raça/cor, idade, religião e orientação sexual, bem como a inclusão de deficientes, migrantes e refugiados, criando um ambiente de trabalho inclusivo e colaborativo através do Programa da Diversidade.

O programa abrange diversas iniciativas como a adesão ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do governo federal; as Salas de Amamentação em algumas unidades; aprimoramento de ações para acessibilidade estrutural em seus imóveis e acessibilidade atitudinal, abordando as relações interpessoais e monitoramento periódico de indicadores.

Investimento Social

Os investimentos sociais são feitos por meio de incentivos fiscais, do Prêmio Copel de Sustentabilidade (Troféu Susie Pontarolli) e das ações de filantropia, estruturadas para atender situações de crises sociais ou ambientais, visando a promover o desenvolvimento sustentável em todas as dimensões do conceito de sustentabilidade - social, ambiental, econômica e cultural.

Engajamento das partes interessadas

Ciente da responsabilidade que a Companhia tem diante da sociedade, a Copel promove o engajamento das partes interessadas de várias formas, como: Programa Eletricidadania, no qual os empregados têm a possibilidade de utilizar, de forma voluntária e espontânea, até 8 horas do seu tempo de trabalho profissional, a cada dois meses, para a realização de atividades de ação social ou de interesse comunitário; Museu Regional do Iguaçu e Espaço Energia, que recebe o público em suas instalações, subestações e espaços mantidos com foco em ações educativas; entre tantos outros programas desenvolvidos pelas subsidiárias junto às comunidades locais.

7.2 Gestão de Pessoas

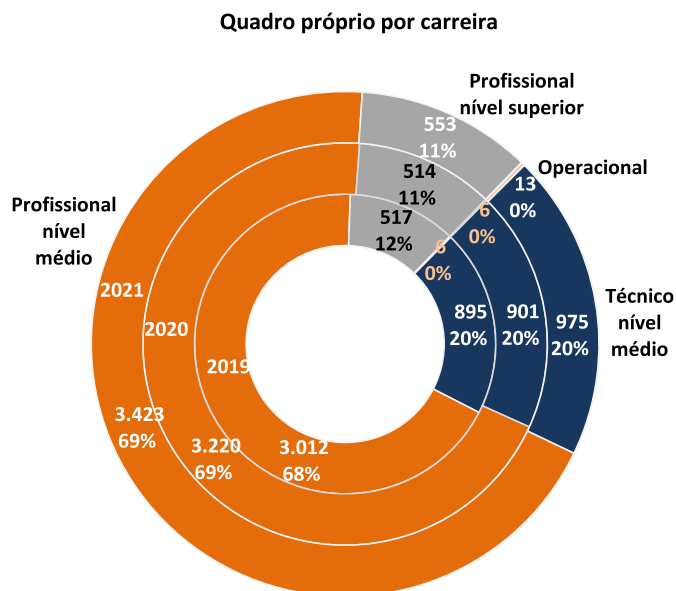
7.2.1 Quadro de pessoal

A Copel Distribuição conta com 4.430 empregados distribuídos em quatro carreiras (4.641 em dez/20), principalmente em função do Programa de Demissão Incentivada – PDI ocorrido em 2021, assim como ocorreu em 2020.

Durante o ano de 2021 não foram admitidos empregados, houve 243 desligamentos e 3 reintegrações. Ocorreu ainda a transferência de 30 empregados de outras subsidiárias.

A taxa de rotatividade em 2021 foi de 2,6 (3,2 em 2020 e 3,7 em 2019)

O quadro de pessoal próprio por carreira está disposto no gráfico ao lado.



7.2.2 Benefícios

Entre os benefícios concedidos pela Companhia a todos os seus empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação; adiantamento de férias pagamento adicional de férias; adiantamento da primeira parcela do 13º salário no mês de janeiro; participação nos lucros e resultados - PLR; prêmio por desempenho – PPD; auxílio-alimentação e refeição; vale lanche; auxílio-creche; auxílio a empregados com deficiência e a empregados que tenham dependente com deficiência; licença maternidade e licença paternidade estendidas; e complementação de auxílio doença.

Por meio da Fundação Copel de Previdência e Assistência Social, da qual a Copel é mantenedora, há concessão de: plano de previdência privada, adicional ao valor da previdência oficial, e plano de assistência médico-hospitalar e odontológica. A Fundação Copel disponibiliza, ainda, uma carteira de empréstimos aos seus participantes, obedecendo às disposições legais que regem as aplicações das reservas do seu fundo previdenciário.

A Copel lançou recentemente o Programa de Home Office, que adota o regime híbrido de trabalho, com adesão voluntária. Neste modelo os empregados podem cumprir parte de sua jornada de trabalho presencialmente e parte à distância. Os empregados podem optar pela redução da jornada de trabalho de 08 horas para 06 horas diárias, conforme critérios previstos em norma interna.

7.2.3 Saúde e Qualidade de vida

Em 2021, foi dado um foco maior à saúde mental, por isso, foi criado o programa Plenamente a partir da necessidade identificada de propiciar orientação e suporte aos empregados, especialmente devido aos impactos e efeitos da pandemia causada pela Covid-19. Os workshops oferecidos e a Trilha de Aprendizagem do Plenamente trazem informações sobre saúde psicoemocional, equilíbrio emocional, conceitos e preconceitos. E, por meio de uma parceria com a Fundação Copel e, é oferecido suporte psicológico 24 horas por dia, por meio do seu programa EquilibradaMente.

Pensando no cuidado com os empregados, a Copel criou a Unidade de Atenção Primária à Saúde (APS), no polo Km3, contando com salas de consulta médica e odontológica, sala de coleta de exames, farmácia, sala de atendimento ginecológico e de estabilização, para casos de urgência. O posto de atendimento é o local onde os empregados podem realizar exames primários e periódicos de saúde, com foco na prevenção, além de atendimentos odontológicos profiláticos. O benefício se estende aos familiares e não cobra coparticipação.

Ainda, a Copel incentivo à qualidade de vida, com iniciativas como o Coral da Copel e os Jogos Internos.

7.2.4 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela Companhia, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação nos Lucros e/ou Resultados - PLR e Prêmio Por Desempenho Copel - PPD).

A PLR é composta por metas e indicadores corporativos e o montante é distribuído de forma igualitária a todos os empregados, de acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, a Lei Estadual nº 16.560/2010 e o Decreto Estadual nº 1.978/2007, com a redação dada pelo Decreto Estadual nº 6205/ 2020.

O PPD, por sua vez, consiste no reconhecimento do desempenho e cumprimento de metas nos diferentes níveis organizacionais (diretoria, superintendência, departamento e divisão). A proporção entre o menor salário praticado pela Companhia em dezembro de 2021 (R\$ 2.173,37) e o salário-mínimo nacional vigente naquela data (R\$ 1.100,00) era de 1,98 vezes, não havendo diferença significativa no mesmo período relativamente à proporção de salário-base entre homens e mulheres.

7.2.5 Relações trabalhistas

A Copel se relaciona com 19 sindicatos representativos das diversas classes de trabalhadores e, ao longo do ano, promove reuniões trimestrais para discussão de assuntos de interesse mútuo. Por ocasião da data base (outubro) esse relacionamento se intensifica quando os sindicatos e a Copel discutem as reivindicações para chegar ao Acordo Coletivo de Trabalho - ACT. Especificamente durante o período da pandemia da Covid-19, a Copel e os sindicatos mantiveram reuniões semanais para acompanhamento e monitoramento dos casos entre os empregados.

7.2.6 Avaliação de desempenho

Desde 2013, a Gestão de Desempenho da Copel é realizada por meio do Programa Nossa Energia, que, ao longo do tempo, vem sendo aprimorado segundo as melhores práticas do mercado. De acordo com as regras do Programa, pelo menos uma vez ao ano cada empregado recebe o feedback do seu gestor levando-se em consideração o desempenho apresentado. No momento da avaliação e do feedback, também é contratado o desempenho esperado para o próximo período.

A partir do ciclo 2021, o Nossa Energia passou por uma revitalização, com o apoio da Fundação Instituto de Administração (FIA), órgão ligado à Universidade de São Paulo (USP), e participação de reconhecidos consultores e especialistas na área de gestão de pessoas. A condução deste projeto teve como pontos centrais a revisão de um Sistema de Gestão de Pessoas com base em competências, estimulando a cultura meritocrática e considerando critérios de avaliação relacionados aos eixos de atuação, competências e nível de complexidade do profissional. A revitalização do programa teve como foco o incentivo ao desenvolvimento profissional e protagonismo dos copelianos.

7.2.7 Desenvolvimento de Pessoal

O desenvolvimento profissional na Copel é orientado pelo resultado da avaliação das competências, oriundas do programa de gestão por competências que define as entregas esperadas dos empregados, e da identificação das necessidades de treinamento vindas das áreas, de acordo com seus desafios e especificidades. Já para a realização de programas corporativos, conta-se com o apoio da UniCopel – Universidade Corporativa Copel. Esses são caracterizados por ações de educação e comunicação focados em temas específicos, destinados a todos os empregados e são, geralmente, demandados e coordenados por áreas *sponsors*.

7.2.8 Programas corporativos

Destacamos, a seguir, alguns dos programas de desenvolvimento corporativos realizados em 2021:

- **Programas para cibersegurança e segurança de dados pessoais**

Em 2021, foram capacitados todos os empregados, além de diretores e estagiários, em conceitos para a promoção da segurança digital, por meio dos treinamentos de conscientização em cibersegurança e a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD, iniciando uma prática contínua de aprendizado voltado e esse tema.

- **Outras ações**

Os temas de diversidade também entraram na agenda de treinamentos anuais. Em 2021, foram realizadas diversas ações de conscientização e sensibilização para empregados e público externo, das quais destacam-se o treinamento Diversidade e Inclusão: pessoas LGBTI+ e ambiente de trabalho, e o treinamento “Por que precisamos falar sobre racismo?”. Destaca-se também os eventos “ExataMente: meninas e mulheres nas exatas”, iniciativa que visou incentivar meninas a conhecerem as carreiras em ciências exatas por meio de palestras, ministradas pelas engenheiras da Copel e o evento Raio-X dos homens: uma conversa sincera sobre masculinidade, voltado ao quadro da Companhia. Todos os eventos

e treinamentos foram promovidos pela Comissão Permanente de Diversidade em parceria com a UniCopel e a Coordenação de comunicação e marketing da Copel.

▪ **Aprendizado contínuo**

Em consonância com as melhores práticas do mercado, a Copel Distribuição investe constantemente em promover um ambiente que fortaleça o aprendizado contínuo. No último ano, foi lançada a comunidade virtual denominada Compartilhando Energia, em que são divulgados periodicamente oportunidades de aprendizados. São cursos e conteúdos disponíveis a todos os empregados promovendo a atualização no seu escopo de trabalho.

Outras ações da Companhia são a oferta, para todo o público interno, de cursos cujos temas relacionam-se à gestão de qualidade, processos e projetos, autodesenvolvimento e sobre ferramentas da qualidade na modalidade a distância; a execução do programa de capacitação em língua estrangeira para os empregados que utilizam outro idioma em suas atividades de trabalho; o investimento em cursos de pós-graduação lato e stricto sensu para profissionais que necessitam especializar-se em sua área de atuação; e mantém-se firmando parcerias educacionais, por meio de edital de chamada pública vigente desde 2016. Essas parcerias concedem descontos nas mensalidades ou algum outro benefício, e abrangem educação básica, superior e profissional, de qualificação, aperfeiçoamento e línguas estrangeiras e podem estender-se aos dependentes.

▪ **Trilhas de aprendizagem**

A Copel adotou a metodologia de trilhas de aprendizagem, que consiste em compartilhamento de conhecimento dos empregados para os empregados. Lançada em 2020, caracteriza-se como uma abordagem dinâmica e simples, uma vez que dá autonomia aos produtores de conteúdo, reconhecidos como curadores de conteúdo, na elaboração e publicação do material. É também uma metodologia de baixo custo, já que utiliza recursos 100% próprios para a produção e manutenção das publicações. Em 2021, foram publicadas as trilhas de Planejamento Estratégico, Plenamente (foco em saúde e bem-estar), Nossa Energia (sobre o programa de avaliação de desempenho) e Gestão de contratos. As trilhas ficam disponíveis a todos os empregados e pode ser acessada também do celular.

7.3 Fornecedores

Por se tratar de sociedade de economia mista, a Copel Distribuição está sujeita à Lei Federal nº 13.303/16 e ao Regulamento Interno de Licitações e Contratos, que restringem as ações de seleção de fornecedores. No entanto, além das obrigações legais, a Companhia usa, como critérios principais na seleção de fornecedores, o atendimento à legislação trabalhista e o respeito aos direitos humanos, à idoneidade fiscal e ao compromisso ambiental.

Os critérios são definidos nos editais de licitação, cláusulas contratuais, manuais de cadastramento de fornecedores e no Código de Conduta, além de normas e manuais técnicos permanentemente disponíveis aos interessados no site da organização. Os fornecedores da Copel Distribuição são incluídos no

Programa de Integridade da Companhia através de workshops, palestras e eventos sobre as medidas e normas anticorrupção.

Os contratantes também têm acesso ao Manual do Fornecedor da Copel, recebido na assinatura do contrato e comprometem-se, através do Termo de Ciência e Comprometimento, com os princípios e diretrizes da Companhia. Além disso, os fornecedores são incluídos na Política de Sustentabilidade da Copel, pela qual a Companhia reconhece as melhores iniciativas através do Prêmio Copel de Sustentabilidade - Troféu Susie Pontaroli.

Caso haja impactos negativos praticados por fornecedores que firmam o instrumento contratual, o gestor de contratos tem o dever de avaliar as sanções administrativas pertinentes, que podem ser de advertência, e/ou multa, rescisão contratual, e/ou suspensão temporária (processo administrativo independente).

7.4 Clientes

O relacionamento da Copel Distribuição com seus clientes — residenciais, comerciais, industriais e órgãos públicos, considerando todos os seus segmentos de operação — é pautado pela busca da excelência nos serviços para satisfação desse público. Por isso, a Companhia realiza pesquisas de satisfação e participa anualmente das avaliações realizadas pela Aneel, com foco nos clientes residenciais, e a Abradee - Pesquisa da Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia, que contempla clientes residenciais, comerciais e industriais. A cada 4 anos acontece a pesquisa com os clientes rurais, enquanto o levantamento junto a clientes do poder público ocorre no primeiro e no último ano do mandato dos prefeitos.

A CIER - Comisión de Integración Energética Regional - realiza a premiação desde 2003 e adota a mesma metodologia da Abradee. São aplicados questionários com perguntas sobre diferentes áreas de atuação das companhias, como fornecimento de energia, informação e comunicação, atendimento ao cliente, conta de luz e imagem da empresa. A partir dos dados coletados é calculado o Índice de Satisfacción del Cliente con la Calidad Percibida (ISCAL).

A satisfação dos consumidores também é monitorada pela pesquisa anual realizada pela Aneel, com foco nos clientes residenciais. A seguir o resultado alcançado em 2021:

	Resultado 2021	2021	2020	2019
Abradee - Cliente Residencial	1º Lugar	78,74%	84,40%	80,7%
Abradee - Cliente do Grupo A	1º Lugar	80,86%	80,90%	80,1%
CIER	3º Lugar	78,74%	84,40%	80,7%
Pesquisa de Satisfação do Cliente Rural		* Não realizada	* Não realizada	76,5%
Pesquisa de Satisfação do Cliente Poderes Públicos		* Não realizada	* Não realizada	89,3%

* Pesquisa de Satisfação do Cliente Rural é realizada a cada 4 anos

Para atingir e manter altos índices de satisfação a Copel Distribuição analisa os resultados de pesquisas de satisfação e desenvolve os planos de ação necessários. Entre as principais ações da Companhia, está a manutenção permanente da rede de energia elétrica para garantir a qualidade e a continuidade no fornecimento. Isso é acompanhado por investimentos em desenvolvimento de novos canais de atendimento, além da melhora dos canais existentes, tanto por meio de treinamento de atendentes quanto pela evolução tecnológica.

7.5 Projetos e impactos sociais

Em conjunto com o Governo do Paraná e com outras instituições governamentais a Copel Distribuição participa de projetos que geram impactos socioeconômicos em diferentes magnitudes de acordo com a característica e localização de cada projeto. As ações sociais são norteadas pelas diretrizes da Política de Sustentabilidade e Cidadania Empresarial da Companhia que visa a sustentabilidade, respeito a todas as partes interessadas e ampla promoção da diversidade e da ética na condução dos negócios. Destacam-se os seguintes:

Números em 2021	Números em 2020	Números em 2019
Programa Luz Fraterna		
R\$ 57 milhões	R\$ 33,1 milhões	R\$ 43,6 milhões
183 mil famílias/mês	155 mil famílias/mês	153 mil famílias/mês
Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE		
R\$ 95,2 milhões	R\$ 103,9 milhões	R\$ 70,2 milhões
370 mil unidades consumidoras	306 mil unidades consumidoras	282 mil unidades consumidoras
Tarifa Irrigação Noturna e Tarifa Rural Noturna		
13,8 mil beneficiados pela Tarifa Rural Noturna – R\$ 52,6 milhões	13,3 mil beneficiados pela Tarifa Rural Noturna – R\$ 47 milhões	13,6 mil inscritos na Tarifa Rural Noturna
4 mil beneficiados pela Tarifa Irrigação Noturna – R\$ 15,9 milhões	3,9 mil beneficiados pela Tarifa Irrigação Noturna – R\$ 11,5 milhões	4,5 mil inscritos na Tarifa Irrigação Noturna
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		
R\$ 40,7 milhões aplicados em P&D 1 projeto selecionado e 11 projetos estratégicos Aneel para aplicação em 2022, 2023 e 2024 no total de R\$ 71,5 milhões.	R\$ 50,5 milhões aplicados em P&D 6 projetos selecionados para aplicação até 2023 no total de R\$ 54,9 milhões. Chamada pública 003/2020 com disponibilização de R\$ 30 milhões	R\$ 35,2 milhões aplicados em P&D 15 projetos selecionados para aplicação em 2019 e 2020, no total de R\$ 68,9 milhões.
Programa de Eficiência Energética - PEE		
R\$ 69,97 milhões aplicados em PEE	R\$ 19,70 milhões aplicados em PEE	R\$ 32,9 milhões aplicados em PEE
26 projetos selecionados para aplicação em 2022, 2023 e 2024 no total de R\$ 142,00 milhões.	106 projetos selecionados para aplicação em 2021, 2022 e 2023 no total de R\$ 154,34 milhões. Chamada pública 003/2020 com disponibilização de R\$ 30 milhões	42 projetos selecionados para aplicação em 2019 e 2020, no total de R\$ 39,9 milhões. Chamada pública 002/2019 com disponibilização de R\$ 100 milhões
Programa Casa Fácil (antigo Morar Bem em 2020/2019)		
1.675 unidades habitacionais, totalizando um investimento de 5,0 milhões.	1.980 unidades habitacionais, totalizando um investimento de R\$ 2,8 milhões.	2.305 unidades habitacionais, totalizando um investimento de R\$ 2,1 milhões.
Programa Iluminando Gerações		
80.762 alunos tiveram acesso aos conteúdos do programa, por meio de acesso aos vídeos educativos publicados, kit escolas entregues, atuações da equipe de atores do Teatro Histórias Eletrizantes	23.500 alunos atendidos por meio de palestras presenciais e <i>on line</i> 832 visualizações das <i>lives</i> 3.700 visualizações dos vídeos na internet	78.692 alunos atendidos

continua

Números em 2021	Números em 2020	Números em 2019
Programa mais que energia		
Em 2021 não houveram investimentos no Programa.	Projeto concluído em 2020 com a aplicação final de R\$ 165.000,00	O montante total de recursos liberados pelo BNDES (R\$ 750 mil) foi integralmente aplicado no programa até o final de 2019, sendo 2 instituições atendidas e 250 alunos beneficiados
Cobrança de valores de terceiros - CVT		
243 mil doações/mês R\$ 3,7 milhões de arrecadação mensal 93 instituições filantrópicas conveniadas	267 mil doações/mês R\$ 3,5 milhões de arrecadação mensal 160 instituições filantrópicas contratadas	267 mil doações/mês R\$ 3,5 milhões de arrecadação mensal 160 instituições filantrópicas contratadas
Programa Cultivar Energia		
5 hortas em funcionamento (Cascavel, Maringá, Curitiba, Umuarama e Francisco Beltrão) 3 hortas em fase de formalização para implantação (Curitiba e Cascavel) 140 famílias já atendidas previsão e ampliação de mais 100 famílias nas novas hortas Em 2021 o Projeto Compra Coletiva Solidária Amigos da Horta Vila Esperança de Maringá foi reconhecido com o Selo SESI ODS 2021 (concedido anualmente pelo Sistema Fiep e SESI Paraná) pela sua contribuição para o desenvolvimento sustentável das comunidades.	3 hortas em funcionamento (Cascavel, Maringá e Curitiba) 4 hortas em fase de implantação (Curitiba, Cascavel, Francisco Beltrão e Umuarama) 110 famílias já atendidas previsão e ampliação de mais 100 famílias nas novas hortas	Hortas implantadas em Cascavel e Maringá e em fase de implantação em Curitiba, Cascavel, Francisco Beltrão e Umuarama
Programa Boa Vizinhaça		
22 instituições atendidas em nas regiões de Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, Londrina, Curitiba e Litoral.	17 instituições atendidas em Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, Londrina e Curitiba	7 instituições atendidas em Ponta Grossa, Cascavel, Maringá, Londrina e Curitiba.
Comissões Internas Socioambientais - CISAs		
Em 2021 foram desenvolvidas ações voltadas principalmente ao enfrentamento da pandemia, com foco em: - Campanhas especiais de arrecadação de produtos alimentícios, de higiene e limpeza; - Oficinas de orientação e geração de renda; - Treinamentos virtuais; - Apoio financeiro e humano a ações de voluntariado, onde cerca de 20 instituições foram atendidas em diversas ações realizadas por meio da mobilização de empregados voluntários da Copel.	Em 2020 devido a pandemia, as ações presenciais foram suspensas, sendo priorizado ações voltadas ao enfrentamento da pandemia, como: - Campanhas especiais de arrecadação de produtos alimentícios, de higiene e limpeza; - Treinamentos virtuais; - Apoio financeiro a grupos internos de voluntariado como o TriCopel e Oficina de Brinquedos e Tecla Social.	- Realização de campanhas Solidárias de arrecadação de agasalhos, fraldas, leite, brinquedos, alimentos; - Ações de sensibilização socioambiental em datas comemorativas; - Campanhas permanentes de arrecadação de produtos recicláveis; - Ações regionalizadas vinculadas ao Projeto Desafio da Sustentabilidade; - Desenvolvimento e reconhecimento do Projeto Recicla NRO – lixo zero; - Parcerias em ações voltadas às comunidades com instituições e órgãos públicos municipais como a Caminhada da Natureza – Circuito Águas do Pirapó.

7.5.1 Programa Luz Fraterna

Programa instituído e alterado pelas leis estaduais nº 491/2003 e 17.639/2013, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis (unidades consumidoras) sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3º e 4º desta lei. Os beneficiados são os consumidores de baixa renda inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica. Os recursos financeiros são provenientes do Governo do Paraná.

7.5.2 Tarifa Social e Energia Elétrica-TSEE

Consiste em descontos sobre o consumo de energia elétrica até o limite de 220 kWh. Os beneficiados do programa são as famílias com baixa renda, indígenas, quilombolas e pessoas que recebem o benefício da prestação continuada - BPC, inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, desde que obedecidos os demais critérios dispostos na Resolução Aneel nº 414/2010. Os recursos

financeiros são provenientes da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético.

7.5.3 Tarifa Irrigação Noturna e Tarifa Rural Noturna

Consiste no desconto de 60% a 70% na tarifa de energia elétrica utilizada para a produção, no período entre 21h30 e 6h, a fim de incentivar a produtividade agrícola. Os recursos financeiros são provenientes do Governo do Paraná para a Tarifa Rural Noturna e CDE - Conta de Desenvolvimento Energético para a Tarifa de Irrigação Noturna.

7.5.4 Programa Casa Fácil – PR (antigo Morar Bem em 2020/2019)

O programa Casa Fácil Paraná (Lei Estadual 20.394/2020 e Decreto 7.666/2021), constitui-se pelas ações na área habitacional desenvolvidas pelo Governo do Estado do Paraná com o objetivo de fomentar a produção e a aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação ou reformas de imóveis urbanos e rurais, regularização fundiária e urbanização na área habitacional de interesse social no Paraná.

A Copel Distribuição participa com a construção de redes de distribuição de energia elétrica e implantação de entradas de serviço (E.S.) em empreendimentos destinados a famílias com renda mensal de até seis salários mínimos. Os custos incorridos pela Companhia com a execução do Programa são ressarcidos pelo Estado do Paraná durante cada exercício financeiro com recursos orçamentários da COHAPAR.

7.6 Dimensão Ambiental

A cada novo empreendimento são realizados estudos ambientais como parte do processo de licenciamento, com periodicidade que varia conforme a complexidade da obra. Os resultados fundamentam programas específicos, que, além de caráter mitigatório e compensatório, visam atingir a ecoeficiência, preservar a biodiversidade e reduzir as emissões de gases de efeito estufa.

As diretrizes ambientais da Companhia, aplicáveis a empregados próprios, terceirizados e fornecedores, foram construídas com base nos conceitos de ecoeficiência, que preconizam o desenvolvimento de projetos que aproveitem adequadamente os recursos naturais e permitam a disseminação das boas práticas e dos valores da Copel.

As metas ambientais são estipuladas por meio de comissões compostas por representantes das diretorias da Companhia e são desenvolvidas com base no histórico da Copel, buscando o melhor uso dos recursos, a minimização dos impactos e atendendo à análise econômica. Cada comissão define os valores, o prazo e o modo de condução dessas metas, que são submetidas à aprovação da alta direção da Companhia, com o acompanhamento periódico do desempenho, e são válidas a todos os processos e estão relacionadas ao desempenho de empregados e da alta administração.

Com o propósito de acompanhar as boas práticas e a qualidade de gestão ambiental, a Copel adota uma série de indicadores, acompanhados periodicamente pelas áreas ambientais da Companhia, entre os quais destacam-se emissões atmosféricas e de gases de efeito estufa (GEE), resíduos, consumo de recursos naturais (ecoeficiência: água, energia, combustíveis, papel) e monitoramento ambiental (ictiofauna, efluentes e vegetação).

7.6.1 Mudanças Climáticas

Os efeitos da mudança do clima incidem diretamente sobre os negócios da Copel Distribuição, impactando sua operação, seja na capacidade de gerar energia ou na demanda por manutenção de linhas de transmissão, subestações ou outras instalações, acarretando custos, necessidade de mão de obra e prejuízos para os consumidores.

Ciente de sua responsabilidade com relação ao tema, a Companhia, junto com sua Controladora, anunciou, em 2021, seu Plano de Neutralidade de Carbono, por meio do qual pretende, até 2030, neutralizar emissões de gases de efeito estufa e compensar emissões residuais dos ativos que controla operacionalmente. Outra novidade é a inclusão dos efeitos da mudança do clima nos principais negócios na Matriz de Riscos.

A atuação da Companhia com relação ao tema é pautada pela Política de Mudança do Clima, cujas diretrizes têm como base as recomendações e metodologias do GHG Protocol, dos Princípios do Pacto Global, da Política Nacional sobre Mudança do Clima, da Política Estadual de Mudanças Climáticas e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

7.6.2 Programas ambientais

Os programas ambientais desenvolvidos no âmbito da Companhia buscam preservar, recuperar e mitigar impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos, bem como nas regiões que estão inseridos.

Os programas ambientais desenvolvidos no âmbito da Copel Distribuição buscam preservar, recuperar e mitigar impactos negativos nas áreas atingidas pelos empreendimentos realizados, bem como nas regiões que estão inseridos, sobretudo em florestas e áreas urbanas arborizadas.

7.6.3 Recursos Naturais

O gerenciamento de recursos naturais é fundamental para a sustentabilidade dos negócios da Companhia, que tem, como diretrizes principais na relação com o meio ambiente, a promoção da ecoeficiência em todos os processos, visando à redução do consumo e o uso sustentável dos recursos naturais e dos serviços ecossistêmicos; a mitigação dos impactos negativos e potencialização dos positivos nas suas atividades e negócios; bem como a consideração dos impactos das mudanças do clima na operação e expansão de ativos. Para saber mais, acesse <https://copelsustentabilidade.com/ambiental/recursos-naturais/>

BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

	2021			2020			2019		
5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL									
Empregados no final do período	4.430			4.641			4.964		
Admissões/reintegrações durante o período	3			3			5		
Transferências de empregados entre empresas do grupo									
	(7,00)								
Escolaridade dos empregados(as) (homens, mulheres):	H	M	total	H	M	total	H	M	total
Extensão universitária	665	293	958	628	272	900	627	270	897
Ensino superior	1.145	423	1.568	1.290	496	1.786	1.342	513	1.855
Ensino técnico	683	50	733	706	54	760	805	57	862
Ensino médio	948	198	1.146	950	225	1.175	1.062	261	1.323
Ensino fundamental	22	3	25	19	1	20	26	1	27
Faixa etária dos empregados(as):									
Abaixo de 18 anos							-		
De 18 até 30 anos (exclusive)	73			171			209		
De 30 até 45 anos (exclusive)	2.461			2.648			2.710		
De 45 até 60 anos (exclusive)	1.753			1.716			1.934		
60 anos ou mais	143			106			111		
Mulheres que trabalham na empresa	967			1.048			1.102		
% Mulheres em cargos gerenciais:									
em relação ao nº total de mulheres	5,8			4,7			4,0		
em relação ao nº total de gerentes	21,2			20,2			17,7		
Negros(as) que trabalham na empresa	596			643			675		
% Negros(as) em cargos gerenciais:									
em relação ao nº total de negros(as)	4,2			3,6			3,4		
em relação ao nº total de gerentes	9,5			9,5			9,3		

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL									
Portadores(as) de necessidades especiais	119			151			152		
Dependentes	6.236			6.418			6.846		
Terceirizados	7.736			6.074			6.371		
Aprendiz (es)	98			95			151		
Estagiários(as)	153			133			221		
Empregados com mais de 10 anos de serviço efetivo na Divisão do maior salário da empresa pelo menor salário - incluindo administradores	3.699			3.369			3.202		
Quantidade de empregados com salário superior a 2 salários	26			29			30		
Processos trabalhistas									
Em andamento no final do exercício	2.657			3.931			3.461		
Incluídos no exercício	300			1.117			1.090		
Encerrados no exercício	416			636			697		
Considerados procedentes	248			297			381		
Considerados improcedentes	168			339			316		

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL									
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	18			18			18		
Número total de Acidentes de Trabalho (inclui acidentes com contratados)	79			122			172		
Número total de reclamações e críticas de consumidores:									
na empresa	28.378			25.800			38.300		
de segundo nível	3.411			3.713			3.045		
na Justiça	6.808			3.645			6.738		
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:									
na empresa	100,0%			100,0%			100,0%		
de segundo nível	100,0%			100,0%			100,0%		
na Justiça	4,7%			13,7%			29,6%		

Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	direção e gerências	direção e gerências	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	todos + Cipa	todos + Cipa	todos + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos trabalhadores, a empresa:	incentiva e segue a OIT	incentiva e segue a OIT	incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	todos	todos	todos
A participação dos lucros ou resultados contempla:	todos	todos	todos
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	são exigidos	são exigidos	são exigidos
Quanto à participação dos empregados em programas de trabalho voluntário, a empresa:	organiza e incentiva	organiza e incentiva	organiza e incentiva

NE - Nota Explicativa

continua

BALANÇO SOCIAL ANUAL

Em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

continuação

7- GERAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE RIQUEZA

Valor adicionado total a distribuir	12.868.430	10.983.683	9.874.778
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):			
Terceiros	3,2%	2,6%	2,6%
Pessoal	8,5%	10,6%	9,8%
Governo	81,6%	69,9%	80,4%
Acionistas	3,2%	8,0%	4,1%
Retido	3,5%	8,9%	3,1%

8 - OUTRAS INFORMAÇÕES

• A partir de 2010, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase não mais prescreve seu modelo padrão de Balanço Social por entender que esta ferramenta e metodologia já se encontram amplamente difundidas entre empresas, consultorias e institutos que promovem a responsabilidade social corporativa no Brasil. Assim sendo, a Copel, que já utilizava este modelo desde 1999, resolveu, fundamentada na orientação do Ibase, melhorar sua demonstração de Balanço Social, abordando também informações solicitadas na NBCT 15, visando à transparência de suas informações.

• As notas explicativas - NEs são parte integrante das Demonstrações Financeiras e também contêm outras informações de natureza socioambiental não contempladas neste Balanço Social.

(1) Estas informações referem-se a multas e notificações socioambientais. Valores referente aos Termos de Compromisso - TCs e Termos de Ajustamento de Conduta - TACs são considerados em sociais externos ou ambientais, dependendo de sua natureza.

(2) Não compõem o quadro de empregados.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Daniel Pimentel Slaviero

Secretário Executivo

Maximiliano Andres Orfali

Membros

Ana Letícia Feller

Marco Antônio Barbosa Cândido

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Presidente

Marco Antônio Barbosa Cândido

Membros

Carlos Biedermann

Luiz Claudio Maia Vieira

CONSELHO FISCAL

Membros titulares

Demetrius Nichele Macei

Harry Françóia Júnior

José Paulo da Silva Filho

Membros suplentes

Vaga em aberto

Otamir Cesar Martins

Verônica Peixoto Coelho

DIRETORIA

Diretor Geral

Maximiliano Andres Orfali

Diretor de Finanças e de Relações com Investidores

Adriano Rudek de Moura

Diretor Jurídico e de Relações Institucionais

Eduardo Vieira de Souza Barbosa

Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão

Hemerson Luiz Barbosa Pedroso

CONTADOR

Robson Carlos Nogueira

CRC-PR- 047941/O-4

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

Balanco Patrimonial

em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
 em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	4	393.317	1.461.797	1.372.666
Cauções e depósitos vinculados		51	51	51
Clientes	6	3.515.448	2.638.385	2.347.645
Ativos financeiros setoriais	7	383.740	173.465	355.570
Outros créditos	10	455.868	240.967	257.806
Estoques		169.756	138.482	96.470
Imposto de renda e contribuição social	11.1	29.523	13.915	99.659
Outros tributos a recuperar	11.4	1.457.467	1.501.768	75.968
Despesas antecipadas		37.156	23.538	19.954
Partes relacionadas	12	5.725	6.043	6.200
		6.448.051	6.198.411	4.631.989
NÃO CIRCULANTE				
Realizável a Longo Prazo				
Títulos e valores mobiliários	5	822	1.543	1.506
Cauções e depósitos vinculados	17.1	142.764	133.521	98.433
Clientes	6	70.317	51.438	47.361
Depósitos judiciais	13	361.195	265.585	270.832
Ativos financeiros setoriais	7	383.740	173.465	118.419
Contas a receber vinculadas à concessão	9	1.200.708	960.518	836.818
Ativos de Concessão	8	1.798.195	1.114.961	844.284
Outros créditos	10	22.742	46.496	26.592
Imposto de renda e contribuição social	11.1	18.713	18.382	18.122
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.2	679.181	811.638	701.018
Outros tributos a recuperar	11.4	2.985.951	4.338.116	87.674
		7.664.328	7.915.663	3.051.059
Investimentos		540	808	813
Intangível	14	6.596.184	6.203.387	5.703.686
Direito de uso de ativos	22.1	95.598	88.817	46.974
		14.356.650	14.208.675	8.802.532
TOTAL DO ATIVO		20.804.701	20.407.086	13.434.521

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Balço Patrimonial

em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019 (continuação)
em milhares de reais

PASSIVO	NE nº	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
CIRCULANTE				
Obrigações sociais e trabalhistas	15	369.864	451.683	212.276
Partes relacionadas	12	11.571	10.567	10.942
Fornecedores	16	1.743.382	1.632.903	1.111.573
Imposto de renda e contribuição social	11.1	-	584.120	-
Outras obrigações fiscais	11.4	334.738	419.029	353.648
Empréstimos e financiamentos	17	11.113	16.251	30.198
Debêntures	18	783.245	769.742	22.302
Dividendos a pagar		824.833	440.368	266.050
Benefícios pós-emprego	19.3	48.415	48.716	46.151
Encargos do consumidor a recolher	20	176.798	15.565	12.232
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	228.457	305.832	285.559
Passivos financeiros setoriais	7	139.770	188.709	-
Passivo de arrendamentos	22.2	31.448	28.953	16.967
Outras contas a pagar	23	116.348	122.425	101.260
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5	7.294	121.838	-
		4.827.276	5.156.701	2.469.158
NÃO CIRCULANTE				
Outras obrigações fiscais	11.4	535.572	567.157	600.520
Empréstimos e financiamentos	17	168.634	168.095	154.561
Debêntures	18	2.416.356	1.601.316	2.330.358
Benefícios pós-emprego	19.3	802.222	939.269	762.625
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21	266.650	218.883	228.182
Passivos financeiros setoriais	7	153.409	-	102.284
Passivo de arrendamentos	22.2	69.365	63.183	31.895
Outras contas a pagar	23	15.522	6.896	7.457
PIS e COFINS a restituir para consumidores	11.5	3.319.501	3.805.985	-
Provisões para litígios	24.1	671.638	666.687	735.237
		8.418.869	8.037.471	4.953.119
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	25.1	5.359.206	5.341.443	5.341.443
Ajustes de avaliação patrimonial	25.2	(103.977)	(213.925)	(107.225)
Reserva legal	25.3	306.744	263.851	171.142
Reserva de retenção de lucros	25.3	1.808.323	1.400.827	520.091
Dividendo adicional proposto	25.4	188.260	420.718	86.793
		7.558.556	7.212.914	6.012.244
TOTAL DO PASSIVO		20.804.701	20.407.086	13.434.521

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	26	14.836.392	11.552.896	10.401.301
Custos Operacionais	27	(12.942.685)	(10.010.702)	(8.810.299)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.893.707	1.542.194	1.591.002
Outras Receitas (Despesas) Operacionais				
Despesas com vendas	27	(178.719)	(137.699)	(151.744)
Despesas gerais e administrativas	27	(437.507)	(416.941)	(404.360)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	27	(110.469)	700.924	(213.514)
		(726.695)	146.284	(769.618)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		1.167.012	1.688.478	821.384
Resultado Financeiro	28			
Receitas financeiras		457.697	1.334.983	355.152
Despesas financeiras		(391.228)	(291.002)	(273.909)
		66.469	1.043.981	81.243
LUCRO OPERACIONAL		1.233.481	2.732.459	902.627
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	11.6			
Imposto de renda e contribuição social		(298.719)	(933.931)	(152.389)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(76.878)	55.653	(48.847)
		(375.597)	(878.278)	(201.236)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		857.884	1.854.181	701.391
LUCRO LÍQUIDO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ATRIBUÍDO AOS ACIONISTAS - em reais				
Ações ordinárias		0,16039	0,34713	0,13217

As notas explicativas - NE são parte integrantes das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e de 2019
 em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2019
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		857.884	1.854.181	701.391
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado	25.2			
Ganhos (perdas) com passivos atuariais				
benefícios pós-emprego		166.589	(161.667)	(131.572)
Tributos sobre outros resultados abrangentes		(56.641)	54.967	44.735
Total de outros resultados abrangentes, líquido de tributos		109.948	(106.700)	(86.837)
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO		967.832	1.747.481	614.554

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
em milhares de reais

	NE nº	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
					Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Dividendo adicional proposto		
Saldo em 1º de janeiro de 2019		5.235.943	105.500	(20.388)	136.072	451.628	-	-	5.908.755
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	701.391	701.391
Perdas atuariais, líquidas de tributos	25.2	-	-	(86.837)	-	-	-	-	(86.837)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(86.837)	-	-	-	701.391	614.554
Aumento de capital		105.500	(105.500)	-	-	-	-	-	-
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	(198.065)	-	-	(198.065)
Reserva legal	25.3	-	-	-	35.070	-	-	(35.070)	-
Juros sobre o capital próprio	25.4	-	-	-	-	-	-	(313.000)	(313.000)
Dividendo adicional proposto	25.4	-	-	-	-	-	86.793	(86.793)	-
Reserva de retenção de lucros	25.3	-	-	-	-	266.528	-	(266.528)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2020		5.341.443	-	(107.225)	171.142	520.091	86.793	-	6.012.244
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.854.181	1.854.181
Perdas atuariais, líquidas de tributos	25.2	-	-	(106.700)	-	-	-	-	(106.700)
Resultado abrangente total do exercício		-	-	(106.700)	-	-	-	1.854.181	1.747.481
Deliberação do dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(86.793)	-	(86.793)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	25.3	-	-	-	92.709	-	-	(92.709)	-
Dividendos intermediários (JCP)	25.4	-	-	-	-	-	-	(131.000)	(131.000)
Dividendos	25.4	-	-	-	-	-	-	(329.018)	(329.018)
Dividendo adicional proposto	25.4	-	-	-	-	-	420.718	(420.718)	-
Reserva de retenção de lucros	25.3	-	-	-	-	880.736	-	(880.736)	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021		5.341.443	-	(213.925)	263.851	1.400.827	420.718	-	7.212.914
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	857.884	857.884
Perdas atuariais, líquidas de tributos	25.2	-	-	109.948	-	-	-	-	109.948
Resultado abrangente total do exercício		-	-	109.948	-	-	-	857.884	967.832
Aumento de capital		17.763	-	-	-	-	-	-	17.763
Deliberação do Dividendo adicional proposto		-	-	-	-	-	(420.718)	-	(420.718)
Destinação proposta à A.G.O.:		-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	25.3	-	-	-	42.893	-	-	(42.893)	-
Dividendos intermediários (JCP)	25.4	-	-	-	-	-	-	(103.249)	(103.249)
Dividendos	25.4	-	-	-	-	-	-	(115.986)	(115.986)
Dividendo adicional proposto	25.4	-	-	-	-	-	188.260	(188.260)	-
Reserva de retenção de lucros	25.3	-	-	-	-	407.496	-	(407.496)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021		5.359.206	-	(103.977)	306.744	1.808.323	188.260	-	7.558.556

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
em milhares de reais

	NE nº	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício		857.884	1.854.181	701.391
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido do período com a geração de caixa pelas atividades operacionais:				
Encargos, variações monetárias e cambiais não realizadas - líquidas		140.860	169.789	148.310
Reconhecimento do valor justo do ativo indenizável da concessão	9	(108.733)	(45.187)	(26.231)
Baixas de contas a receber vinculadas à concessão	9	14	114	118
Baixas de ativos de contrato	8	7.155	11.903	7.949
Imposto de renda e contribuição social	11.6	298.719	933.931	152.389
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.6	76.878	(55.653)	48.847
Recuperação de PIS/Pasep e Cofins sobre ICMS		(21.640)	(1.755.112)	-
Apropriação de obrigações de benefícios pós emprego	19.4	153.528	140.435	147.890
Constituição para programas de pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21.2	131.331	105.354	96.547
Resultado de ativos e passivos financeiros setoriais	26.1	(2.502.324)	(746.052)	(25.056)
Amortização	27	406.632	374.851	343.597
Perdas estimadas, provisões e reversões operacionais líquidas	27.5	271.859	179.096	302.385
Resultado das baixas de investimentos		-	-	184
Resultado das baixas de intangível	14.1	30.623	52.656	26.359
		(257.214)	1.220.306	1.924.679
Redução (aumento) dos ativos				
Clientes		(1.076.668)	(417.811)	(99.555)
Ativos financeiros setoriais	7.1	1.509.802	979.642	277.265
Depósitos judiciais		(84.990)	14.865	40.536
Outros créditos		(186.354)	4.750	22.156
Estoques		(30.235)	(42.012)	(17.145)
Imposto de renda e contribuição social		(21.258)	85.484	(14.481)
Outros tributos a recuperar		43.160	(9.880)	4.676
Despesas antecipadas		(13.618)	(3.584)	4.197
Partes relacionadas		317	157	489
		140.156	611.611	218.138
Aumento (redução) dos passivos				
Obrigações sociais e trabalhistas		14.641	239.407	35.829
Partes relacionadas		1.004	(375)	(1.554)
Fornecedores		(25.405)	464.564	216.854
Outras obrigações fiscais		632.330	39.549	(38.419)
Pagamento de encargos de mútuo com a controladora		-	-	-
Benefícios pós-emprego	19.4	(124.289)	(122.893)	(123.069)
Encargos do consumidor a recolher		161.233	3.333	(57.846)
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	21.2	(175.195)	(105.402)	(49.315)
Passivos financeiros setoriais		-	-	-
Outras contas a pagar		9.079	20.604	(20.704)
Provisões para litígios quitadas	24.1.1	(117.753)	(125.189)	(161.733)
		375.645	413.598	(199.957)
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
		258.587	2.245.515	1.942.860
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
		(45.502)	1.760.056	1.621.260
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aplicações financeiras		(8.522)	(35.125)	(9.400)
Aquisições de ativos de contrato		(1.603.341)	(1.328.284)	(1.024.503)
Participação financeira do consumidor - ativos de contrato		151.548	107.303	104.067
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
		(1.460.315)	(1.256.106)	(929.836)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Ingressos de debêntures emitidas	18.2	1.500.000	-	850.000
Custos de transação na emissão de debêntures		(19.709)	-	(14.418)
Amortizações de principal de empréstimos e financiamentos	17.4	(14.586)	(31.769)	(235.863)
Amortizações de principal de debêntures	18.2	(758.333)	-	(250.000)
Amortizações de principal de passivos de arrendamento	22.2.1	(30.035)	(30.207)	(15.319)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos		(240.000)	(352.843)	(287.551)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
		437.337	(414.819)	46.849
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		(1.068.480)	89.131	738.273
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4	1.461.797	1.372.666	634.393
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4	393.317	1.461.797	1.372.666
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
		(1.068.480)	89.131	738.273

As notas explicativas - NE são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Receitas				Pessoal			
Venda de energia e outros serviços	19.971.299	16.460.024	17.221.253	Remunerações e honorários	540.203	534.960	571.827
Receita de construção	1.700.889	1.154.488	904.023	Planos previdenciário e assistencial	155.774	146.422	155.784
Valor justo do ativo indenizável da concessão	108.733	45.187	26.231	Auxílio alimentação e educação	66.430	70.511	76.514
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.502.324	746.052	25.056	Encargos sociais - FGTS	28.728	29.031	32.470
Outras receitas	53.074	828.495	16.573	Programa de desligamentos voluntários	63.013	53.423	27.509
Perdas de crédito esperadas	(182.196)	(123.979)	(137.680)	Prêmio de desempenho e participação nos lucros	241.043	324.973	107.720
	24.154.123	19.110.267	18.055.456		1.095.191	1.159.320	971.824
					%	8,5	10,6
							9,8
(-) Insumos adquiridos de terceiros				Governo			
Energia elétrica comprada para revenda	7.697.674	6.237.304	5.743.437	Federal			
Encargos de uso da rede elétrica (-) ESS e EER	1.631.907	1.360.035	1.062.659	Tributos	1.349.172	1.694.617	1.428.761
Material, insumos e serviços de terceiros	526.472	485.790	480.906	Encargos setoriais	4.417.648	1.951.402	2.213.291
Custo de construção	1.552.744	1.024.355	790.615	Estadual	4.730.406	4.024.109	4.298.664
Perda / Recuperação de valores ativos	67.729	64.328	60.312	Municipal	2.430	3.840	807
Outros insumos	126.908	113.503	217.272		10.499.656	7.673.968	7.941.523
	11.603.434	9.285.315	8.355.201		%	81,6	69,9
							80,5
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	12.550.689	9.824.952	9.700.255	Terceiros			
				Juros	403.699	287.891	252.757
(-) Amortização	406.632	374.851	343.597	Arrendamentos e aluguéis	6.312	562	2.496
				Doações, subvenções e contribuições	5.688	7.759	4.787
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	12.144.057	9.450.101	9.356.658		415.699	296.212	260.040
					%	3,2	2,6
							2,6
(+) Valor adicionado transferido				Acionistas			
Receitas financeiras	457.697	1.334.983	355.152	Lucros retidos	450.389	973.445	301.598
Outras receitas	266.676	198.597	162.968	Remuneração do capital próprio	407.495	880.736	399.793
	724.373	1.533.580	518.120		857.884	1.854.181	701.391
					%	6,7	16,9
							7,1
	12.868.430	10.983.681	9.874.778		12.868.430	10.983.681	9.874.778

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019
em milhares de reais

1. Contexto Operacional

A Copel Distribuição S.A. (Copel Distribuição ou Companhia), com sede na Rua José Izidoro Biazetto, 158, bloco C, Curitiba - PR, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel). Explora a distribuição regulada de energia elétrica em 1.113 localidades, pertencentes a 394 municípios do Paraná e um em Santa Catarina, Porto União. Os municípios de Guarapuava e Coronel Vivida são atendidos parcialmente.

As principais obrigações e prerrogativas da Companhia estabelecidas no Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 46/1999, prorrogando a vigência da concessão até 07/07/2045, são: realizar a operação e manutenção das instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do serviço; realizar prestação de serviço adequado; organizar e manter o controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão; gerenciar os recursos financeiros; realizar investimentos necessários à prestação do serviço e expansão do sistema elétrico; obter energia elétrica ao menor custo disponível; prestar contas à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, conforme previsto em lei; entre outros.

Cabe ao poder Concedente e à Aneel: expedir normas, instruções e regulação, as quais serão condições implícitas ao contrato; realizar o acompanhamento e fiscalização do cumprimento do contrato.

A Companhia não atua em outros segmentos, possuindo apenas o segmento de Distribuição.

1.1 PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19) E SEUS IMPACTOS

Coronavírus é uma família de vírus descoberto em 2019, após casos registrados na China, que provoca a doença chamada Covid-19. Em 26.02.2020 o primeiro caso de infecção foi identificado no Brasil, no município de São Paulo e no dia 11.03.2020, a Organização Mundial da saúde - OMS atribuiu o status de pandemia ao coronavírus, tendo em vista a disseminação das contaminações pelo mundo. No Brasil, os governos federal, estaduais e municipais implementaram diversas medidas para lidar com a emergência na saúde pública. No estado do Paraná as medidas incluíram isolamento social e restrições ao funcionamento de atividades não essenciais como forma de retardar a progressão do vírus, bem como ampliando a vacinação para a população em geral. Após um ciclo de agravamento da pandemia que perdurou até meados de junho de 2021, houve uma redução do isolamento social e o aumento da atividade econômica a partir deste período, principalmente em decorrência do avanço da vacinação que refletiu na diminuição dos casos.

A partir de março de 2020, a Administração da Copel emitiu normas que visam garantir o cumprimento das medidas para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, a Copel estabeleceu uma Comissão de Contingência, com objetivo de monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia, com base nos 4 pilares definidos: (i) segurança das pessoas, (ii) continuidade das atividades essenciais, (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica, preservando a saúde de seus profissionais, seus acessos seguros aos locais de trabalho, um ambiente que preserve o distanciamento entre indivíduos, higiene e acesso aos equipamentos de proteção individual.

Da mesma forma, a Copel Distribuição adotou diversas ações em prol de seus clientes, mantendo a confiabilidade e disponibilidade dos sistemas de distribuição de energia elétrica, para que os mesmos possam se manter conectados e usufruindo dos serviços da Companhia neste momento crítico de pandemia e distanciamento social.

1.2 EFEITOS DO CORONAVÍRUS (COVID-19) NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A pandemia que gerou impactos em diversos segmentos, teve seus efeitos mais significativos em 2020. Em 2021 pode-se constatar a recuperação gradual da economia, considerando o aumento do Mercado Fio em 5,6%.

Com o objetivo de mitigar os impactos e consequências nas principais atividades, a Companhia vem monitorando constantemente seus contratos, bem como mantém uma comunicação com o Órgão Regulador do setor elétrico brasileiro para a implementação de diretrizes que garantam a manutenção da sustentabilidade econômico-financeira do setor de distribuição de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31.12.2021, a Administração avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos da Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

1.2.1 PERDAS DE CRÉDITO ESPERADAS

Um risco potencialmente relevante na emergência da Covid-19 está relacionado à inadimplência de clientes. Neste cenário, a Companhia mantém contato regular com seus principais clientes, flexibilizando a política de cobrança no período da pandemia e o incremento do nível de digitalização no relacionamento com a Copel Distribuição.

As Perdas Esperadas com Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) foi impactada pela pandemia devido a situações macroeconômicas como o aumento do desemprego e perdas de renda, além de ações regulatórias e legais que impactaram na suspensão do fornecimento de energia elétrica.

Publicação	Impacto	Vigência
Resoluções Normativas Aneel n.º 876/2020, 886/2020 e 891/2020	Vedação da suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplência, de unidades consumidoras relativas a serviços considerados essenciais, conforme Decretos n.º 10.282/2020 e 10.288/2020, conforme REN 414/2020, em locais em que haja pessoas usuárias de equipamentos vitais à preservação da vida humana.	24/03/2020 - 31/07/2020
Lei Estadual n.º 20.187/2020	Vedação da suspensão de fornecimento de energia elétrica, enquanto durarem as medidas de isolamento social da Pandemia do Coronavírus, aos consumidores que se enquadrem nas condições previstas na referida Lei.	22/04/2020 - vigente
Resoluções Normativas Aneel n.º 928/2021 e 936/2021	Vedação da suspensão do fornecimento de energia elétrica, por inadimplência, de consumidores de baixa renda e de alguns outros grupos de consumidores.	26/03/2021 - 30/09/2021

Tanto o saldo de contas a receber da Companhia, bem como as estimativas de perdas de créditos esperadas registradas em 31.12.2021 refletem, de maneira tempestiva, a melhor análise da Administração neste momento sobre a qualidade e recuperabilidade desse ativo financeiro.

Ainda que não tenha deteriorado significativamente o indicador de perdas, a Companhia poderá enfrentar pressão nesse indicador se houver um prolongamento mais grave da pandemia e caso sejam implementadas restrições mais rígidas de distanciamento social.

1.2.2 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS NÃO FINANCEIROS - IMPAIRMENT

As premissas dos ativos não financeiros relevantes da Companhia foram avaliadas individualmente e a Administração conclui pela não necessidade de impairment.

1.2.3 RECUPERAÇÃO DOS TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS

A Companhia possui saldo de R\$ 909.326, referente aos tributos diferidos ativos de diferenças temporárias contabilizados em 31.12.2021 (R\$ 1.003.304 em 31.12.2020 e R\$ 888.978 em 31.12.2019). A Companhia avaliou suas estimativas de expectativa de lucro tributável futuro e não identificou necessidade de provisão para perda dos mesmos.

1.2.4 VALOR JUSTO DE OUTROS ATIVOS E PASSIVOS

Não houve alterações nas estimativas e premissas de longo prazo, e que os ativos da Companhia são essenciais e apontam para a continuidade das operações e dos fluxos de caixa no médio e longo prazo.

1.2.5 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Administração da Companhia tem efetuado monitoramento constante em relação ao valor justo do ativo atuarial dos planos de benefícios pós emprego em decorrência da instabilidade da taxa de juros, que é determinada com base nos dados de mercado. O superavit dos planos previdenciários manteve-se no exercício de 2021 graças ao incremento das taxas de desconto, o que compensou o comportamento apático dos ativos financeiros. Já no plano assistencial de saúde, além do incremento da taxa de descontos, as despesas com atendimentos ainda estiveram contidas como efeito da pandemia do COVID 19. Os passivos com esse plano foram ligeiramente beneficiados, mas espera-se reversão do quadro a médio prazo.

1.2.6 LIQUIDEZ

A Companhia apresenta atualmente uma situação financeira sólida com bons índices de liquidez e acredita que o capital de giro é suficiente para seus requisitos atuais.

Em 31.12.2021, o capital circulante líquido da Companhia totaliza R\$ 1.620.775 (R\$ 1.041.710 em 31.12.2020 e R\$ 2.162.831 em 31.12.2019) com saldo de caixa e equivalente de caixa, respectivamente, de R\$ 393.317, de R\$ 1.461.797 e de R\$ 1.372.666.

A Companhia vem monitorando sua liquidez financeira, considerando a possibilidade de captação de recursos e a perspectiva de retenção de caixa, já implementadas e em elaboração, e tomando ações necessárias em suas operações como a redução de custos.

1.2.7 OUTROS ATIVOS

A Companhia não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem impairment de outros ativos. Salienta-se que a Companhia registra as variações dos ativos e passivos financeiros setoriais, atualizados até a data do reajuste/revisão tarifária quando, então, o Poder Concedente homologa o repasse na base tarifária para o consumidor durante o próximo ciclo anual que, na Copel Distribuição, ocorre a partir de 24 de junho de cada exercício.

Diante de tudo que foi exposto acima, ressalta-se que não houve impacto relevante ou material nos negócios da Companhia que pudessem modificar a mensuração dos seus ativos e passivos apresentados nas demonstrações financeiras em 31.12.2021 e até a data desta publicação. No entanto, considerando que, como todas as empresas, a Copel Distribuição está exposta a riscos decorrentes de eventuais restrições legais e de mercado que venham a ser impostas, não é possível assegurar que não haverá impactos nas operações ou que o resultado não será afetado por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2. Base de Preparação

2.1 DECLARAÇÕES DE CONFORMIDADE

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas na gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 22.03.2022.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. As informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 BASE DE MENSURAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros e investimentos, reconhecidos a valor justo, conforme descrito nas respectivas práticas contábeis e notas explicativas.

2.4 USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 JULGAMENTOS

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto aqueles que envolvem estimativas, estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- NE nº 3.1 - Instrumentos financeiros.

2.4.2 INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS E ESTIMATIVAS

As informações sobre as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens de incerteza nas estimativas que podem levar a ajustes significativos aos valores dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.2 e 7 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
- NE nºs 3.3.1 e 8 – Ativos de Concessão;
- NEs nºs 3.3.2 e 9 – Contas a Receber Vinculadas à Concessão;
- NEs nºs 3.3.3 e 14 - Intangível;
- NE nº 3.5 - Redução ao valor recuperável de ativos;
- NE nºs 3.5.1 e 6.3 – Ativo Financeiro e Perdas de crédito esperadas;
- NEs nºs 3.6 e 24 - Provisões para litígios e passivos contingentes;
- NE nº 3.7 – Reconhecimento da Receita;
- NE nº 3.8 – Operações de compra e venda de energia elétrica na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE;
- NE nºs 3.9.2 e 11.2 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- NE nºs 3.10 e 19 - Benefícios Pós-emprego.

2.5 JULGAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO QUANTO À CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração concluiu não haver incertezas materiais que coloquem em dúvida a continuidade da Companhia. Não foram identificados eventos ou condições que, individual ou coletivamente, possam levantar dúvidas significativas quanto à capacidade de manter sua continuidade operacional.

As principais bases de julgamento utilizadas para tal conclusão são: (i) principais atividades decorrentes de concessão de longo prazo; (ii) patrimônio líquido expressivo; (iii) forte geração caixa operacional, inclusive com capacidade financeira para quitação de compromissos assumidos junto a instituições financeiras; (iv) série histórica de lucros nos últimos exercícios sociais; e (v) cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no Planejamento Estratégico da Companhia o qual é aprovado pela Administração, acompanhado e revisado periodicamente, buscando a perenidade de suas atividades.

3. Principais Políticas Contábeis

3.1 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito. São inicialmente registrados pelo valor justo, a menos que sejam um contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, acrescido, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Um contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Os valores justos são apurados com base em cotação no mercado, para os instrumentos financeiros com mercado ativo, e pelo método do valor presente de fluxos de caixa esperados, para aqueles que não possuem cotação disponível no mercado.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos, bem como não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados conforme descrito a seguir.

3.1.1 ATIVOS FINANCEIROS

a. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO

São assim classificados e mensurados quando: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b. ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

Os demais ativos financeiros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócios. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

c. BAIXAS DE ATIVOS FINANCEIROS

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando esses direitos são transferidos em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

3.1.2 PASSIVOS FINANCEIROS**a. Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado**

Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos, que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

b. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São os passivos financeiros designados dessa forma no reconhecimento inicial e os classificados como mantidos para negociação. São demonstrados ao valor justo e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro.

c. Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS

Conforme termo aditivo ao contrato de concessão das concessionárias de distribuição, aprovado pelo Despacho Aneel nº 4.621/2014 e de acordo com Orientação Técnica OCPC 08, a Companhia registra as variações dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, atualizados até o próximo reajuste/revisão tarifária, momento em que o Poder Concedente homologa o repasse na base tarifária e assim repassa ao consumidor no próximo ciclo anual, que ocorre a partir de 24 de junho de cada ano.

Os Ativos e passivos financeiros setoriais líquidos são compostos: a) pela Conta de Compensação de Variação de Custos da Parcela A - CVA, que registra a variação entre os custos previstos e realizados de aquisição de energia elétrica, de transmissão e encargos setoriais, e b) pelos itens financeiros, que correspondem à sobrecontratação involuntária de energia, neutralidade dos encargos, e outros direitos e obrigações integrantes da tarifa.

Após a homologação do Reajuste Tarifário Anual e Revisão Tarifária Periódica, a nova tarifa aplicada para o ano tarifário proporciona cobrança ou devolução dos ativos e passivos constituídos.

No caso de extinção da concessão por qualquer motivo, os valores residuais de itens da Conta de Compensação de Valores de itens da “Parcela A” - CVA e outros componentes financeiros, não repassados via tarifa, devem ser incorporados no cálculo da indenização juntamente com os valores dos ativos não amortizados, ficando, então, resguardado o direito ou a obrigação do concessionário junto ao Poder Concedente.

3.3 CONTRATO DE CONCESSÃO

Em consonância ao CPC 04 - Ativos Intangíveis, a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) Contratos de Concessão e ao OCPC 05 - Contratos de Concessão, a Companhia aplica estas práticas em razão de deter, junto ao poder concedente, contrato de concessão para a exploração do Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica.

A ICPC 01 (R1) é aplicável aos concessionários de serviços públicos quando o Poder Concedente controla ou regula quais serviços o concessionário deve fornecer, para quem, a qual preço, e, ainda, controla qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao, final do período da concessão.

Desta forma, os ativos da infraestrutura são reconhecidos conforme segue.

3.3.1 ATIVOS DE CONCESSÃO

Os Ativos de Concessão (ativos de contrato) de que tratam as normas ICPC 01 – Contratos de Concessão e observando o CPC 47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes representam o direito contratual da concessionária relacionado às obras em construção para atendimento às necessidades da concessão, contabilizado ao custo acrescido de encargos financeiros, quando aplicável.

Quando da sua entrada em operação, esses ativos serão transferidos para o Ativo Intangível no montante equivalente ao que será remunerado pelo usuário, mediante pagamento de tarifa pelo uso dos serviços, ou para o Contas a Receber Vinculados à Concessão, no montante equivalente à parcela residual dos ativos não amortizados, que serão revertidos ao poder concedente mediante indenização ao final da concessão.

3.3.2 CONTAS A RECEBER VINCULADAS À CONCESSÃO

Referem-se à indenização prevista no contrato de concessão que, no entendimento da Administração, assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infraestrutura, não recebidos por meio da tarifa, por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão. Esses ativos financeiros são classificados como valor justo por meio de resultado.

Os fluxos de caixa vinculados a estes ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória – BRR, definida pelo Poder Concedente, e o valor justo é regulado com base na metodologia de custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão.

3.3.3 INTANGÍVEL

Compreende o direito de exploração da infraestrutura, construída ou adquirida sob o regime de concessão do serviço público de energia elétrica, e de cobrar dos usuários o serviço público prestado.

É reconhecido pelo custo de aquisição, incluídos os custos de empréstimos, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. A amortização desse intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos, com expectativa de amortização durante o prazo da concessão.

A baixa do ativo intangível é realizada na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso. Os ganhos ou as perdas resultantes da alienação de um ativo intangível são reconhecidos no resultado, mensurados com a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo.

Durante a fase de construção da infraestrutura, os custos são classificados como Ativos de Concessão (NE 3.3.1).

3.4 ESTOQUE (INCLUSIVE DO ATIVO DE CONCESSÃO)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo de Concessão, estão registrados pelo custo médio de aquisição. Os valores contabilizados não excedem seus valores de realização.

3.5 REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS – IMPAIRMENT

3.5.1 ATIVO FINANCEIRO

As estimativas para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 / IFRS 9 para a mensuração de perdas de crédito esperadas para toda existência dos ativos financeiros que não possuem componentes de financiamento significativos, considerando uma estimativa para perdas esperadas para todas as contas a receber de clientes, agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito, situação de vínculo e dias de atraso, no montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos, baseado em critérios específicos do histórico de pagamento, das ações de cobrança realizadas para a recuperação do crédito e a relevância do valor devido na carteira de recebíveis.

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios para isso incluem, entre outras coisas, a incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas.

3.5.2 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Esses ativos são avaliados na data de apresentação das demonstrações financeiras para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, essa perda é reconhecida no resultado do exercício. O valor estimado das perdas para redução ao valor recuperável sobre os ativos não financeiros é revisado para a análise de possível reversão na data de apresentação das demonstrações financeiras. Em caso de reversão de perda de exercícios anteriores, esta é reconhecida no resultado do exercício corrente.

3.6 PROVISÕES

Uma provisão é reconhecida quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado; (ii) seja provável (mais provável que sim do que não) que será necessária saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e (iii) possa ser feita estimativa confiável do valor da obrigação.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração, complementado pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

A provisão para custos ou obrigações socioambientais é registrada à medida que são assumidas as obrigações formais com os órgãos reguladores ou que a Administração tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e seus valores possam ser estimados. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo de contrato.

Após a entrada em operação do empreendimento, todos os custos ou despesas, incorridos, com programas socioambientais, relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento, são analisados de acordo com a sua natureza e são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.7 RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita é mensurada na medida em que for provável que benefícios econômicos que a Companhia espera receber em um contrato com o cliente, líquidas de quaisquer contraprestações variáveis. A Companhia reconhece receitas quando transfere o controle do produto, da infraestrutura ou do serviço ao cliente.

3.7.1 RECEITA DE FORNECIMENTO E DISPONIBILIDADE DA REDE

A receita faturada de fornecimento de energia elétrica, e de disponibilidade da rede elétrica é reconhecida mensalmente com base na energia medida e efetivamente faturada. A receita não faturada é calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento. São reconhecidos em conta redutora da receita as compensações de não performance de indicadores de qualidade, quando incorridas, conforme constante no contrato de concessão.

3.7.2 RECEITA DE CONSTRUÇÃO E CUSTO DE CONSTRUÇÃO

As receitas relativas a serviços de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviços de distribuição são contabilizadas conforme o estágio de execução. Os respectivos custos são reconhecidos quando incorridos, na demonstração do resultado do exercício, como custo de construção.

Considerando que a Companhia terceiriza a construção de infraestrutura de distribuição com partes não relacionadas, por meio de obras realizadas em curto prazo, a margem de construção para a atividade de distribuição de energia resulta em valores não significativos, o que leva ao não reconhecimento deste valor na receita de construção.

3.7.3 RECEITA DE JUROS

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros calculados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.8 OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA NA CÂMARA DE COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA - CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia no Mercado de Curto Prazo da CCEE são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela Câmara, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD - Preço de Liquidação das Diferenças correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Administração.

3.9 TRIBUTOS

3.9.1 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, calculados com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado) de cada entidade tributável e às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente, 15%, acrescidos de 10% sobre o que exceder a R\$ 240 anuais, para o imposto de renda, e 9% para a contribuição social.

O prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, observado o limite de 30% do lucro tributável no período, não estando sujeitos a prazo prescricional.

3.9.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia, baseada em seu histórico de rentabilidade e na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em suas projeções internas elaboradas para prazos razoáveis aos seus negócios de atuação, constitui crédito fiscal diferido sobre as diferenças temporárias das bases de cálculo dos tributos e sobre prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são aplicados sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e os correspondentes valores apropriados nas demonstrações financeiras, os quais são reconhecidos somente na medida em que seja provável que exista lucro tributável, para o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais, compensados.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são divulgados por seu valor líquido caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita a tributação.

3.9.3 OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR E OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

As receitas de vendas e de serviços estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS e Imposto sobre Serviços - ISS das alíquotas vigentes, assim como à tributação pelo Programa de Integração Social - PIS e pela Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - Cofins. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da Cofins são apresentados deduzidos dos custos operacionais na demonstração do resultado.

Os créditos decorrentes da não cumulatividade do ICMS, do PIS e da Cofins relacionados às aquisições de bens, são apresentados deduzidos do custo de aquisição dos respectivos ativos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou no não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

3.10 BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão e Plano Assistencial (assistência médica e odontológica) para seus empregados ativos e seus dependentes legais.

Os valores desses compromissos atuariais (contribuições, custos, passivos e/ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente, com a data base que coincide com o encerramento do exercício. As premissas econômicas e financeiras para efeitos da avaliação atuarial são discutidas com o atuário independente e aprovadas pela Administração da Controladora.

Os ativos dos planos de benefícios são avaliados pelos valores de mercado (marcação a mercado). O valor do passivo assistencial líquido é reconhecido pelo valor presente da obrigação atuarial, deduzido o valor justo dos ativos do plano. A adoção do método da unidade de crédito projetada agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final.

São utilizadas outras premissas atuariais que levam em conta tabelas biométricas e econômicas, além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação Copel de Previdência e Assistência, entidade que administra estes planos.

Ganhos ou perdas atuariais motivados por alterações de premissas e/ou ajustes atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes.

3.11 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pelas empresas assim como sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações, por não ser uma demonstração prevista e obrigatória conforme as IFRS.

3.12 PRONUNCIAMENTOS APLICÁVEIS À COMPANHIA A PARTIR DE 1º.01.2021

A partir de 1º.01.2021 estão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos, sem impactos nas demonstrações contábeis Companhia:

- Revisão anual do CPC nº 17/2020 com alteração nos pronunciamentos: CPC 06 (R2) / IFRS 16, CPC 11 / IFRS 4, CPC 38 / IAS 39, CPC 40 (R1) / IFRS 7 e CPC 48 / IFRS 9 em decorrência da definição do termo “Reforma da Taxa de Juros de Referência - Fase 2”;
- Alteração do CPC 06 (R2) / IFRS 16 - concessões de aluguel relacionadas à Covid-19.

3.13 NOVAS NORMAS QUE AINDA NÃO ENTRARAM EM VIGOR

A partir do exercício de 2022, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- CPC 25 / IAS 37: especificação sobre custos para cumprir contrato oneroso;
- CPC 27 / IAS 16: definições sobre recursos antes do uso pretendido;
- CPC 15 / IFRS 3: atualização da norma, tendo em vista as modificações da Estrutura Conceitual;
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018 – 2020: compreendem modificações no CPC 37 / IFRS 1, CPC 48 / IFRS 9, IFRS 16/ CPC 06 e CPC 29 / IAS 41.

A partir do exercício de 2023, estarão vigentes as alterações nos seguintes pronunciamentos:

- CPC 26 / IAS 1: classificação de passivos como circulantes ou não circulantes;
- CPC 50 / IFRS 17: novo pronunciamento para contratos de seguros, em substituição ao CPC 11 / IFRS 4;
- CPC 26 / IAS 1 e expediente prático 2 do IFRS: alteração nas divulgações de políticas contábeis;
- CPC 23 / IAS 8: atualização das definições de estimativas contábeis; e
- CPC 32 / IAS 12: alterações no tratamento do imposto diferido relacionado a ativos e passivos resultantes de uma única transação.

A Companhia não tem expectativa de impactos significativos nas demonstrações contábeis Companhia decorrentes destas alterações de normas.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e bancos conta movimento	148.783	155.443	237.595
Aplicações financeiras de liquidez imediata	244.534	1.306.354	1.135.071
	393.317	1.461.797	1.372.666

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de até 90 dias da data de contratação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras da Companhia referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas entre 78% e 99,25% da taxa de variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5. Títulos e Valores Mobiliários

Categoria	Indexador	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	98% a 100% do CDI	822	791	773
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	Selic	-	752	733
		822	1.543	1.506
	Circulante	-	-	-
	Não circulante	822	1.543	1.506

A Companhia possui títulos e valores mobiliários que rendem taxas de juros variáveis. O prazo desses títulos varia de 1 a 60 meses a partir do final do período de relatório.

6. Clientes

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Saldo 31.12.2021	Saldo 31.12.2020	Saldo 31.12.2019
Consumidores						
Residencial	523.798	302.191	32.081	858.070	639.424	579.716
Industrial	268.810	28.321	33.003	330.134	312.476	298.922
Comercial	362.725	69.612	10.836	443.173	335.671	364.324
Rural	120.383	28.136	2.940	151.459	109.651	103.271
Poder público	56.669	1.543	320	58.532	37.369	55.847
Iluminação pública	55.850	93	-	55.943	46.615	38.524
Serviço público	61.493	704	153	62.350	41.812	44.982
Receita de fornecimento não faturada	948.936	-	-	948.936	583.492	516.517
Parcelamento de débitos (6.1)	252.018	32.431	59.218	343.667	291.850	204.192
Subsídio baixa renda - Eletrobras	17.712	-	-	17.712	13.783	12.174
Outros créditos	51.737	23.106	72.358	147.203	157.823	137.895
(-) Bônus Redução Voluntária de Consumo (6.2)	(134.890)	-	-	(134.890)	-	-
	2.585.241	486.137	210.909	3.282.289	2.569.966	2.356.364
Concessionárias, permissionárias e comercializadoras						
Suprimento de energia elétrica						
Contratos bilaterais	3.642	-	1.308	4.950	5.257	7.765
CCEE	155.324	-	-	155.324	10.710	60.015
Receita de suprimento não faturada	5.516	-	-	5.516	91.693	26.807
	164.482	-	1.308	165.790	107.660	94.587
Encargos de uso da rede elétrica	286.022	3.124	6.626	295.772	228.050	166.747
(-) Perdas de créditos esperadas (6.3)	(11.631)	(23.237)	(123.218)	(158.086)	(215.853)	(222.692)
	3.024.114	466.024	95.625	3.585.765	2.689.823	2.395.006
				3.515.448	2.638.385	2.347.645
Circulante						
Não circulante				70.317	51.438	47.361

6.1 PARCELAMENTO DE DÉBITOS

Os saldos de parcelamentos de débitos, em 31.12.2021, estão a valor presente, e considera o montante a ser descontado, as datas de vencimento das parcelas e a taxa média ponderada de desconto, em 1,16% a.m.

6.2 PROGRAMA DE INCENTIVO À REDUÇÃO VOLUNTÁRIA DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

Em função do cenário de escassez hídrica vivenciado ao longo dos últimos anos, o Governo Federal propôs a criação do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica, no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG), com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem seu consumo de energia e, desta forma, evitar a contratação de usinas mais caras.

Para ter direito ao bônus, o consumidor deveria reduzir seu consumo de energia nos meses de setembro a dezembro de 2021, de tal forma que a soma dos consumos neste período fosse, ao menos, 10% menor em relação à soma verificada no mesmo período de 2020. Atingida a meta de redução, o consumidor receberá um bônus de R\$ 0,50 por quilowatt-hora (kWh) do total da energia economizada entre setembro e dezembro de 2021, em relação ao mesmo período de 2020. No entanto, o bônus a ser creditado na conta de luz é limitado a 20% da energia economizada.

Os consumidores aptos a receber o bônus são os da baixa tensão (grupo B) e os de média e alta tensão (grupo A), apenas das classes de consumo residencial, industrial, comercial, serviços e outras atividades, rural e serviço público, incluindo aqueles residenciais com benefício da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE). Os custos do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica serão custeados pelo Encargos de Serviço do Sistema (ESS), a ser repassado pela CCEE às distribuidoras.

A Companhia registrou um crédito no montante de R\$ 134.890 em Ativo - Consumidores, concessionárias e permissionárias referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa em contrapartida de Ativo - Outros Créditos.

Para os consumidores elegíveis, o bônus será creditado nas faturas de janeiro, fevereiro e março de 2022, sendo que o reembolso às distribuidoras se dará na contabilização da CCEE de janeiro, fevereiro e março, a ser liquidada em março, abril e maio deste mesmo ano.

6.3 PERDAS DE CRÉDITOS ESPERADAS

	Saldo em 1º.01.2018	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2019	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2020	Adições / (reversões)	Perdas	Saldo em 31.12.2021
Consumidores										
Residencial	21.722	71.794	(51.693)	41.823	65.936	(60.364)	47.395	117.928	(115.056)	50.267
Industrial	87.101	33.761	(23.005)	97.857	21.816	(31.575)	88.098	19.974	(66.845)	41.227
Comercial	69.717	27.919	(26.710)	70.926	29.092	(31.293)	68.725	35.628	(46.057)	58.296
Rural	3.810	1.499	(1.920)	3.389	4.788	(4.240)	3.937	6.407	(7.384)	2.960
Poder público	4.874	435	(419)	4.890	9	(1.815)	3.084	184	(2.887)	381
Iluminação pública	120	(117)	-	3	20	(15)	8	11	(8)	11
Serviço público	199	163	(97)	265	124	(246)	143	(16)	(154)	(27)
Não faturado	1.502	(322)	-	1.180	409	-	1.589	885	-	2.474
Ajuste a valor presente	(2.883)	1.442	-	(1.441)	791	-	(650)	(854)	-	(1.504)
	186.162	136.574	(103.844)	218.892	122.985	(129.548)	212.329	180.147	(238.391)	154.085
Concessionárias e permissionárias										
	2.902	908	(10)	3.800	9	(285)	3.524	606	(129)	4.001
	189.064	137.482	(103.854)	222.692	122.994	(129.833)	215.853	180.753	(238.520)	158.086

As perdas de créditos esperadas são apresentadas, nas Demonstrações de Resultados, em despesas com vendas. A exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a Clientes está divulgada na NE nº 29.2.1.b.

7. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos

O saldo em 31.12.2021 dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais Líquidos (NE 3.2) é constituído pela amortização referente ao reajuste tarifário 2021, que representa o saldo homologado pela Aneel já contemplado na tarifa, e por valores em constituição que serão homologados nos próximos eventos tarifários.

7.1 MUTAÇÃO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS SETORIAIS LÍQUIDOS

	Saldo em	Receita Operacional		Resultado financeiro	Constituição Patrimonial	Bandeiras faturado + repasse	Saldo em
	1º.01.2021	Constituição	Amortização	Atualização			31.12.2021
Parcela A							
Energia elétrica para revenda - Itaipu (a)	463.176	1.133.848	(348.803)	38.745	-	-	1.286.966
Transporte de energia pela rede básica (d)	176.877	164.204	(170.538)	9.978	-	-	180.521
Transporte de energia de Itaipu	19.746	10.933	(17.746)	1.085	-	-	14.018
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ (b)	(100.053)	640.205	128.545	(1.303)	-	(1.143.236)	(475.842)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(1.872)	22.764	(41.260)	1.582	-	-	(18.786)
Proinfa	(145)	22.155	(11.812)	303	-	-	10.501
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (c)	19.131	728.954	(23.429)	2.374	-	(195.750)	531.280
	576.860	2.723.063	(485.043)	52.764	-	(1.338.986)	1.528.658
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico (f)	(474.111)	(562.663)	443.644	(11.022)	-	-	(604.152)
Devoluções tarifárias	(193.669)	(97.684)	100.956	(8.600)	-	-	(198.997)
Devoluções de créditos Fis e Cofins (g)	-	-	364.650	-	(702.000)	-	(337.350)
Neutralidade (e)	77.265	60.608	(57.925)	1.229	-	-	81.177
Compensação acordos bilaterais CCEAR	36.395	(383)	(36.196)	-	-	-	(184)
Sobrecontratação (h)	130.677	(99.743)	(23.230)	(2.220)	-	(84.080)	(78.596)
Bônus Itaipu	-	60.065	-	220	(86.736)	-	(26.450)
Demais	4.804	89.875	22.330	(213)	(6.600)	-	110.196
	(418.639)	(549.925)	814.229	(20.606)	(795.336)	(84.080)	(1.054.357)
	158.221	2.173.138	329.186	32.158	(795.336)	(1.423.066)	474.301
Ativo circulante	173.465						383.740
Ativo não circulante	173.465						383.740
Passivo circulante	(188.709)						(139.770)
Passivo não circulante	-						(153.409)

	Saldo em	Receita Operacional		Resultado financeiro	Baixa Conta Covid	Bandeiras Tarifárias	Saldo em
	1º.01.2020	Constituição	Amortização	Atualização			31.12.2020
Parcela A							
Energia elétrica para revenda - Itaipu (a)	793.327	893.581	(354.300)	28.197	(897.629)	-	463.176
Transporte de energia pela rede básica (d)	13.038	265.030	48.154	1.715	(151.060)	-	176.877
Transporte de energia de Itaipu	24.391	31.762	(10.503)	801	(26.705)	-	19.746
Energia elétrica comprada para revenda - CVA Energ (b)	265.788	(242.246)	(253.482)	1.076	164.804	(35.993)	(100.053)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	152.928	56.608	(102.027)	5.065	(114.446)	-	(1.872)
Proinfa	8.468	(21.615)	(8.856)	(181)	22.039	-	(145)
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (c)	(264.949)	(72.032)	169.396	(8.854)	249.724	(54.154)	19.131
	992.991	911.088	(511.618)	27.819	(753.273)	(90.147)	576.860
Componentes Financeiros							
Risco hidrológico (f)	(347.160)	(444.291)	322.432	(5.092)	-	-	(474.111)
Devoluções tarifárias	(194.253)	(83.514)	88.269	(4.171)	-	-	(193.669)
Neutralidade (e)	48.506	95.870	(52.843)	187	(14.455)	-	77.265
Compensação acordos bilaterais CCEAR	40.192	75.917	(79.714)	-	-	-	36.395
Sobrecontratação (h)	(168.123)	274.051	145.853	663	(101.788)	(19.979)	130.677
Demais	(448)	6.927	(2.375)	700	-	-	4.804
	(621.286)	(75.040)	421.622	(7.713)	(116.243)	(19.979)	(418.639)
	371.705	836.048	(89.996)	20.106	(869.516)	(110.126)	158.221
Ativo circulante	355.570						173.465
Ativo não circulante	118.419						173.465
Passivo circulante	-						(188.709)
Passivo não circulante	(102.284)						-

	Saldo em	Receita Operacional		Resultado financeiro	Bandeiras tarifárias	Saldo em
	1º.01.2019	Constituição	Amortização	Atualização		31.12.2019
Parcela A						
Energia elétrica para revenda - Itaipu (a)	886.244	533.057	(670.501)	44.527	-	793.327
Transporte de energia pela rede básica (d)	626.891	358.200	(546.801)	29.909	(202.411)	265.788
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	159.084	110.752	(127.190)	10.282	-	152.928
Transporte de energia comprada de Itaipu	23.250	19.531	(19.692)	1.302	-	24.391
Transporte de energia pela rede básica	(30.514)	22.917	23.688	(3.053)	-	13.038
Proinfa	2.988	17.396	(12.636)	720	-	8.468
Encargos de Serviços do Sistema - ESS (c)	(481.972)	(188.280)	427.177	(21.874)	-	(264.949)
	1.185.971	873.573	(925.955)	61.813	(202.411)	992.991
Componentes Financeiros						
Neutralidade (e)	123.028	(1.122)	(74.698)	1.298	-	48.506
Compensação acordos bilaterais CCEAR	5.238	80.385	(45.431)	-	-	40.192
Risco hidrológico (f)	(319.033)	(324.504)	304.197	(7.820)	-	(347.160)
Devoluções tarifárias	(180.963)	(89.327)	83.900	(7.863)	-	(194.253)
Sobrecontratação (h)	(238.416)	(22.166)	173.087	(5.774)	(74.854)	(168.123)
Ajuste CVA Angra III	6.272	-	(6.272)	-	-	-
Outros	191	(905)	294	(28)	-	(448)
	(603.683)	(357.639)	435.077	(20.187)	(74.854)	(621.286)
	582.288	515.934	(490.878)	41.626	(277.265)	371.705
Ativo circulante	421.184					355.570
Ativo não circulante	257.635					118.419
Passivo não circulante	(96.531)					(102.284)

7.1.1 COMENTÁRIOS DA COMPOSIÇÃO DOS APFS 2021

a. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA - ITAIPU

A potência da UHE de Itaipu é vendida por meio de cotas-parte às concessionárias das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, de acordo com seus mercados, cujo valor é fixado em dólares por quilowatt de potência mensal contratada (US\$/kW). As faturas são pagas em moeda nacional sendo utilizada para conversão a taxa média de venda calculada pelo Banco Central do Brasil, no dia útil imediatamente anterior ao do pagamento da fatura.

b. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA - CVA ENERG

O saldo constituído reflete a diferença entre o preço médio de pagamento relativo ao custo de compra de energia e o preço médio de cobertura tarifária, devido, principalmente, aos efeitos da contratação por disponibilidade (ECD) – associado ao despacho de usinas térmicas e à geração dos empreendimentos eólicos e pelo repasse do risco hidrológico associado às usinas comprometidas com contratos de Cotas de Garantia Física, bem como os empreendimentos que firmaram o termo de repactuação.

A conta de CVA Energ foi fortemente impactada pelos efeitos da crise hídrica, sendo compensada pelos recursos recebidos da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias - CCRBT ou Conta Bandeiras.

c. ENCARGOS DE SERVIÇOS DO SISTEMA - ESS

O objetivo do ESS é a cobertura dos custos decorrentes da manutenção da confiabilidade e da estabilidade do sistema elétrico. Sua apuração é realizada mensalmente pela CCEE e pago pela distribuidora e por agentes de geração. O saldo ativo de ESS e constituído em 2021, foi impactado sobremaneira pelo risco hidrológico associado aos custos pelo despacho de usinas térmicas, em decorrência da crise hídrica.

d. TRANSPORTE DE ENERGIA REDE BÁSICA

Os custos decorrentes da rede básica sofreram significativo aumento, principalmente no primeiro semestre do ano, superando a cobertura tarifária do período. A partir do segundo semestre, com o reperfilamento das tarifas de rede básica, houve superação da cobertura frente aos custos, porém, ainda insuficiente para modificar o resultado do ano.

e. NEUTRALIDADE

A neutralidade da Parcela A corresponde à estimativa da parcela recuperável dos encargos setoriais, energia, transporte, componentes financeiros e receitas irrecuperáveis, não faturados pela tarifa vigente, e deve ser entendida como a garantia de repasse aos consumidores de todos os componentes sobre os quais a distribuidora não possui poder de gestão.

f. RISCO HIDROLÓGICO

No reajuste tarifário de 2021 foi calculada a cobertura dos riscos hidrológicos associados às usinas comprometidas com Contratos de Cotas de Garantia Física - CCGF, à usina de Itaipu e às usinas hidrelétricas cuja energia foi contratada no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, e que firmaram Termo de Repactuação de Risco em conformidade com a Lei nº 13.203/2015. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, atualizada pela Selic.

g. DEVOLUÇÕES DE CRÉDITOS DE PIS E COFINS:

No processo de Revisão Tarifária Periódica de 2021, foi deduzido o valor de R\$ 702.000 relativo aos créditos de PIS e Cofins a devolver aos consumidores, decorrente da Ação de ICMS na Base de PIS e Cofins (NE nº 11.5).

h. SOBRECONTRATAÇÃO

Em 2021, a Copel Distribuição finalizou o ano com um nível de contratação de 107,7%. Estando sobrecontratada voluntariamente, a Companhia entendeu que não possui direito de qualquer involuntariedade para o ano. Conseqüentemente, passa a operar em uma zona de risco, dos volumes contratados “acima dos limites regulatórios” (Neste caso, 2,7 p.p. acima do limite de 105%), o que, para o ano em questão, resultou em um efeito financeiro positivo para a Companhia (NE 29.2.9).

8. Ativos de Concessão

	Ativo	Obrigações especiais	Total
Em 1º.01.2019	664.755	(24.255)	640.500
Adições	1.023.981	-	1.023.981
Participação financeira do consumidor	-	(104.067)	(104.067)
Transferências de/para o intangível (NE nº 14.1)	(772.358)	93.164	(679.194)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	(33.075)	4.088	(28.987)
Baixas	(7.949)	-	(7.949)
Em 31.12.2019	875.354	(31.070)	844.284
Adições	1.386.922	-	1.386.922
Participação financeira do consumidor	-	(107.303)	(107.303)
Transferências de/para o intangível (NE nº 14.1)	(1.011.158)	99.730	(911.428)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	(94.435)	8.824	(85.611)
Baixas	(11.903)	-	(11.903)
Em 31.12.2020	1.144.780	(29.819)	1.114.961
Adições	1.774.583	-	1.774.583
Participação financeira do consumidor	-	(151.548)	(151.548)
Transferências de/para o intangível (NE nº 14.1)	(919.957)	113.068	(806.889)
Transferências de/para contas a receber vinculadas à concessão (NE nº 9)	(140.385)	14.628	(125.757)
Baixas	(7.155)	-	(7.155)
Em 31.12.2021	1.851.866	(53.671)	1.798.195

Os Ativos de Concessão (NE nº 3.3.1) são compostos por obras em andamento relacionadas principalmente com a construção e ampliação de subestações, linhas e redes de distribuição, mensurados ao custo histórico, líquidos das Obrigações Especiais.

À medida que essas obras são concluídas, os valores desses direitos são transferidos ao Ativo Intangível (NE nº 14) ou a Contas a Receber Vinculados à Concessão (NE nº 9), conforme a forma da remuneração. Durante a fase de construção são capitalizados os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures, sendo:

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Encargos financeiros capitalizados	12.785	9.537	6.838
Taxa média	0,38%	0,38%	0,28%

9. Contas a Receber Vinculadas à Concessão

Em 1º.01.2019	783.023
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	28.987
Transferências de investimento	348
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(1.578)
Reconhecimento do valor justo	26.231
Incorporações (a)	(75)
Baixas	(118)
Em 31.12.2019	836.818
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	85.611
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(7.428)
Transferência para Intangível (reclassificação)	(99)
Reconhecimento do valor justo	45.187
Incorporações (a)	543
Baixas	(114)
Em 31.12.2020	960.518
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	125.757
Transferências para outros créditos (bens destinados a alienação)	(2.406)
Transferência para Intangível (reclassificação)	8.385
Reconhecimento do valor justo	108.733
Incorporações (a)	(265)
Baixas	(14)
Em 31.12.2021	1.200.708

(a) Recebimento de bens e equipamentos por meio de transferência não onerosa, cujos valores foram classificados no Contas a receber vinculadas à concessão e no Intangível (NE nº 14.1).

10. Outros Créditos

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Serviços em curso (a)	199.156	149.612	136.271
Repasse CDE (b)	68.999	60.433	61.898
Bandeira tarifária - CCRBT (c)	9.892	7.194	19.545
Alienações e desativações em curso	34.741	31.721	17.171
Adiantamento a empregados	11.287	9.361	11.176
Adiantamento para indenizações imobiliárias	1.389	10.110	10.746
Crédito Bônus redução voluntária de consumo (6.2)	134.892	-	-
Outros créditos	18.254	19.032	27.591
	478.610	287.463	284.398
Circulante	455.868	240.967	257.806
Não circulante	22.742	46.496	26.592

(a) Referem-se, em sua maioria, aos programas de P&D e PEE, os quais, após seu término, são compensados com o respectivo passivo registrado para este fim.

(b) Valores da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE a serem repassados à Companhia, para cobertura dos descontos tarifários incidentes sobre as tarifas, definidos na Lei nº 10.438/2002 e Decreto nº 7.891/2013.

(c) CCRBT - Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias.

11. Tributos

11.1 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante			
IR e CSLL a compensar	32.375	363.726	252.048
IR e CSLL a compensar com o passivo	(2.853)	(349.811)	(152.389)
	29.523	13.915	99.659
Ativo não circulante			
IR e CSLL a recuperar	18.713	18.382	18.122
	18.713	18.382	18.122
Passivo circulante			
IR e CSLL a recolher	81.113	933.931	152.389
IR e CSLL a compensar com o ativo	(81.113)	(349.811)	(152.389)
	-	584.120	-

11.2 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

11.2.1 MUTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Saldo em 1º.01.2019	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2019	Resultado	Resultado abrangente	Saldo em 31.12.2020	Resultado	Resultado abrangente	Reclassi ficação	Saldo em 31.12.2021
Ativo não circulante											
Provisões para litígios	250.311	4.260	-	254.571	(23.708)	-	230.863	(1.466)	-	-	229.397
Benefícios pós-emprego	221.476	8.429	44.735	274.640	5.979	54.967	335.586	9.999	(56.641)	-	288.944
Provisão para compra de energia	99.228	(99.228)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para P&D e PEE	130.360	14.543	-	144.903	(6.017)	-	138.886	(5.020)	-	-	133.866
Perdas de créditos esperadas	67.400	11.174	-	78.574	(3.439)	-	75.135	(20.485)	-	-	54.650
INSS - liminar sobre depósito judicial	48.943	2.951	-	51.894	1.971	-	53.865	2.593	-	-	56.458
Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa	10.821	(10.822)	-	(1)	-	-	(1)	-	-	-	(1)
Provisão para perdas tributárias	11.279	-	-	11.279	-	-	11.279	-	-	-	11.279
Provisão para participação nos lucros	21.292	15.333	-	36.625	62.000	-	98.625	(29.510)	-	-	69.115
Programa Prêmio por Desempenho dos empregados	-	-	-	-	11.750	-	11.750	657	-	-	12.407
Instrumentos financeiros	12.232	(4.142)	-	8.090	4.532	-	12.622	15	-	-	12.637
Programa de desligamentos voluntários	778	(630)	-	148	8.894	-	9.042	2.539	-	-	11.581
Outros	14.148	14.107	-	28.255	(2.603)	-	25.652	2.276	-	1.062	28.993
	888.268	(44.025)	44.735	888.978	59.359	54.967	1.003.304	(38.402)	(56.641)	1.062	909.326
(-) Passivo não circulante											
Contratos de concessão	141.390	5.248	-	146.638	6.161	-	152.799	32.271	-	-	185.070
Atualização de depósitos judiciais	29.749	(2.419)	-	27.330	(57)	-	27.273	2.255	-	-	29.528
Custo de transação sobre empréstimos e debêntures	8.540	1.993	-	10.533	(2.398)	-	8.135	3.953	-	-	12.088
Outros	3.459	-	-	3.459	-	-	3.459	-	-	-	3.459
	183.138	4.822	-	187.960	3.706	-	191.666	38.479	-	-	230.145
Líquido	705.130	(48.847)	44.735	701.018	55.653	54.967	811.638	(76.881)	(56.641)	1.062	679.181
Ativo apresentado no BP	705.130			701.018			811.638				679.181

11.3 PROJEÇÃO DE REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS

A projeção da realização dos créditos fiscais diferidos, registrados no ativo e passivo não circulantes, decorrentes de diferenças temporais, está baseada no período médio de realização de cada item constante do ativo e passivo diferido, prejuízo fiscal e base negativa, baseadas nas projeções de resultados futuros. Estas projeções foram apreciadas pelo Conselho Fiscal e aprovadas pelo Conselho de Administração.

Seguem os itens que foram base para constituição dos principais créditos, bem como sua forma de realização:

- Benefícios pós-emprego: serão realizados conforme os pagamentos sejam efetuados à Fundação Copel ou revertidos conforme novas estimativas atuariais;
- Provisões para litígios: realizados conforme ocorram as decisões judiciais ou pela reversão quando da possível revisão do risco das ações;
- Provisões de P&D e PEE: serão realizados pelos gastos incorridos nos projetos realizados;
- Contrato de concessão: serão realizados no decorrer do prazo do contrato.

Os demais valores constituídos serão realizados quando atenderem aos critérios de dedutibilidade previstos na legislação fiscal ou por eventual reversão dos valores registrados.

11.3.1 PROJEÇÃO DE REALIZAÇÃO DOS CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS:

	Ativo	Passivo
2022	202.534	(6.762)
2023	89.097	(5.928)
2024	87.367	(5.030)
2025	72.023	(5.673)
2026	52.275	(5.581)
2027 a 2029	121.114	(8.946)
2030 a 2031	284.916	(192.225)
	909.326	(230.145)

11.4 OUTROS TRIBUTOS A RECUPERAR E OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante			
ICMS a recuperar	94.288	68.647	75.558
PIS/Pasep e Cofins a compensar	1.363.179	1.433.121	410
	1.457.467	1.501.768	75.968
Ativo não circulante			
ICMS a recuperar	112.312	73.950	53.486
PIS/Pasep e Cofins	2.840.432	4.230.919	947
Outros tributos a compensar	33.207	33.247	33.241
	2.985.951	4.338.116	87.674
Passivo circulante			
ICMS a recolher	275.798	194.864	162.014
PIS/Pasep e Cofins a recolher	-	148.113	91.274
IRRF sobre JSCP	-	19.650	46.950
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	52.168	50.565	49.310
Outros tributos	6.772	5.837	4.100
	334.738	419.029	353.648
Passivo não circulante			
INSS a recolher - liminar sobre depósito judicial (a)	166.046	158.419	152.623
Programa Especial de Regularização Tributária - Pert (b)	369.526	408.738	447.897
	535.572	567.157	600.520

(a) Pagamento suspenso por liminar relativo a INSS sobre remuneração a título de: i) afastamento de empregado por motivos de doença ou acidente, nos primeiros 15 dias; e ii) 1/3 constitucional sobre férias gozadas. Os valores estão sendo depositados em juízo.

(b) A Companhia aderiu, em 2017, ao Pert (MP nº 783/2017 e IN nº 1711/2017), em decorrência da alteração da forma de tributação sobre os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais para regime de competência, antes realizada pelo regime de faturamento, conforme entendimento da Receita Federal (Solução de Consulta Cosit nº 101/2016). A operação resultou no pagamento de 20% do débito e, a partir de janeiro de 2018, pagamento do saldo em 145 parcelas mensais de R\$ 3.572, corrigidos pela Selic.

11.5 CRÉDITO DE PIS E COFINS SOBRE ICMS

Em 12.08.2009, a Companhia impetrou mandado de segurança nº 5032406-35.2013.404.7000 perante a 3ª Vara Federal de Curitiba requerendo a concessão de ordem para deixar de incluir o ICMS na base de cálculo do PIS e da Cofins, bem como para autorizá-la a proceder a compensação administrativa dos valores recolhidos a maior de tais contribuições sociais, dos últimos cinco anos.

Em 16.06.2020, transitou em julgado acórdão no qual a 2ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região reconheceu o direito da Copel Distribuição de excluir da base de cálculo do PIS e Cofins o valor integral do ICMS destacado nas notas fiscais de saída. O acórdão também reconheceu que a prescrição, neste caso, é quinquenal e que, portanto, a Copel Distribuição tem o direito a ressarcir-se dos valores pagos a partir dos cinco anos anteriores ao ajuizamento do mandado de segurança.

Considerando a decisão favorável, a Companhia reconheceu o crédito tributário atualizado no ativo, que poderá ser recuperado através de compensação com tributos a recolher dentro do prazo prescricional de 5 anos.

Adicionalmente, com base na opinião de seus assessores legais, a Companhia registrou o passivo a restituir para os consumidores dos últimos 10 anos do crédito, a contar da data do trânsito em julgado, considerando a legislação vigente, o prazo prescricional definido no código civil e a jurisprudência dos tribunais. A restituição dos créditos de PIS e Cofins aos consumidores aguarda uma conclusão das discussões junto à Aneel a respeito dos mecanismos e critérios de compensação, a partir da efetiva compensação dos créditos fiscais, os quais atualmente estão em processo de habilitação junto a Receita Federal.

Em 09.02.2021, a Aneel abriu consulta pública voltada a discutir a forma de devolução dos créditos tributários para os consumidores, conforme descrito na NE nº 24.3. A proposta da Aneel colocada em discussão prevê a devolução dos valores por meio de abatimento nos próximos reajustes tarifários, em um prazo de até cinco anos. A Aneel não se manifestou em relação ao período prescricional de devolução do crédito ao consumidor.

O quadro a seguir apresenta os impactos destes registros no balanço patrimonial e na demonstração do resultado da Companhia:

	31.12.2021	31.12.2020
Crédito tributário - principal	2.949.943	3.620.118
Crédito tributário - atualização monetária	1.405.322	2.035.636
Efeito no Ativo	4.355.265	5.655.754
PIS/Pasep e Cofins a restituir para consumidores	(3.326.794)	(3.805.985)
Obrigações fiscais - PIS e Cofins a recolher sobre a receita financeira	-	(94.657)
Imposto de renda e contribuição social	-	(596.738)
Efeito no Passivo	(3.326.794)	(4.497.380)
Efeito no Balanço Patrimonial	1.028.471	1.158.374
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	810.563
Receita financeira líquida de pis e cofins	21.640	944.549
Imposto de renda e contribuição social	(7.358)	(596.738)
Efeito na Demonstração de Resultado	14.282	1.158.374

Os valores de PIS e Cofins da Copel Distribuição dos meses de março a junho de 2020, que ainda não tinham sido pagos quando do desfecho da ação, foram remensurados com os efeitos da decisão judicial e reclassificados para a conta de passivo a restituir para os consumidores.

Considerando o Despacho Aneel nº 361/2021, nas tarifas reajustadas a partir de 24.06.2021, por meio da Resolução Homologatória Nº 2.886, foram utilizados, como item financeiro, reduzindo a tarifa dos consumidores nos próximos 12 meses, R\$ 702.000 que são parte do saldo dos créditos de PIS e Cofins que estavam registrados nas Demonstrações Financeiras como PIS e Cofins a serem ressarcidos aos consumidores. A companhia ainda deixou registrado o direito de pleitear, caso necessário, ajustes tarifários futuros que equalizem eventuais diferenças financeiras observadas entre os valores ora considerados e os valores efetivamente recuperados de créditos tributários, bem como outros direitos que julgue necessário.

O quadro abaixo apresenta a composição do saldo total a devolver aos consumidores, registrado no balanço patrimonial:

Em 1º.01.2020	-
Apuração PIS e Cofins a restituir até fev20	3.805.985
Apuração PIS e Cofins a restituir de mar20 a jun20	121.838
Em 31.12.2020	3.927.823
Componente Financeiro Reajuste Tarifário jun21	(702.000)
Atualização monetária - Selic	100.971
Em 31.12.2021	3.326.794

11.6 CONCILIAÇÃO DA PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Lucro antes do IRPJ e CSLL	1.233.481	2.732.459	902.627
IRPJ e CSLL (34%)	(419.384)	(929.036)	(306.893)
Efeitos fiscais sobre:			
Juros sobre o capital próprio	35.105	44.540	106.420
Despesas indedutíveis	(12.083)	(12.033)	(9.614)
Incentivos fiscais	25.198	18.232	8.285
Outros	(4.433)	19	566
IRPJ e CSLL correntes	(298.719)	(933.931)	(152.389)
IRPJ e CSLL diferidos	(76.878)	55.653	(48.847)
Alíquota efetiva - %	30,5%	32,1%	22,3%

12. Partes Relacionadas

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Ativo circulante			
Compartilhamento de estrutura (a)	5.715	6.033	6.190
Outros	10	10	10
	5.725	6.043	6.200
Passivo circulante			
Compartilhamento de estrutura (a)	11.571	10.520	10.622
Outros	-	47	320
	11.571	10.567	10.942

(a) Compartilhamento de gastos com pessoal entre as empresas do grupo NE 30.I

13. Depósitos Judiciais

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Fiscais	221.648	169.471	164.090
Trabalhistas	84.429	52.187	61.498
Cíveis			
Cíveis	37.035	36.214	35.821
Servidões de passagem	14.151	4.494	2.151
Consumidores	3.867	3.119	1.536
	55.053	43.827	39.508
Outros	65	100	5.736
	361.195	265.585	270.832

14. Intangível

14.1 MUTAÇÃO DO INTANGÍVEL

	Obrigações		Total
	em serviço	especiais	
Em 1º.01.2019	8.212.792	(2.822.729)	5.390.063
Incorporações	2.625	(2.550)	75
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	772.358	(93.164)	679.194
Transferências para investimento	(7)	-	(7)
Transferências para outros créditos	(1.520)	-	(1.520)
Quotas de amortização - concessão (a)	(472.624)	134.864	(337.760)
Baixas	(26.359)	-	(26.359)
Em 31.12.2019	8.487.265	(2.783.579)	5.703.686
Incorporações	5.674	(5.386)	288
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	1.011.158	(99.730)	911.428
Transferências para investimento	99	-	99
Transferências para outros créditos	(1.372)	-	(1.372)
Quotas de amortização - concessão (a)	(496.682)	138.596	(358.086)
Baixas	(52.656)	-	(52.656)
Em 31.12.2020	8.953.486	(2.750.099)	6.203.387
Incorporações	24.104	(9.278)	14.826
Transferências de ativos de concessão (NE nº 8)	919.957	(113.068)	806.889
Transferências para investimento	-	(8.385)	(8.385)
Transferências para outros créditos	(3.563)	-	(3.563)
Quotas de amortização - concessão (a)	(533.044)	146.697	(386.347)
Baixas	(30.623)	-	(30.623)
Em 31.12.2021	9.330.317	(2.734.133)	6.596.184

(a) Amortização durante o período de concessão a partir da capitalização para intangível em serviço ou da vida útil dos ativos, dos dois o menor. A taxa média anual de amortização do Ativo Intangível é de 3,9%.

A parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão foi registrada no Ativo Intangível (NE 3.3.3), líquidos das Obrigações Especiais. Essas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, da União, Estados e Municipais, destinados a investimentos em empreendimentos vinculados à concessão, e não configuram passivos onerosos ou créditos do acionista. A amortização é iniciada quando da sua transferência para o Intangível em Serviço, por método linear baseado na vida útil estimada do ativo, e será totalmente amortizado durante o prazo da concessão.

15. Obrigações Sociais e Trabalhistas

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Obrigações sociais			
Impostos e contribuições sociais	26.107	23.929	27.191
Encargos sociais sobre férias e 13º salário	5.017	17.519	17.611
	31.124	41.448	44.802
Obrigações trabalhistas			
Folha de pagamento, líquida	-	-	305
Férias e 13º Salário	62.967	58.515	59.013
Provisões para prêmio por desempenho e participação nos lucros	240.240	324.973	107.720
Programa de desligamentos voluntários	35.533	26.596	436
Outros	-	151	-
	338.740	410.235	167.474
	369.864	451.683	212.276
Circulante	369.864	451.683	212.276

16. Fornecedores

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Energia elétrica	862.892	1.141.639	845.902
Materiais e serviços	389.259	238.925	154.571
Encargos de uso da rede elétrica	491.231	252.339	111.100
	1.743.382	1.632.903	1.111.573

17. Empréstimos e Financiamentos

Contrato	Destinação	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	
MOEDA ESTRANGEIRA					
Secretaria do Tesouro Nacional - STN					
<i>Par Bond</i>	Reestruturação da dívida.	89.058	82.933	44.658	
<i>Discount Bond</i>		61.514	57.404	64.325	
Total moeda estrangeira		150.572	140.337	108.983	
MOEDA NACIONAL					
Eetrobras					
983/95	Programa Nacional de Irrigação - Proni	-	-	26	
984/95		-	-	11	
985/95		-	-	11	
206/07	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos	-	-	5.953	
273/09		-	-	4.933	
		-	-	10.934	
Caixa Econômica Federal					
415.855-22/14	Programa de Eletrificação Rural - Luz para Todos.	9.580	11.496	13.410	
3153-352	Aquisição de máquinas, equipamentos, bens de informática e automação.	-	165	331	
		9.580	11.661	13.741	
BNDES					
14205611-A	Preservação de negócios, melhorias, suporte operacional e investimentos gerais em expansão e consolidação de projetos e programas de Investimentos Sociais de Empresas (ISE)	-	585	7.610	
14205611-B		-	4.329	8.287	
14205611-C		19.595	27.434	35.267	
14205611-D		-	2	11	
		19.595	32.350	51.175	
Total moeda nacional		29.175	44.011	75.850	
		Valor bruto	179.747	184.348	184.833
		(-) Custo de transação	-	(2)	(74)
		Valor líquido	179.747	184.346	184.759
		Circulante	11.113	16.251	30.198
		Não Circulante	168.634	168.095	154.561

Contrato	Garantias	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Pagamento de encargos	Encargos financeiros do contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato
MOEDA ESTRANGERA								
Secretaria do Tesouro Nacional - STN								
Par Bond	Garantias depositadas (17.1).	20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	6,0% + 0,20%	-	17.315
Discount Bond		20.05.1998	1	11.04.2024	Semestral	1,0625% + 0,20%	-	12.082
MOEDA NACIONAL								
Eletrobras								
981/95	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	22.12.1994	80	15.08.2019	Trimestral	8,0%	-	1.169
982/95		22.12.1994	80	15.11.2019	Trimestral	8,0%	-	1.283
983/95		22.12.1994	80	15.11.2020	Trimestral	8,0%	-	11
984/95		22.12.1994	80	15.11.2020	Trimestral	8,0%	-	14
985/95		22.12.1994	80	15.08.2021	Trimestral	8,0%	-	61
206/07		03.03.2008	120	30.08.2020	Mensal	5,0%+ 1,0%	5,05%	109.642
273/09		18.02.2010	120	30.12.2022	Mensal	5,0%+ 1,0%	-	63.944
Caixa Econômica Federal								
415.855-22/14	Receita própria; emissão de notas promissórias e duplicatas de venda mercantil.	31.03.2015	120	08.12.2026	Mensal	6,0%	-	16.984
3153-352	Cessão fiduciária de duplicatas.	01.11.2016	36	15.12.2021	Mensal	5,5 % acima da TJLP	-	1.156
BNDES								
14205611-A	Fiança da Copel; cessão fiduciária de receitas e direitos indenizatórios da concessão.	15.12.2014	72	15.01.2021	Mensal	2,09% acima da TJLP	8,37%	41.583
14205611-B		15.12.2014	6	15.02.2021	Anual	2,09 acima da TR BNDES	-	17.821
14205611-C		15.12.2014	113	15.06.2024	Mensal	6,0%	-	78.921
14205611-D		15.12.2014	57	15.02.2021	Mensal	TJLP	-	750

DI - Depósito interbancário IPCA - Índice nacional de preços ao consumidor amplo TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo. TR - Taxa referencial

17.1 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS - STN

Constituição de garantias, sob a forma de caução em dinheiro, destinadas a amortizar os valores de principal correspondentes aos contratos da STN, quando da exigência de tais pagamentos, em 11.04.2024, sendo: Par Bond, no valor de R\$ 84.163 em 31.12.2021 (R\$ 78.764 em 31.12.2020 e R\$ 57.968 em 31.12.2019); e Discount Bond, no valor de R\$ 58.601 (R\$ 54.757 em 31.12.2020 e R\$ 40.465 em 31.12.2019),

Os valores são atualizados mediante aplicação da média ponderada das variações percentuais dos preços do Bônus de Zero Cupom do Tesouro dos Estados Unidos da América, pela participação de cada série do instrumento na composição da carteira de garantias de principal, constituídas no contexto do Plano Brasileiro de Financiamento - 1992. Em 10.03.2022 buscando redução de custo e melhora na alavancagem da Companhia, foi efetuado o resgate antecipado da dívida no montante de R\$ 9.350 correspondente ao principal acrescido de juros incorridos, líquido da garantia em caução.

17.2 COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS POR TIPO DE MOEDA E INDEXADOR

	31.12.2021	%	31.12.2020	%	31.12.2019	%	
Moeda estrangeira - variação da moeda no período (%)							
Dólar norte-americano	7,39	150.572	83,77	140.337	76,13	108.983	58,99
		150.572	83,77	140.337	76,13	108.983	58,99
Moeda nacional - indexadores ao final do período (%)							
TJLP	5,32	-	-	749	0,41	7.895	4,29
IPCA	10,06	-	-	4.329	2,35	8.287	4,49
Sem indexador (taxa fixa anual)	-	29.175	16,23	38.931	21,11	59.594	32,23
		29.175	16,23	44.009	23,87	75.776	41,01
	179.747	100,00	184.346	100,00	184.759	100,00	

17.3 VENCIMENTOS DAS PARCELAS DE LONGO PRAZO

31.12.2021	Moeda Estrangeira			Moeda Nacional			Total		
	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2023	-	-	-	9.727	-	9.727	9.727	-	9.727
2024	149.271	-	149.271	5.818	-	5.818	155.089	-	155.089
2025	-	-	-	1.909	-	1.909	1.909	-	1.909
2026	-	-	-	1.909	-	1.909	1.909	-	1.909
2027	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Após 2027	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	149.271	-	149.271	19.363	-	19.363	168.634	-	168.634

ME - Moeda Estrangeira MN - Moeda Nacional

17.4 MUTAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Circulante	Não circulante	Moeda estrangeira	Circulante	Não circulante	Moeda nacional	Total
Em 1º.01.2019	1.105	103.646	104.751	240.081	74.762	314.843	419.594
Encargos	5.599	-	5.599	9.337	-	9.337	14.936
Varição monetária e cambial	-	4.170	4.170	1.226	(889)	337	4.507
Transferências	-	-	-	27.128	(27.128)	-	-
Amortização - principal	-	-	-	(235.863)	-	(235.863)	(235.863)
Pagamento - encargos	(5.537)	-	(5.537)	(12.878)	-	(12.878)	(18.415)
Em 31.12.2019	1.167	107.816	108.983	29.031	46.745	75.776	184.759
Encargos	6.928	-	6.928	3.582	-	3.582	10.510
Varição monetária e cambial	-	31.189	31.189	1.162	(942)	220	31.408
Transferências	-	-	-	16.713	(16.713)	-	-
Amortização - principal	-	-	-	(31.769)	-	(31.769)	(31.769)
Pagamento - encargos	(6.763)	-	(6.763)	(3.800)	-	(3.800)	(10.563)
Em 31.12.2020	1.332	139.005	140.337	14.919	29.090	44.009	184.345
Encargos	6.218	-	6.218	2.043	-	2.043	8.261
Varição monetária e cambial	-	10.266	10.266	46	-	46	10.312
Transferências	-	-	-	9.727	(9.727)	-	-
Amortização - principal	-	-	-	(14.586)	-	(14.586)	(14.586)
Pagamento - encargos	(6.251)	-	(6.251)	(2.334)	-	(2.334)	(8.586)
Em 31.12.2021	1.299	149.271	150.570	9.814	19.363	29.178	179.746

17.5 CLÁUSULAS CONTRATUAIS RESTRITIVAS - COVENANTS

A Companhia contratou empréstimos e financiamentos com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social das controladas que represente alteração de controle sem a prévia anuência. O descumprimento das condições mencionadas poderá implicar vencimento antecipado das dívidas e/ou multas. Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

Covenants financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
BNDES Finem nº 14205611 Financiamento a empreendimentos - Finem	Endividamento Financeiro / Ebitda ajustado	≤ 4,0

18. Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento final	Encargos financeiros contrato a.a.	Taxa efetiva de juros a.a.	Valor do contrato			
							31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
3ª	20.10.2017	2	20.10.2022	126,0% da taxa DI	130,85% do DI	500.000	254.824	502.358	505.846
4ª	27.09.2018	3	27.09.2023	DI + spread 2,70%	DI + 3,96%	1.000.000	684.185	1.011.796	1.019.626
5ª, série 1	15.11.2019	3	15.11.2027	IPCA + 4,20%	IPCA + 4,61%	500.000	584.489	529.349	506.180
5ª, série 2	15.11.2019	2	15.11.2022	DI + spread 1,45%	DI + 1,65%	350.000	177.187	351.479	351.914
6ª, série 1	16.06.2021	2	15.06.2026	DI + 1,95%	DI + 2,02%	1.000.000	1.005.102	-	-
6ª, série 2	16.06.2021	3	15.06.2031	IPCA + 4,7742%	IPCA + 5,1564%	500.000	529.366	-	-
Valor bruto							3.235.153	2.394.982	2.383.566
(-) Custo de transação							(35.552)	(23.924)	(30.906)
Valor líquido							3.199.601	2.371.058	2.352.660
Circulante							783.245	769.742	22.302
Não Circulante							2.416.356	1.601.316	2.330.358

Debêntures simples, série única (3ª e 4ª emissão) e em duas séries (5ª e 6ª emissão), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476.

Interveniente garantidora: Copel

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM

Garantias: Fidejussória

Pagamento de encargos: semestral

Emissão	Finalidade
3ª	Capital de giro e/ou realização de investimentos da emissora.
4ª	Capital de giro e pagamento da 1ª parcela de amortização da 2ª emissão de debêntures.
5ª, série 1	Investimento para expansão, renovação ou melhoria e reembolso de despesas da rede de distribuição de energia elétrica da Emissora vinculada ao contrato de concessão nº 46/1999 da ANEEL.
5ª, série 2	Reforço do capital de giro e recomposição de caixa pela amortização final da 2ª emissão de debêntures.
6ª, série 1	Reforço do capital de giro da Emissora e a amortização da primeira parcela de principal das debêntures de cada uma das seguintes emissões da Emissora: 3ª, 4ª e 5ª Emissão.

18.1 VENCIMENTOS DAS PARCELAS DE LONGO PRAZO

31.12.2021	Dívida bruta	(-) Custo de transação	Dívida Líquida
2023	333.334	(6.549)	326.785
2024	-	(3.950)	(3.950)
2025	693.783	(3.950)	689.833
2026	693.783	(3.525)	690.258
2027	193.783	(2.976)	190.807
Após 2027	528.192	(5.568)	522.624
	2.442.874	(26.518)	2.416.356

18.2 MUTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

	circulante	não circulante	total
Em 1º.01.2019	278.545	1.478.562	1.757.107
Ingressos	-	850.000	850.000
Custos de transação	-	(14.418)	(14.418)
Encargos e variação monetária	147.169	8.643	155.812
Transferências	(7.571)	7.571	-
Amortização - principal	(250.000)	-	(250.000)
Pagamento - encargos	(145.841)	-	(145.841)
Em 31.12.2019	22.302	2.330.358	2.352.660
Encargos e variação monetária	118.600	22.308	140.908
Transferências	751.350	(751.350)	-
Pagamento - encargos	(122.510)	-	(122.510)
Em 31.12.2020	769.742	1.601.316	2.371.058
Ingressos	-	1.500.000	1.500.000
Custos de transação	-	(19.709)	(19.709)
Encargos e variação monetária	187.404	82.949	270.353
Transferências	748.201	(748.201)	-
Amortização - principal	(758.333)	-	(758.333)
Pagamento - encargos	(163.768)	-	(163.768)
Em 31.12.2021	783.245	2.416.356	3.199.601

18.3 CLÁUSULAS CONTRATUAIS RESTRITIVAS - COVENANTS

A Companhia emitiu debêntures com cláusulas que requerem a manutenção de índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; não realizar, sem prévia e expressa autorização dos debenturistas, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso esteja em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atenda aos índices financeiros estabelecidos.

O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures, bem como penalidades perante aos órgãos reguladores. Em 31.12.2021, todos os indicadores financeiros medidos anualmente e compromissos acordados foram integralmente atendidos.

Covenants financeiros presentes nos contratos de debêntures:

Instrumento Contratual	Indicadores financeiros anuais	Limite
3ª Emissão de Debêntures	Índice de cobertura do serviço da dívida Dívida líquida consolidada / Ebitda consolidado	≥ 1,5 ≤ 3,5
4ª Emissão de Debêntures		
5ª Emissão de Debêntures		
6ª Emissão de Debêntures		

19. Benefícios Pós-Emprego

A Companhia patrocina planos previdenciários para complementação de aposentadoria e pensão (Plano Unificado e Plano III) e plano assistencial, para assistência médica e odontológica (Planos Prosaúde II e Prosaúde III), para seus empregados ativos e seus dependentes legais. O patrocínio vitalício do Plano Assistencial para os aposentados, pensionistas e dependentes legais somente é aplicado aos participantes do Plano Prosaúde II.

A Fundação Copel de Previdência e Assistência é a entidade que administra estes planos. Em 17.03.2021, o Conselho de Administração aprovou a celebração dos convênios assistenciais para manutenção dos planos Prosaúde II e Prosaúde III, administrados pela Fundação Copel.

19.1 PLANO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO

O Plano Unificado é um plano de Benefício Definido - BD em que a renda é pré-determinada em função do nível salarial de cada indivíduo, estando fechado para novos participantes desde 1998. O Plano III é um plano de Contribuição Variável – CV, sendo o único plano disponível para novos participantes.

19.2 PLANO ASSISTENCIAL

A Companhia aloca recursos para a cobertura das despesas de saúde dos empregados e de seus dependentes, dentro de regras, limites e condições estabelecidos nos regulamentos dos Planos Prosaúde II e Prosaúde III. A cobertura inclui exames médicos periódicos em ambos os planos e somente é estendida a todos os aposentados e pensionistas vitaliciamente no Plano Prosaúde II.

19.3 BALANÇO PATRIMONIAL E RESULTADO DO EXERCÍCIO

Os valores reconhecidos no passivo, na conta de Benefícios pós-emprego, estão resumidos a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Planos previdenciários	766	933	974
Planos assistenciais	849.871	987.052	807.802
	850.637	987.985	808.776
Circulante	48.415	48.716	46.151
Não circulante	802.222	939.269	762.625

Os valores reconhecidos no resultado estão resumidos a seguir:

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Empregados			
Planos previdenciários	41.193	40.608	43.205
Plano assistencial - pós-emprego	77.231	64.228	67.216
Plano assistencial - funcionários ativos	56.974	59.376	60.289
(-) Transferências para ativos de concessão	(19.943)	(18.014)	(15.206)
	155.455	146.198	155.504
Administradores			
Planos previdenciários	293	205	259
Plano assistencial	26	19	21
	319	224	280
	155.774	146.422	155.784

19.4 MUTAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

	circulante	não circulante	Total
Em 1º.01.2019	41.372	611.010	652.382
Apropriação do cálculo atuarial		67.216	67.216
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	80.674		80.674
Ajuste referente a (ganhos) perdas atuariais	-	131.572	131.572
Transferências	47.174	(47.174)	-
Amortizações	(123.069)	-	(123.069)
Em 31.12.2019	46.151	762.625	808.776
Apropriação do cálculo atuarial		64.228	64.228
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	76.207		76.207
Ajuste referente a perdas atuariais	-	161.667	161.667
Transferências	49.249	(49.251)	(2)
Amortizações	(122.891)	-	(122.891)
Em 31.12.2020	48.716	939.269	987.985
Apropriação do cálculo atuarial		77.231	77.231
Apropriação das contribuições previdenciárias e assistenciais	76.297		76.297
Ajuste referente a perdas atuariais	-	(166.589)	(166.589)
Transferências	47.689	(47.689)	-
Amortizações	(124.287)		(124.287)
Em 31.12.2021	48.415	802.222	850.637

19.5 AVALIAÇÃO ATUARIAL DE ACORDO COM O CPC 33 (R1)

19.5.1 PREMISSAS ATUARIAIS

As premissas atuariais utilizadas para determinação dos valores de obrigações e custos estão demonstradas a seguir:

	2021		2020		2019	
	Real	Nom inal	Real	Nom inal	Real	Nom inal
Econômicas						
Inflação a.a.	-	5,50%	-	4,00%	-	2,90%
Taxa de desconto/retorno esperados a.a.						
Planos Unificado - Benefício Definido	5,20%	10,99%	2,85%	6,96%	3,05%	6,04%
Planos Unificado - Saldado	5,20%	10,99%	3,20%	7,33%	3,20%	6,19%
Planos III	5,30%	11,09%	3,40%	7,54%	3,20%	6,19%
Planos Assistencial	5,30%	11,09%	3,20%	7,33%	3,30%	6,30%
Crescimento salarial						
Plano Unificado a.a.	0,00%	5,50%	0,00%	4,00%	1,00%	3,93%
Plano III a.a.	1,00%	6,56%	1,50%	5,56%	1,50%	4,44%
Plano Assistencial - Aging Factor	5,80%	11,62%	4,60%	8,78%	3,80%	6,81%
Demográficas						
Tábua de mortalidade		AT - 2000		AT - 2000		AT - 2000
Tábua de mortalidade de inválidos		WINKLEV OSS		WINKLEV OSS		WINKLEV OSS
Tábua de entrada em invalidez		TASA 1927		TASA 1927		TASA 1927

19.5.2 EXPECTATIVA DE VIDA A PARTIR DA IDADE MÉDIA – TÁBUA AT-2000 (EM ANOS)

	Plano Unificado	Plano III
Em 31.12.2021		
Participantes aposentados	11,60	23,47
Participantes pensionistas	13,22	27,02
Em 31.12.2020		
Participantes aposentados	12,38	23,16
Participantes pensionistas	14,07	24,98
Em 31.12.2019		
Participantes aposentados	13,13	25,84
Participantes pensionistas	8,40	25,84

19.5.3 AVALIAÇÃO ATUARIAL

Com base na revisão das premissas, os valores do Plano Unificado e Plano III para 31.12.2021 totalizaram, respectivamente, superávit de R\$ 369.883 e de R\$ 7.387, enquanto que, em 31.12.2020, a posição era, respectivamente, de R\$ 456.818 e de R\$ 174.697, e em 31.12.2019 de R\$ 515.028 e de R\$ 55.257. A legislação atual aplicável não permite qualquer redução significativa nas contribuições ou reembolsos à Companhia com base no superávit atual desses planos. Por esse motivo, a Companhia não registrou ativos em seu balanço de 31.12.2021, bem como em 31.12.2020 e 31.12.2019, refletindo qualquer direito de redução de contribuições ou restituição de superávit ou outros valores.

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Obrigações total ou parcialmente cobertas	3.459.114	2.022.022	980.307	6.461.443	6.985.487	6.548.670
Valor justo dos ativos do plano	(3.828.997)	(2.029.409)	(130.437)	(5.988.843)	(6.629.951)	(6.311.153)
Estado de cobertura do plano	(369.883)	(7.387)	849.870	472.600	355.536	237.517
Ativo não reconhecido	369.883	7.387	-	377.270	631.515	570.285
	-	-	849.870	849.870	987.051	807.802

19.5.4 MOVIMENTAÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 1º.01.2019	3.339.678	1.338.523	768.702
Custo de serviço	292	2.504	9.865
Custo dos juros	310.391	113.461	71.460
Benefícios pagos	(249.919)	(106.456)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	356.020	502.525	91.624
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2019	3.756.462	1.850.557	941.651
Custo de serviço	260	1.226	14.527
Custo dos juros	229.465	111.714	57.932
Benefícios pagos	(257.433)	(123.896)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	89.699	189.988	123.335
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2020	3.818.453	2.029.589	1.137.445
Custo de serviço	145	1.194	5.061
Custo dos juros	272.242	149.696	82.986
Benefícios pagos	(284.437)	(141.737)	-
(Ganhos) / perdas atuariais	(347.289)	(16.720)	(245.185)
Valor presente da obrigação atuarial líquida em 31.12.2021	3.459.114	2.022.022	980.307

19.5.5. MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO ATUARIAL

	Plano Unificado	Plano III	Plano assistencial
Valor justo do ativo do plano em 1º.01.2019	3.553.220	1.358.600	117.265
Retorno esperado dos ativos	388.108	209.824	35.160
Contribuições e aportes	13.501	2.504	-
Benefícios pagos	(246.506)	(106.252)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	563.167	441.138	(18.575)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2019	4.271.490	1.905.814	133.850
Retorno esperado dos ativos	343.036	136.557	11.153
Contribuições e aportes	13.142	83.326	-
Benefícios pagos	(257.433)	(123.896)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(94.964)	202.485	5.391
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2020	4.275.271	2.204.286	150.394
Retorno esperado dos ativos	472.892	81.279	4.310
Contribuições e aportes	14.556	83.327	-
Benefícios pagos	(284.437)	(141.737)	-
Ganhos / (perdas) atuariais	(649.285)	(197.746)	(24.267)
Valor justo do ativo do plano em 31.12.2021	3.828.997	2.029.409	130.437

19.5.6 CUSTOS ESTIMADOS

Os custos (receitas) estimados para 2022 para cada plano estão demonstrados a seguir:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial
Custo do serviço corrente	199	2.391	4.216
Custo estimado dos juros	380.004	221.173	101.830
Rendimento esperado do ativo do plano	(409.703)	(220.229)	(14.087)
Contribuições estimadas dos empregados	(93)	(1.196)	-
Custos (receitas)	(29.593)	2.139	91.959

19.5.7 ANÁLISE DE SENSIBILIDADE

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade, que demonstra o efeito de aumento ou redução de um ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos, sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e de juros dos custos líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios acumulada pós-emprego.

	Cenários projetados	
	Aumento 1%	Redução 1%
Sensibilidade da taxa de juros de longo prazo		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	(539.173)	520.708
Impactos nas obrigações do programa de saúde	(175.475)	164.692
Sensibilidade da taxa de crescimento de custos médicos		
Impactos nas obrigações do programa de saúde	66.661	(64.700)
Impacto no custo do serviço do exercício seguinte do programa de saúde	287	(278)
Sensibilidade ao custo do serviço		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	253	(246)
Impactos nas obrigações do programa de saúde	755	(708)

19.5.8 BENEFÍCIOS A PAGAR

Os benefícios estimados a serem pagos, nos próximos cinco anos, e o total de benefícios para os exercícios fiscais subsequentes, são apresentados abaixo:

	Plano Unificado	Plano III	Plano Assistencial	Total
2022	223.991	126.248	51.060	401.299
2023	213.097	120.137	51.423	384.657
2024	202.533	114.231	50.244	367.008
2025	192.486	108.559	48.377	349.422
2026	182.738	103.156	46.406	332.300
2027 a 2051	1.655.543	1.207.275	475.860	3.338.678

19.5.9 ALOCAÇÃO DE ATIVOS E ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS

A alocação de ativos para os planos previdenciário e assistencial da Companhia no final de 2021 e a alocação-meta para 2022, por categoria de ativos, são as seguintes:

	Meta para 2022 (*)	2021	2020
Renda fixa	71,1%	69,6%	70,4%
Renda variável	10,0%	7,2%	9,1%
Empréstimos	1,2%	1,6%	1,6%
Investimentos imobiliários	2,7%	5,8%	7,2%
Investimentos estruturados	10,2%	10,5%	8,9%
Investimentos no exterior	4,8%	5,3%	2,8%
	100,0%	100,0%	100,0%

(*) Alocação Estratégica baseada no total de investimentos de cada plano.

19.5.10 ALOCAÇÃO DE ATIVOS POR PLANOS PREVIDENCIÁRIOS PATROCINADOS PELA COMPANHIA:

	Plano Unificado		Plano III	
	meta (%) (*)	mínimo (%)	meta (%)	mínimo (%)
Renda fixa	83,5%	43,0%	53,0%	22,0%
Renda variável	3,0%	2,0%	12,0%	7,0%
Empréstimos	0,5%	0,0%	3,0%	0,0%
Investimentos imobiliários	4,0%	0,0%	8,0%	0,0%
Investimentos estruturados	6,0%	0,0%	16,0%	0,0%
Investimentos no exterior	3,0%	0,0%	8,0%	0,0%

(*) Alocação Estratégica 2021.

A Administração da Fundação Copel decidiu manter participação mais conservadora em renda variável, em relação ao limite legal permitido, que é de 70%.

20. Encargos do Consumidor a Recolher

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (a)	29.032	-	-
Bandeira tarifária (b)	147.766	15.565	12.232
	176.798	15.565	12.232

(a) CDE Conta-Covid Despacho Aneel nº 939 de 05/04/2021

(b) Os saldos de 2020 e 2019 referem-se a modalidade de bandeira amarela e em 2021, considerando o cenário de crise hídrica, houve a predominância da modalidade das bandeiras vermelha e de escassez hídrica.

21. Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética

Conforme a Lei nº 9.991/2000, as concessionárias de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar anualmente 1% de sua Receita Operacional Líquida regulatória entre os programas de pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico e de eficiência energética, conforme Resoluções Normativas Aneel nºs 504/2012 e 556/2013, e revisado pela Resolução Normativa Aneel n.º 830/2018.

21.1 SALDOS CONSTITUÍDOS DE P&D E PEE

	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar	Saldo em 31.12.2021	Saldo em 31.12.2020	Saldo em 31.12.2019
Pesquisa e desenvolvimento - P&D						
FNDCT ¹	-	4.291	-	4.291	4.340	1.648
MME	-	2.145	-	2.145	2.170	824
P&D	91.087	1.287	66.604	158.978	198.065	200.825
	91.087	7.723	66.604	165.414	204.575	203.297
Programa de eficiência energética - PEE						
Procel ²	-	19.882	-	19.882	5.855	16.410
PEE	94.290	2.574	212.947	309.811	314.285	294.034
	94.290	22.456	212.947	329.693	320.140	310.444
	185.377	30.179	279.551	495.107	524.715	513.741
			Circulante	228.457	305.832	285.559
			Não circulante	266.650	218.883	228.182

¹Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT

²Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel

21.2 MUTAÇÃO DOS SALDOS DE P&D E PEE

	FNDCT	MME	Procel	P&D	PEE	Total
	Circulante	Circulante	Circulante			Total
Em 1º.01.2019	2.603	1.302	15.792	183.720	242.231	445.648
Constituições	18.661	9.330	9.331	18.661	37.317	93.300
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.247	3.247
Atualização (NE nº 28)	-	-	52	6.915	13.893	20.860
Recolhimentos	(19.616)	(9.808)	(5.642)	-	-	(35.066)
Conclusões	-	-	-	(8.471)	(5.778)	(14.249)
Em 31.12.2019	1.648	824	16.410	200.825	294.034	513.741
Constituições	20.362	10.181	10.181	20.361	40.724	101.809
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.545	3.545
Atualização (NE nº 28)	-	-	1.469	2.724	6.829	11.022
Recolhimentos	(17.670)	(8.835)	(21.589)	-	-	(48.094)
Conclusões	-	-	-	(25.845)	(31.463)	(57.308)
Em 31.12.2020	4.340	2.170	5.855	198.065	314.285	524.715
Constituições	25.603	12.802	12.802	25.603	51.206	128.016
Contrato de desempenho	-	-	-	-	3.010	3.010
Atualização (NE nº 28)	-	-	1.225	3.107	9.923	14.255
Transferências	-	-	-	-	-	-
Recolhimentos	(25.652)	(12.826)	-	(8.801)	(56.177)	(103.456)
Glosas	-	-	-	306	-	306
Conclusões	-	-	-	(59.303)	(12.436)	(71.739)
Em 31.12.2021	4.291	2.146	19.882	158.977	309.811	495.107

22. Direito de Uso de Ativos e Passivos de arrendamentos

22.1 DIREITO DE USO DE ATIVOS

	Saldo em 1º.01.2021	Adições	Amortização	Baixas	Saldo em 31.12.2021
Imóveis	8.855	33.769	(4.811)	(1.614)	36.199
Veículos	65.078	5.104	(22.106)	-	48.076
Equipamentos	14.884	1.595	(5.156)	-	11.323
	88.817	40.468	(32.073)	(1.614)	95.598

22.2 PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

22.2.1 MUTAÇÃO DO PASSIVO DE ARRENDAMENTOS

	Circulante	Não circulante	Total
Adoção inicial em 1º.01.2019	14.711	45.783	60.494
Adições	1.219	4.908	6.127
Encargos	4.885	-	4.885
Transferências CP x LP	16.749	(16.749)	-
Pagamento - principal	(15.319)	-	(15.319)
Pagamento - encargos	(4.955)	-	(4.955)
Baixas	(323)	(2.047)	(2.370)
Em 31.12.2019	16.967	31.895	48.862
Adições	16.323	56.097	72.420
Encargos	5.785	-	5.785
Transferências CP x LP	23.122	(23.122)	-
Pagamento - principal	(30.207)	-	(30.207)
Pagamento - encargos	(2.575)	-	(2.575)
Baixas	(462)	(1.687)	(2.149)
Em 31.12.2020	28.953	63.183	92.136
Adições	2.967	37.501	40.468
Encargos	7.438	-	7.438
Transferências CP x LP	30.062	(30.062)	-
Pagamento - principal	(30.035)	-	(30.035)
Pagamento - encargos	(7.438)	-	(7.438)
Baixas	(499)	(1.257)	(1.756)
Em 31.12.2021	31.448	69.365	100.813

A taxa de desconto em 31.12.2021 é de 10,53% a.a. (3,35% a.a. em 31.12.2020 e 5,85% a.a. em 31.12.2019)

A Companhia define a taxa de desconto com base na taxa de juros nominal praticada na última captação de recursos, desconsiderando captações subsidiadas ou incentivadas. As taxas de juros aplicadas variam de 3,58% a 10,53% a.a.

22.2.2 VENCIMENTOS DAS PARCELAS DE LONGO PRAZO

Ano	Total
2023	20.810
2024	16.766
2025	3.882
2026	1.115
2027	937
Após 2027	25.855
Total	69.365

22.2.3 DIREITO POTENCIAL DE PIS E COFINS A RECUPERAR

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito potencial de PIS e Cofins a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação, conforme os períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente:

	Nom inal	Valor Presente
Contraprestação do arrendamento	142.126	100.813
PIS/COFINS potencial	13.147	9.325

22.2.4 IMPACTO PELA PROJEÇÃO DE INFLAÇÃO NOS FLUXOS DE CAIXA DESCONTADOS

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos.

Em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela norma. No entanto, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro, o quadro a seguir apresenta os saldos comparativos entre a informação registrada em conformidade com o CPC 06 (R2) e o valor que seria registrado se considerada a inflação projetada:

	CPC 06 (R2) - IFRS 16	Orientação CVM	%
Passivo Leasing	100.813	122.121	21,14%
Direito de uso Líquido	95.598	112.825	18,02%
Despesa Financeira	7.296	9.013	23,53%
Despesa de Depreciação	30.799	35.723	15,99%

22.3 COMPROMISSOS DE ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS

Para os arrendamentos de ativos de baixo valor, tais como computadores, impressoras e móveis, arrendamento de curto prazo, os valores estão reconhecidos na demonstração de resultado como custos e/ou despesas operacionais (NE 27.8). O saldo dos compromissos de arrendamentos e aluguéis está demonstrado a seguir:

	Acima de 5			31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
	Até 1 ano	1 a 5 anos	anos			
Imóveis	6.365	19.192	49.027	74.584	10.176	15.738
Veículos	24.808	29.823	-	54.631	74.460	32.486
Equipamentos	6.276	6.635	-	12.911	17.031	7.878
	37.449	55.650	49.027	142.126	101.667	56.102

23. Outras Contas a Pagar

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Taxa de iluminação pública arrecadada	32.895	48.188	38.805
Consumidores	45.558	48.081	46.649
Cauções em garantia	11.889	3.584	3.554
Outras obrigações	41.528	29.468	19.709
	131.870	129.321	108.717
Circulante	116.348	122.425	101.260
Não circulante	15.522	6.896	7.457

24. Provisões para Litígios e Passivo Contingente

A Companhia responde diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes cortes. A Administração, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis, quando os critérios de reconhecimento de provisão descritos na NE nº 3.6 são atendidos.

A Administração da Companhia acredita ser impraticável fornecer informações a respeito do momento de eventuais saídas de caixa relacionadas às ações pelas quais a Companhia responde na data da elaboração das demonstrações financeiras, tendo em vista a imprevisibilidade e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório brasileiro. Por esse motivo, essa informação não é fornecida.

24.1 PROVISÕES PARA LITÍGIOS

24.1.1 MUTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA LITÍGIOS DAS AÇÕES CONSIDERADAS COMO DE PERDA PROVÁVEL

	Saldo em 1º.01.2021	Resultado		Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2021
		Adições	Reversões			
Fiscais (24.3.a)	7.065	4.472	(8)		31	11.560
Trabalhistas (24.3.b)	441.811	61.981	(16.833)		(76.847)	410.112
Benefícios a empregados (24.3.c)	37.767	2.671	(14.701)		(592)	25.145
Cíveis (24.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	122.046	49.019	(261)		(12.105)	158.699
Serviços de passagem	12.848	-	-	32.778	(27.566)	18.060
Desapropriações e patrimoniais	1.430	-	-	262	-	1.692
Consumidores	3.981	895	(706)		(407)	3.763
Ambientais	3.410	276	-		-	3.686
	143.715	50.190	(967)	33.040	(40.078)	185.900
Regulatórias (24.3.e)	36.329	3.007	(148)		(267)	38.921
Total	666.687	122.321	(32.657)	33.040	(117.753)	671.638
Não circulante	666.687					671.638

	Saldo em 1º.01.2020	Resultado		Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2020
		Adições	Reversões			
Fiscais (24.3.a)	5.311	2.051	(78)		(219)	7.065
Trabalhistas (24.3.b)	474.868	70.178	(1.674)		(101.561)	441.811
Benefícios a empregados (24.3.c)	72.406	4.303	(38.448)		(494)	37.767
Cíveis (24.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	127.312	22.938	(8.484)		(19.720)	122.046
Serviços de passagem	14.077	-	-	889	(2.118)	12.848
Desapropriações e patrimoniais	837	-	-	633	(40)	1.430
Consumidores	4.964	299	(1.275)		(7)	3.981
Ambientais	1.758	1.657	(5)		-	3.410
	148.948	24.894	(9.764)	1.522	(21.885)	143.715
Regulatórias (24.3.e)	33.704	4.181	(526)		(1.030)	36.329
Total	735.237	105.607	(50.490)	1.522	(125.189)	666.687
Não circulante	735.237					666.687

	Saldo em 1º.01.2019	Resultado		Adições (Reversões) no ativo	Quitações	Saldo em 31.12.2019
		Adições	Reversões			
Fiscais (24.3.a)	5.722	3.942	(3.106)	-	(1.247)	5.311
Trabalhistas (24.3.b)	446.632	136.629	-	-	(108.393)	474.868
Benefícios a empregados (24.3.c)	65.031	25.805	(13.017)	-	(5.413)	72.406
Cíveis (24.3.d)						
Cíveis e direito administrativo	158.957	46.261	(33.143)	-	(44.763)	127.312
Serviços de passagem	13.617	-	-	1.187	(727)	14.077
Desapropriações e patrimoniais	353	-	-	636	(152)	837
Consumidores	5.209	390	(643)	-	8	4.964
Ambientais	1.830	66	(138)	-	-	1.758
	179.966	46.717	(33.924)	1.823	(45.634)	148.948
Regulatórias (24.3.e)	33.091	1.892	(233)	-	(1.046)	33.704
Total	730.442	214.985	(50.280)	1.823	(161.733)	735.237
Não circulante	730.442					735.237

24.2 PASSIVO CONTINGENTE

24.2.1 CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES CONSIDERADAS COMO DE PERDA POSSÍVEL

Obrigações presentes decorrentes de eventos passados, sem provisões reconhecidas por não ser provável uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação.

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Fiscais (24.3.a)	234.003	284.843	280.115
Trabalhistas (24.3.b)	207.162	260.998	315.186
Benefícios a empregados (24.3.c)	3.342	5.678	18.170
Cíveis (24.3.d)	2.085.487	2.111.713	391.892
Regulatórias (24.3.e)	1.070.687	942.640	1.039.274
	3.600.681	3.605.872	2.044.637

24.3 DESCRIÇÃO DA NATUREZA E/OU INFORMAÇÕES SOBRE AS PRINCIPAIS AÇÕES

Natureza	Descrição	Provisões para litígios			Passivo contingente		
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
a. Fiscais							
Tributos federais	Exigências e questionamentos administrativos da Receita Federal do Brasil.	-	-	-	27.249	33.632	54.764
ICMS	Auto de infração nº 6.587.156-4 lavrado pelo Estado do Paraná por suposta ausência de recolhimento do ICMS sobre a rubrica “demanda medida” destacada em faturas de energia elétrica emitidas pela Copel DIS no período de maio de 2011 a dezembro de 2013. A Companhia sustenta a sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da presente autuação fiscal, pois não tendo figurado no processo judicial, não pode sofrer os efeitos da decisão judicial nele proferida, o que implicaria na sua ilegitimidade para figurar no polo passivo do auto de infração citado. A Companhia ingressou com mandado de segurança em 16.07.2019, tendo obtido liminar para suspender a exigibilidade do crédito tributário.	-	-	-	-	97.404	87.657
	Mandado de Segurança que tem por objeto afastar o débito imputado pelo Estado do Paraná através do PAF nº 6.612.976-4. Houve decisão desfavorável à Companhia, proferida pelo Tribunal de Justiça, porém ainda sem trânsito em julgado. A Companhia interpôs recurso de agravo ao STJ, e assim foi procedida a revisão do risco.	-	-	-	42.917	-	-
IPTU	Exigência de Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU sobre imóveis afetados ao serviço público de energia elétrica.	-	-	-	84.108	69.601	61.501
Outras	Impostos, taxas e outros tributos federais, estaduais e municipais em que a Companhia discute a incidência ou não, bem como suas bases e valores para recolhimento.	11.560	7.065	5.311	79.729	84.206	76.193
	Total Fiscais	11.560	7.065	5.311	234.003	284.843	280.115
b. Trabalhistas							
	Ações movidas por empregados e ex-empregados da Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, periculosidade, adicional de transferência, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros e empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.	410.112	441.811	474.868	207.162	260.998	315.186
c. Benefícios a empregados							
	Ações de reclamatórias trabalhistas movidas por ex-empregados aposentados Companhia contra a Fundação Copel, que causarão, conseqüentemente, reflexos na medida em que forem necessários aportes complementares.	25.145	37.767	72.406	3.342	5.678	18.170
d. Cíveis							
Fumicultores	Ações que têm como principal causa a falta de energia elétrica causando perda da produção.	79.092	50.330	48.977	68.103	41.258	34.792
DER	O Departamento de Estradas e Rodagens – DER lavrou auto de infração fiscal à Copel Distribuição, assim a Companhia impetrou ação com objeto de impugnar a cobrança pelo DER da Taxa de Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias, uma vez que, a Companhia entende que esta taxa é inconstitucional por possuir caráter confiscatório. Atualmente o processo está concluso para sentença.	-	-	-	-	95.669	85.277

(continua)

Natureza	Descrição	Provisões para litígios			Passivo contingente		
		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
d. Cíveis							
Crédito PIS/COFINS sobre ICMS	Referente a estimativa de contingência passiva, conforme julgamento da administração e opinião de seus assessores legais, relativa a eventual propositura de demanda pelos consumidores sobre o crédito tributário reconhecido, detalhado na NE n° 11.5, referente ao período que exacerbe a regra de neutralidade tributária, compreendido entre o 11º e o 16º ano, de um total de 16 anos considerados na ação. Em 09.02.2021, a Aneel abriu Consulta Pública 005/2021 com intuito de aprimoramento da proposta de devolução destes créditos tributários aos consumidores. As áreas técnicas da Aneel elaboraram nota técnica à referida Consulta Pública delimitando seu escopo à análise econômico-financeira, porém sem discutir os aspectos jurídicos. No âmbito da referida Consulta Pública e após o recebimento das contribuições enviadas pelos interessados, em 04.03.2022, foi emitido Parecer da Procuradoria Federal junto a ANEEL que respondeu a quesitos formulados pelas superintendências da ANEEL que avaliam o tema. A agência reguladora ainda não concluiu sua análise no âmbito da referida Consulta Pública e, até o momento, não há decisão final em âmbito administrativo. A Companhia e seus assessores legais avaliaram os documentos disponibilizados na Consulta Pública 005/2021 e o Parecer da Procuradoria Federal, não identificando alterações no seu entendimento anterior sobre o assunto, e aguardam análise pela Aneel de suas contribuições de forma a solidificar esse entendimento e resguardar seus direitos.	-	-	-	1.775.347	1.755.112	-
Cíveis e direito administrativo	Outras ações que envolvem faturamento, supostos procedimentos irregulares, contratos administrativos e multa contratual, indenização por acidentes com a rede de energia elétrica e acidentes com veículos.	79.607	71.716	78.335	117.051	105.253	159.983
Servidões de passagem	As ações judiciais ocorrem quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro em razão de inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras.	18.060	12.848	14.077	5.893	6.150	13.508
Desapropriações e patrimoniais	Decorrem também da intervenção no usucapião de terceiros, seja na qualidade de confrontante ou em caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de	1.692	1.430	837	114.672	96.473	87.672
Consumidores	Ações movidas por consumidores que envolvem indenização de danos pessoais e solicitação da devolução de valores pagos, que supostamente foram indevidos, sobre o consumo de energia elétrica. Atualmente está fase de instrução	3.763	3.981	4.964	1.695	9.731	8.877
Ambientais	Ações relativas a obrigações legais e compensatórias socioambientais, em razão das atividades de construção ou manutenção de empreendimentos em operação de distribuição de energia elétrica realizados pela Companhia.	3.686	3.410	1.758	2.726	2.067	1.783
Total Cíveis		185.900	143.715	148.948	2.085.487	2.111.713	391.892
e. Regulatórias							
ESBR	A ESBR moveu contra a Aneel a ação ordinária n° 10426-71.2013.4.01.4100, na Justiça Federal de Rondônia, cuja sentença (i) reconheceu excludentes de responsabilidade pelo atraso de 535 dias no cronograma das obras da UHE Jirau; (ii) declarou inexigíveis quaisquer obrigações, penalidades e custos impostos à ESBR decorrentes do atraso e, por fim, (iii) anulou o despacho Aneel n° 1.732/2013, que havia reconhecido o atraso de apenas 52 dias no cronograma de implantação. Houve recurso de apelação pela Aneel, em trâmite no TRF da 1ª Região. A consequência prática da decisão foi que, ao tempo em que isentou a ESBR, expôs as Distribuidoras com as quais celebrou CCEARs ao Mercado de Curto Prazo e ao alto valor do PLD no período, onde se incluiu a Copel Distribuição. Isso, porque as regras de comercialização de energia elétrica impõem que toda energia consumida tenha a correspondente cobertura contratual. O risco de perda da ação está classificado como possível. Caso as ações sejam julgadas desfavoráveis, o valor será considerado como um Ativo Financeiro Setorial a ser recuperado mediante tarifa.	-	-	-	1.066.486	942.640	1.034.593
Outras	Notificações do Órgão Regulador sobre eventuais descumprimentos de normas regulatórias	38.921	36.329	33.704	4.200	-	4.681
Total Regulatórias		38.921	36.329	33.704	1.070.687	942.640	1.039.274
		671.638	666.687	735.237	3.600.681	3.605.872	2.044.637

25. Patrimônio Líquido

25.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado é composto por ações ordinárias, pertencentes à Copel, conforme abaixo:

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Capital social integralizado	5.359.206	5.341.443	5.341.443
Número de ações	5.359.205.948	5.341.443.124	5.341.443.124

25.2 AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

	Passivos atuariais		
	Benefícios pós-emprego	Tributos sobre os ajustes	
Em 1º.01.2019			(20.388)
Passivos atuariais	(131.572)	44.735	(86.837)
Em 31.12.2019			(107.225)
Passivos atuariais	(161.667)	54.967	(106.700)
Em 31.12.2020			(213.925)
Passivos atuariais	166.589	(56.641)	109.948
Em 31.12.2021			(103.977)

25.3 RESERVA LEGAL E RESERVA DE RETENÇÃO DE LUCROS

A reserva legal, no montante de R\$ 42.894 em 2021 (R\$ 92.709 em 2020 e R\$ 35.070 em 2019), é constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, à base de 5% do lucro líquido de cada exercício, limitado a 20% do capital social integralizado. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorver prejuízos acumulados. Ainda em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações a Administração respeita o limite do capital social para constituição das reservas de lucros.

A reserva de retenção de lucros visa à cobertura do programa de investimento da Companhia, conforme o artigo 196 da Lei nº 6.404/1976. Sua constituição ocorre mediante retenção do lucro líquido remanescente do exercício, após constituição da reserva legal e da proposição dos juros sobre o capital próprio e dividendos.

25.4 PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	857.884	1.854.181	701.391
Reserva legal (5%)	(42.894)	(92.709)	(35.070)
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	814.990	1.761.472	666.321
1. Dividendos mínimos obrigatórios	203.748	440.368	166.580
2. Distribuição total proposta	407.495	880.736	399.793
3. Dividendos Intermediários			
a. Juros sobre o capital próprio, brutos	103.249	131.000	313.000
IRRF s/ os juros sobre o capital próprio	(15.487)	(19.650)	(46.950)
b. Juros sobre o capital próprio, líquidos	87.762	111.350	266.050
4. Dividendos a distribuir (1-3b)	115.986	329.018	-
5. Dividendo adicional proposto (2-3a-4)	188.260	420.718	86.793
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio, líquidos (3b+4+5)	392.008	861.086	352.843
Dividendos por ação			
Dividendos por ação (em R\$)	0,02164	0,06160	-
Dividendos por ação (em R\$) - JSCP	0,01927	0,02453	0,05860
Dividendos por ação (em R\$) - adicional proposto	0,03513	0,07876	0,01625

25.5 LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO DILUÍDO

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Numerador básico e diluído			
Lucro líquido básico e diluído alocado por classes de ações, atribuído aos acionistas			
Ações ordinárias	857.884	1.854.181	701.391
Denominador básico e diluído			
Média ponderada das ações			
Ações ordinárias	5.348.742.915	5.341.443.124	5.306.758.192
Lucro líquido básico e diluído por ação atribuído aos acionistas			
Ações ordinárias	0,16039	0,34713	0,13217

26. Receita Operacional Líquida

26.1 RECEITA POR CLASSES

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Fornecimento de energia elétrica	9.424.155	7.106.234	8.313.453
Residencial	4.098.157	3.098.970	3.336.433
Industrial	1.231.889	971.601	1.277.288
Comercial, serviços e outras atividades	2.204.301	1.702.945	2.182.046
Rural	873.560	613.419	631.527
Poder público	276.383	195.259	279.495
Iluminação pública	339.524	233.558	274.250
Serviço público	400.341	290.482	332.414
Doações e subvenções	671.752	691.709	740.787
Suprimento de energia elétrica	791.501	540.610	339.719
Contratos bilaterais	167.316	421.484	192.487
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	624.185	119.126	147.232
Disponibilidade da rede elétrica	9.045.028	8.069.470	7.781.592
Residencial	3.011.506	2.788.724	2.585.892
Industrial	1.458.923	1.275.309	1.281.099
Comercial, serviços e outras atividades	1.772.686	1.629.474	1.715.469
Rural	623.280	548.682	467.044
Poder público	205.247	180.814	217.027
Iluminação pública	213.433	205.904	206.492
Serviço público	214.501	195.597	174.414
Consumidores livres	1.440.922	1.164.020	1.052.535
Concessionárias e geradoras	104.530	80.946	81.620
Receita de construção	1.700.889	1.154.488	904.023
Valor justo do ativo indenizável da concessão	108.733	45.187	26.231
Ativos e passivos financeiros setoriais	2.502.324	746.052	25.056
Outras receitas operacionais	305.540	250.598	208.673
Arrendamentos e aluguéis	266.676	198.597	162.968
Equipamentos e estruturas	247.259	172.420	140.052
Compartilhamento de instalações	19.417	26.177	22.916
Renda da prestação de serviços	8.787	13.263	15.400
Outras receitas	30.077	38.738	30.305
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	24.549.922	18.604.348	18.339.534
(-) Tributos	(9.713.528)	(7.051.452)	(7.938.233)
(-) Pis/Pasep e Cofins	(1.637.315)	(1.315.169)	(1.610.397)
(-) ICMS	(4.717.793)	(4.010.977)	(4.289.344)
(-) Encargos setoriais (26.2)	(3.358.420)	(1.725.306)	(2.038.492)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14.836.392	11.552.896	10.401.301

26.2 ENCARGOS SETORIAIS

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Conta de desenvolvimento energético - CDE (26.3)	1.641.500	1.530.998	1.266.151
Conta de desenvolvimento energético - CDE Energia (26.3)	96.217	-	388.006
Bandeiras tarifárias	1.480.361	81.159	280.286
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética - P&D e PEE	128.015	101.809	93.300
Taxa de fiscalização	12.327	11.340	10.749
	3.358.420	1.725.306	2.038.492

26.3 CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO – CDE

A CDE, criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, tem entre suas fontes de recursos, para cumprir seus objetivos, as quotas pagas pelos agentes que negociam energia com o consumidor final, mediante encargo tarifário incluído nas tarifas. A Companhia realiza pagamentos do encargo CDE-Uso, destinada ao custeio dos objetivos da CDE previstos na lei. As quotas anuais para cada distribuidora são definidas pela Aneel por meio das resoluções homologatórias.

A partir de junho/2021, a Companhia passa recolher a cota relativa à CDE CONTA COVID no montante de R\$ 29.032, segregada entre CDE Uso e CDE Energia. Esse encargo, previsto no Despacho 939/2021, é repassado na tarifa aos consumidores, tem a finalidade de amortização da operação de crédito contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885/2020. O saldo é composto da seguinte forma:

Período		31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
CDE USO^(a)	Cotas	1.534.491	1.531.713	1.269.498
	Conta Covid ^(b)	107.009	-	-
	(-) Liminares ^(e)	-	(715)	(3.346)
		1.641.500	1.530.998	1.266.152
CDE ENERGIA^(c)	Cotas	-	-	41.431
	Conta Covid ^b	96.217	-	-
	(-) Liminares ^(e)	-	-	(1.603)
		96.217	-	39.828
CONTA ACR^(d)	Cotas	-	-	394.899
	Devolução - Despacho nº 2.755/2019	-	-	(46.722)
		-	-	348.177
Total		1.737.717	1.530.998	1.654.157

(a) **CDE Uso:** Res. Homologatória nº 2.814/2020 e Nota Técnica Aneel nº 12/2021 (jan-fev/21); Resolução Homologatória nº 2.834/2021 (mar-dez/21); Res. Homologatória nº 2.814/2020 (jan-dez/20); Resolução Homologatória nº 2.510/2018 (jan a dez/19).

(b) **CDE Uso e CDE Energia - Conta Covid:** Despacho nº 939/2021 (jun-dez/21).

(c) **CDE Energia:** Resolução Homologatória nº 2.510/2018 (jan-mar/19).

(d) **CDE Conta ACR:** Resolução Homologatória nº 2.231/2017 (jan-fev/19); Resolução Homologatória nº 2.521/2019 (mar-ago/19). O reconhecimento da parcela da quota da CDE Energia - ACR se encerrou em setembro/2019. Em outubro/2019 o saldo remanescente devolvido às concessionárias de distribuição, conforme Despacho nº 2.755/2019.

(e) **Liminares CDE:** Em decorrência de decisões liminares em favor da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace, da Associação Nacional dos Consumidores de Energia - Anace e de outras associadas, que questionam judicialmente os componentes tarifários da CDE-Uso e CDE-Energia, a Aneel, pelas Resoluções Homologatórias nºs 1.967/2015, 1.986/2015 e 2.083/2016, homologou o cálculo tarifário, deduzindo estes encargos às associadas daquelas entidades, enquanto vigorarem as liminares concedidas. Não há valores para 2021.

26.4 REAJUSTE TARIFÁRIO ANUAL DA COPEL DISTRIBUIÇÃO

A Aneel homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica de 2021 da Copel Distribuição por meio da Resolução Homologatória nº 2.886, de 22.06.2021, autorizando o reajuste médio de 9,89% percebido pelos consumidores, e cuja aplicação ocorreu integralmente às tarifas a partir de 24.06.2021, sendo que para os consumidores da alta tensão o reajuste médio ficou em 9,57%, enquanto para os da baixa tensão em 10,04%.

26.5 BANDEIRAS TARIFÁRIAS

O Sistema de Bandeiras Tarifárias foi instituído pela Resolução Normativa Aneel nº 547/2013, com vigência a partir de 2015 para indicar a incidência ou não de acréscimo no valor da energia a ser repassado ao consumidor final, em função das condições para geração de energia elétrica, apresentando as seguintes modalidades:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,874 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha - Patamar 1: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,971 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha - Patamar 2: condições ainda mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 9,492 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos; e
- Bandeira de escassez hídrica: criada em 31/08/2021 pela Aneel a bandeira tarifária de R\$ 14,20 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Em 2021, com o cenário de crise hídrica, predominaram as modalidades de bandeira vermelha, patamar 1 e 2 e de bandeira de escassez hídrica. Em 2020 e 2019 predominaram as modalidades verde e amarela.

27. Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	31.12.2021
Energia elétrica comprada para revenda (27.1)	(7.277.499)	-	-	-	(7.277.499)
Encargos de uso da rede elétrica (27.2)	(2.363.451)	-	-	-	(2.363.451)
Pessoal e administradores (27.3)	(673.070)	-	(232.268)	-	(905.338)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19.3)	(116.668)	-	(39.106)	-	(155.774)
Material	(48.417)	(11)	(3.294)	-	(51.722)
Serviços de terceiros (27.4)	(355.314)	(2.489)	(92.949)	-	(450.752)
Amortização	(374.433)	-	(32.199)	-	(406.632)
Perdas de créditos, provisões e reversões (27.5)	-	(182.196)	-	(89.663)	(271.859)
Custo de construção (27.6)	(1.700.889)	-	-	-	(1.700.889)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (27.7)	(32.944)	5.977	(37.691)	(20.806)	(85.464)
	(12.942.685)	(178.719)	(437.507)	(110.469)	(13.669.380)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	31.12.2020
Energia elétrica comprada para revenda (27.1)	(5.856.372)	-	-	-	(5.856.372)
Encargos de uso da rede elétrica (27.2)	(1.370.814)	-	-	-	(1.370.814)
Pessoal e administradores (27.3)	(778.297)	-	(215.740)	-	(994.037)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19.3)	(110.573)	-	(35.849)	-	(146.422)
Material	(53.678)	-	(4.518)	-	(58.196)
Serviços de terceiros (27.4)	(314.664)	(1.898)	(89.292)	-	(405.854)
Amortização	(345.536)	-	(29.315)	-	(374.851)
Perdas de créditos, provisões e reversões (27.5)	-	(123.979)	-	(55.117)	(179.096)
Custo de construção (27.6)	(1.154.488)	-	-	-	(1.154.488)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (27.7)	(26.280)	(11.822)	(42.227)	756.041	675.712
	(10.010.702)	(137.699)	(416.941)	700.924	(9.864.418)

	Custos operacionais	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Custos e despesas operacionais líquidas	31.12.2019
Energia elétrica comprada para revenda (27.1)	(5.424.207)	-	-	-	(5.424.207)
Encargos de uso da rede elétrica (27.2)	(1.044.135)	-	-	-	(1.044.135)
Pessoal e administradores (27.3)	(643.692)	-	(179.080)	-	(822.772)
Planos previdenciário e assistencial (NE nº 19.3)	(118.495)	-	(37.289)	-	(155.784)
Material	(60.768)	-	(3.651)	-	(64.419)
Serviços de terceiros (27.4)	(292.309)	(3.218)	(101.863)	-	(397.390)
Amortização	(318.326)	-	(25.271)	-	(343.597)
Perdas de créditos, provisões e reversões (27.5)	-	(137.680)	-	(164.705)	(302.385)
Custo de construção (27.6)	(904.023)	-	-	-	(904.023)
Outros custos e despesas operacionais, líquidos (27.7)	(4.344)	(10.846)	(57.206)	(48.809)	(121.205)
	(8.810.299)	(151.744)	(404.360)	(213.514)	(9.579.917)

27.1 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Compra de energia no ambiente regulado - CCEAR	3.917.257	3.149.846	2.919.161
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	1.463.404	1.030.501	1.199.327
Itaipu Binacional	1.787.691	1.766.058	1.316.524
Contratos bilaterais	-	-	89.224
Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa - Proinfa	263.689	216.934	262.316
Micro e mini geradores e recompra de clientes	360.371	151.218	44.957
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre energia elétrica comprada para revenda	(514.913)	(458.185)	(407.302)
	7.277.499	5.856.372	5.424.207

27.2 ENCARGOS DE USO DA REDE ELÉTRICA

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Encargos de uso do sistema	1.468.110	1.198.928	847.781
Encargos dos serviços do sistema - ESS	1.031.770	139.622	34.516
Encargos de transporte de Itaipu	163.797	161.108	214.880
Encargo de energia de reserva - EER	76.328	102.768	52.210
(-) Recursos CONER / Excedentes Financeiros ¹	(143.607)	(93.547)	-
(-) PIS/Pasep e Cofins sobre encargos de uso da rede elétrica	(232.947)	(138.065)	(105.252)
	2.363.451	1.370.814	1.044.135

¹Em 31.12.2021: CONER. Em 31.12.2020: Excedentes financeiros Despacho 986/2020.

27.3 PESSOAL E ADMINISTRADORES

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Pessoal			
Remunerações	399.541	408.923	459.731
Encargos sociais	132.315	133.329	148.830
Auxílio alimentação e educação	66.430	70.511	76.514
Provisão para Participação nos lucros e/ou resultados (a)	203.280	290.072	107.720
Prêmio de desempenho	37.339	34.557	-
Programa de desligamentos voluntários	63.013	53.423	27.509
	901.918	990.815	820.304
Administradores			
Honorários	2.331	2.354	1.826
Encargos sociais	653	512	632
Prêmio de desempenho	424	344	-
Outros gastos	12	12	10
	3.420	3.222	2.468
	905.338	994.037	822.772

(a) De acordo com a Lei Federal nº 10.101/2000, o Decreto Estadual nº 1.978/2007 e a Lei Estadual nº 16.560/2010.

27.4 SERVIÇOS DE TERCEIROS

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Manutenção do sistema elétrico	193.137	168.045	132.276
Comunicação, processamento e transmissão de dados	58.269	56.190	76.521
Manutenção de instalações	44.291	45.094	47.818
Atendimento a consumidor	60.205	54.713	44.935
Leitura e entrega de faturas	52.831	48.895	45.515
Consultoria e auditoria	12.072	7.486	5.972
Outros serviços	29.947	25.431	44.353
	450.752	405.854	397.390

27.5 PERDAS ESTIMADAS, PROVISÕES E REVERSÕES

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Provisão para litígios	89.663	55.117	164.705
Perdas de créditos esperadas de Clientes (6.3)	180.753	122.994	137.482
Perdas de créditos esperadas de Outros créditos	1.443	985	198
Perdas de créditos esperadas	182.196	123.979	137.680
	271.859	179.096	302.385

27.6 CUSTO DE CONSTRUÇÃO

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Material	988.977	663.131	495.620
Serviços de terceiros	554.741	356.491	290.173
Pessoal	135.186	120.358	106.402
Outros	21.985	14.508	11.828
	1.700.889	1.154.488	904.023

27.7 OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDOS

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Perdas na desativação e alienação de bens	5.184	41.519	30.581
Indenizações	38.516	28.761	54.429
Tributos	19.056	17.754	10.759
Propaganda e publicidade	7.666	7.679	7.277
Arrendamentos e aluguéis (27.8)	5.434	43	1.683
Outras receitas, custos e despesas, líquidos	9.608	39.095	16.476
(-) Recuperação de PIS/Pasep e COFINS sobre ICMS NE nº 11.5	-	(810.563)	-
	85.464	(675.712)	121.205

27.8 ARRENDAMENTOS E ALUGUÉIS

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Imóveis	7.042	7.512	8.661
Veículos	26.262	21.057	8.913
Outros	10.482	4.776	5.197
(-) Reclassificação IFRS 16	(37.474)	(32.783)	(20.275)
(-) Créditos de PIS e Cofins	(878)	(519)	(813)
	5.434	43	1.683

28. Resultado Financeiro

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Receitas financeiras			
Reconhecimento de crédito tributário (NE nº 11.5)	22.696	990.612	-
Acréscimos moratórios sobre faturas	306.662	247.294	208.105
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	30.043	42.729	26.332
Renda de aplicações financeiras	31.331	37.865	37.319
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	9.243	35.089	14.934
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 7.1)	35.903	20.169	47.379
Outras receitas financeiras	42.032	23.045	35.463
(-) Pis/Pasep e Cofins sobre receita financeira	(20.213)	(61.820)	(14.380)
	457.697	1.334.983	355.152
(-) Despesas financeiras			
Variação monetária, cambial e encargos da dívida	276.141	173.289	174.474
Variação cambial sobre compra de energia elétrica de Itaipu	58.814	75.478	29.547
Juros sobre P&D e PEE (NE nº 21.2)	14.255	11.022	20.860
Remuneração de ativos e passivos setoriais (NE nº 7.1)	3.745	63	5.753
Outras despesas financeiras	38.273	31.150	43.275
	391.228	291.002	273.909
Resultado Financeiro	66.469	1.043.981	81.243

29. Instrumentos Financeiros

29.1 CATEGORIAS E APURAÇÃO DO VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

	NE nº	Nível	31.12.2021		31.12.2020		31.12.2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros								
Valor justo por meio do resultado								
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	393.317	393.317	1.461.797	1.461.797	1.372.666	1.372.666
Títulos e valores mobiliários (b)	5	1	-	-	752	752	733	733
Títulos e valores mobiliários (b)	5	2	822	822	791	791	773	773
Contas a receber vinculadas à concessão (c)	9	3	1.200.708	1.200.708	960.518	960.518	836.818	836.818
			1.594.847	1.594.847	2.423.858	2.423.858	2.210.990	2.210.990
Custo amortizado								
Cauções e depósitos vinculados (a)			51	51	51	51	51	51
Caução STN (d)	17.1		142.764	115.643	133.521	113.477	98.433	94.671
Clientes (a)	6		3.585.765	3.585.765	2.689.823	2.689.823	2.395.006	2.395.006
Ativos financeiros setoriais (a)	7		767.480	767.480	346.930	346.930	473.989	473.989
			4.496.060	4.468.939	3.170.325	3.150.281	2.967.479	2.963.717
Total dos ativos financeiros			6.090.907	6.063.786	5.594.183	5.574.139	5.178.469	5.174.707
Passivos Financeiros								
Custo amortizado								
Passivos financeiros setoriais (a)	7		293.179	293.179	188.709	188.709	102.284	102.284
Pert* (b)	11.4		421.694	361.080	459.303	377.375	497.207	439.519
PIS/COFINS a restituir consumidores	11.5		3.326.795	3.326.795	3.927.823	3.927.823	-	-
Fornecedores (a)	16		1.743.382	1.743.382	1.632.903	1.632.903	1.111.573	1.111.573
Empréstimos e financiamentos (d)	17		179.747	150.263	184.348	162.742	184.833	181.401
Debêntures (e)	18		3.235.153	3.235.153	2.394.982	2.394.982	2.383.566	2.383.566
Total dos passivos financeiros			9.199.950	9.109.852	8.788.068	8.684.534	4.279.463	4.218.343

*Programa Especial de Regularização Tributária – Pert

Os três níveis de hierarquia para apuração do valor justo são apresentados a seguir:

Nível 1: obtidos de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: obtidos por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo;

Nível 3: obtidos por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado.

29.1.1 APURAÇÃO DOS VALORES JUSTOS

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização;
- Para os ativos classificados como nível 1 e nível 2, calculado de acordo com as informações disponibilizadas pelos agentes financeiros e pelos valores de mercado dos títulos emitidos pelo governo brasileiro.
- Os critérios e as premissas estão divulgados na NE nº 3.3.2.
- Utilizado como premissa básica o custo da última captação realizada pelo Grupo Copel, CDI + spread de 1,38%, para desconto do fluxo de pagamentos esperado;
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2021, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima, líquido do custo financeiro a amortizar.

29.2 GERENCIAMENTO DOS RISCOS FINANCEIROS

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros.

29.2.1 RISCO DE CRÉDITO

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Exposição ao risco de crédito	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Caixa e equivalentes de caixa (a)	393.317	1.461.797	1.372.666
Títulos e valores mobiliários (a)	822	1.543	1.506
Cauções e depósitos vinculados (a)	142.815	133.572	98.484
Clientes (b)	3.585.765	2.689.823	2.395.006
Ativos financeiros setoriais (c)	767.480	346.930	473.989
Contas a receber vinculadas à concessão de distribuição (d)	1.200.708	960.518	836.818
	6.090.907	5.594.183	5.178.469

- A Companhia administra o risco de crédito sobre esses ativos, considerando sua política em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais. Excepcionalmente, por força legal e/ou regulatória, a Companhia aplica recursos em bancos privados considerados de primeira linha.
- Risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Tal risco está diretamente relacionado a fatores internos e externos à Copel Distribuição. Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na gestão de contas a receber, detectando as classes de consumidores com maior possibilidade de inadimplência, implementando políticas específicas de cobrança e/ou exigência de garantias financeiras e suspendendo o fornecimento e/ou o registro de energia e a prestação do serviço, conforme estabelecido em contrato e normas regulamentares. A Companhia possui carteira extremamente pulverizada, atendendo mais de 4,9 milhões de consumidores, sendo que os grandes clientes são monitorados periodicamente de forma a evitar riscos de crédito.

- c. A Administração considera bastante reduzido o risco desse crédito, visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, correspondente aos custos não recuperados por meio de tarifa.
- d. A Administração considera reduzido o risco desse crédito visto que os contratos asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente aos investimentos em infraestrutura não recuperados por meio da tarifa.

29.2.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas. A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas de médio e longo prazos junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais. São desenvolvidas projeções econômico-financeiras de curto, médio e longo prazos, as quais são submetidas à apreciação pelos órgãos da Administração. Anualmente ocorre a aprovação do orçamento empresarial para o próximo exercício. As projeções econômico-financeiras de médio e longo prazos abrangem períodos mensais cobrindo os próximos cinco anos. A projeção de curto prazo considera períodos diários cobrindo os próximos 90 dias.

A Companhia monitora permanentemente o volume de recursos a serem liquidados por meio de controle do fluxo de caixa, objetivando reduzir o custo de captação, o risco de renovação dos empréstimos e a aderência à política de aplicações financeiras, mantendo-se um nível de caixa mínimo.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para os 3 próximos anos seguintes. A partir de 2026, repetem-se os indicadores de 2025 até o horizonte da projeção.

	Juros (a)	Menos de 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
31.12.2021							
Empréstimos e financiamentos	NE nº 17	965	1.968	14.955	174.489	-	192.377
Debêntures	NE nº 18	72	38.903	1.060.734	2.465.418	933.364	4.498.491
Fornecedores	-	1.697.786	21.079	23.558	958	-	1.743.382
Pis e Cofins a restituir a consumidores	NE nº 11.5	-	-	-	3.363.440	-	3.363.440
Pert	Selic	4.375	8.829	41.411	258.120	232.257	544.992
Passivos Financeiros Setoriais	Selic	11.736	23.760	112.857	182.395	-	330.748
Passivo de arrendamentos	NE nº 22.2	3.519	7.065	31.564	68.049	-	110.197
		1.718.453	101.604	1.285.079	6.512.869	1.165.621	10.783.627

Conforme divulgado nas NEs nºs 17.5 e 18.3, a Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

29.2.3 RISCO DE MERCADO

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

29.2.4 RISCO CAMBIAL - DÓLAR NORTE-AMERICANO

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de flutuações nas taxas de câmbio que reduzam saldos ativos ou aumentem saldos passivos em moeda estrangeira. A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais. O efeito da variação cambial decorrente do contrato de compra de energia da Eletrobras (Itaipu) é repassado no próximo reajuste tarifário.

a. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO RISCO CAMBIAL

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto da depreciação cambial do dólar norte-americano sobre seus empréstimos e financiamentos e fornecedores expostos a tais riscos. A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2021, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável considerou-se o saldo com a variação da taxa de câmbio - fim de período (R\$/US\$ 5,50) prevista na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen de 18.02.2022 com exceção aos valores relacionados ao STN que para o cenário provável consideraram-se os saldos efetivamente realizados, uma vez que a operação foi liquidada em 10.03.2022. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco cambial	Risco	Base	Cenários projetados - dez.2022		
		31.12.2021	Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Caução STN (garantia de empréstimo STN)	Baixa do dólar	142.764	(14.967)	(a)	(a)
		142.764	(14.967)		
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos - STN	Alta do dólar	(150.572)	13.425	(a)	(a)
Fornecedores					
Eletrobras (Itaipu)	Alta do dólar	(304.215)	4.388	(70.568)	(145.525)
		(454.787)	17.813	(70.568)	(145.525)

(a) Cenários projetados não avaliados. Valor provável reflete o valor da liquidação da operação, ocorrida em 10.03.2022.

29.2.5 RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

A Companhia não celebrou contratos de derivativos para cobrir este risco, mas vem monitorando continuamente as taxas de juros e indexadores de mercado, a fim de observar eventual necessidade de contratação.

a. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DO RISCO DE TAXA DE JUROS E VARIAÇÕES MONETÁRIAS

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

A avaliação dos instrumentos financeiros considera os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros: Evidenciação. Baseado na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2021, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela abaixo, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

Para o cenário base foram considerados os saldos contábeis registrados na data destas demonstrações financeiras e para o cenário provável consideraram-se os saldos com a variação dos indicadores: CDI/Selic - 12,25%, IPCA - 5,56% e TJLP - 6,55%, previstos na mediana das expectativas de mercado para 2022 do Relatório Focus do Bacen, exceto a TJLP, que considera a projeção interna da Companhia. Adicionalmente, a Companhia mantém o acompanhamento dos cenários 1 e 2, que consideram deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável, em decorrência de eventos extraordinários que possam afetar o cenário econômico.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2021	Cenários projetados - dez.2022		
			Provável	Cenário 1	Cenário 2
Ativos financeiros					
Títulos e valores mobiliários	Baixa CDI/Selic	822	27	20	13
Cauções e depósitos vinculados	Baixa CDI/Selic	51	2	1	1
Ativos financeiros setoriais	Baixa Selic	767.480	94.016	70.512	47.008
Contas a receber vinculadas à concessão	Baixa IPCA	1.200.708	66.759	50.070	33.380
		1.969.061	160.804	120.603	80.402
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	Sem Risco	(29.176)	-	-	-
Debêntures	Alta CDI/Selic	(2.121.298)	(259.859)	(324.824)	(389.789)
Debêntures	Alta IPCA	(1.113.855)	(61.930)	(77.413)	(92.896)
Passivos financeiros setoriais	Alta Selic	(293.179)	(35.914)	(44.893)	(53.872)
Pert	Alta Selic	(421.694)	(51.658)	(64.572)	(77.486)
		(3.979.201)	(409.361)	(511.702)	(614.043)

29.2.6 RISCO QUANTO À ESCASSEZ DE ENERGIA

Aproximadamente 64% da capacidade instalada no país atualmente é proveniente de geração hidrelétrica, conforme informado no Banco de Informações de Geração da Aneel, o que torna o Brasil e a região geográfica em que a Companhia opera sujeitos a condições hidrológicas que são imprevisíveis, devido a desvios não cíclicos da precipitação média.

Condições hidrológicas extremamente desfavoráveis podem acarretar, entre outras coisas, a implementação de programas abrangentes de economia de eletricidade, tais como racionalização ou até redução obrigatória de consumo, como racionamentos.

Desde setembro de 2020, o Sistema Interligado Nacional vem apresentando o pior histórico de Energias Naturais Afluentes ao agregado de seus aproveitamentos. O Ministério de Minas e Energia de demais órgãos do setor estão trabalhando para mitigação de riscos de racionamento, com destaque para um elevado despacho termoelétrico fora da ordem de mérito de custo, bem como a flexibilização de restrições à operação hidrelétrica do sistema.

Adicionalmente, considerando a forte geração eólica no Nordeste e a geração de biomassa no Sudeste, estima-se que o risco de falta energia em 2021 e 2022 seja minimizado, conforme as informações oficiais publicadas até o momento.

De forma a mitigar o risco de atendimento à demanda instantânea, o MME está fazendo gestão sobre os grandes consumidores de energia no sentido de migrar seus consumos dos períodos de maior demanda. O que, de modo geral, significa transferir a produção para as madrugadas. Isso garante o atendimento aos consumidores com maior economicidade, visto que a operação em períodos de elevada demanda instantânea é muito cara.

O Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE tem mantido os indicadores de risco de déficit de energia dentro da margem de segurança, nas projeções de curto prazo, mediante autorização de despacho de geração térmica fora da ordem de mérito de custo pelo ONS, que por sua vez vem despachando os montantes necessários à uma operação segura ao Sistema Interligado Nacional.

Embora os estoques nos reservatórios não sejam os ideais, sob o ponto de vista dos órgãos responsáveis pelo planejamento da operação do sistema, quando combinados com outras variáveis, como vazões afluentes, geração eólica e solar, são suficientes para manter o risco de déficit dentro da margem de segurança estabelecida pelo Conselho Nacional de Política Energética - CNPE (risco máximo de 5%) em todos os subsistemas.

29.2.7 RISCO QUANTO AOS IMPACTOS DO GSF

Os efeitos do GSF, no segmento de distribuição, são percebidos nos custos associados às cotas de Itaipu, de Angra e das usinas cujas concessões foram renovadas de acordo com a Lei 12.783/2013, bem como nos custos dos contratos por disponibilidade celebrados com usinas térmicas. Trata-se, contudo, de um risco financeiro, uma vez que é garantida a neutralidade das despesas com a compra de energia, por meio de repasse tarifário.

29.2.8 RISCO DE NÃO MANTER A CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

O quinto termo aditivo ao contrato de concessão nº 46/1999 da Copel Distribuição impõe condicionantes de eficiência econômico-financeira e indicadores que consideram a duração e a frequência das interrupções do serviço (DECi e FECi). O descumprimento das condições acarretará na extinção da concessão (cláusula décima oitava, subcláusula primeira), respeitadas as disposições do contrato, particularmente o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Em 17 de novembro de 2020, a Aneel homologou a Resolução Normativa nº 896, a qual estabelece os indicadores e procedimentos para acompanhamento da eficiência com relação à continuidade do fornecimento e à gestão econômico-financeira das concessões do serviço público de distribuição de energia elétrica a partir do ano de 2021.

Indicadores e penalidades

Ano	Indicador	Crítérios	Penalidades
até 2020	Eficiência econômico-financeira e de qualidade	2 anos consecutivos ou ao final do período de 5 anos (2020)	extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	2 anos consecutivos ou 3 vezes em 5 anos	limitação de distribuição de dividendos e JCP
	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital ^(a)
A partir de 2021	Eficiência econômico-financeira	no ano base	aporte de capital ^(a) limitação de distribuição de dividendos e JCP
		2 anos consecutivos	regime restritivo de contratos com partes relacionadas extinção da concessão
	Indicadores de qualidade	no ano base	plano de resultados
		2 anos consecutivos	limitação de distribuição de dividendos e JCP
		3 anos consecutivos	extinção da concessão

(a) Em até 180 dias contados do término de cada Exercício Social, na totalidade da insuficiência que ocorrer para o alcance do Parâmetro Mínimo de Sustentabilidade Econômica e Financeira.

Metas definidas para Copel Distribuição no ano de 2021

Considera-se descumprido o critério de eficiência em relação à gestão econômico-financeira quando houver a não conformidade da inequação ou quando o LAJIDA for inferior à QRR. A apuração dos resultados ocorre ao final de cada ano civil, quando da divulgação dos resultados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias – DCR.

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites		Qualidade - realizado	
			DEC _i	FEC _i	DEC _i	FEC _i
2021	{Dívida Líquida / [Lajida (-) QRR ≥ 0]} ≤ 1 / (1,11 * Selic)	-	9,29	6,84	7,20	4,76
Dívida Líquida	Dívida Bruta deduzida dos Ativos Financeiros, à exceção de Ativos e Passivos Financeiros em discussão administrativa ou judicial. As contas que compõe a Dívida Bruta e Ativos Financeiros estão definidas no anexo da REN nº 896/20.					
QRR	Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Este valor será o definido na última Revisão Tarifária Periódica – RTP, atualizada pela variação da Parcela B Regulatória e calculada de forma pró rata.					
LAJIDA ou EBITDA Recorrente:	Recorrente: refere-se ao Lucro Antes de Juros (Resultado Financeiro), Impostos (Tributos sobre a Renda), Depreciação e Amortização.					

Metas definidas à Copel Distribuição de 2016 a 2020:

Ano	Gestão Econômico-Financeira	Realizado	Qualidade - limites ^(a)		Qualidade - realizado	
			DEC _i ^(b)	FEC _i ^(b)	DEC _i	FEC _i
2016			13,61	9,24	10,80	7,14
2017	LAJIDA ≥ 0 ^(c)	Atingido	12,54	8,74	10,41	6,79
2018	LAJIDA (-) QRR ≥ 0 ^(d)	Atingido	11,23	8,24	10,29	6,20
2019	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (0,8 * SELIC) ^(d)	Atingido	10,12	7,74	9,10	6,00
2020	{Dívida Líquida / [LAJIDA (-) QRR]} ≤ 1 / (1,11 * SELIC) ^(e)	Atingido	9,83	7,24	7,81	5,55

- (a) Conforme NT 0335/2015 Aneel.
- (b) DECI - Duração Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora; e FECI - Frequência Equivalente de Interrupção de Origem Interna por Unidade Consumidora.
- (c) Lajida regulatório ajustado por eventos não recorrentes (PDV, benefício pós emprego, provisões e reversões) conforme subcláusula sexta, anexo III, do Quinto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.
- (d) QRR: Quota de Reintegração Regulatória ou Despesa de Depreciação Regulatória. Será o valor definido na última Revisão Tarifária Periódica - RTP, acrescido do IGPM entre o mês anterior ao da RTP e o mês anterior ao do período de 12 meses da aferição de sustentabilidade econômico-financeira.
- (e) Selic: limitada a 12,87% a.a.

29.2.9 RISCO DE SOBRECONTRATAÇÃO E SUBCONTRATAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

No modelo regulatório vigente, o processo de compra de energia elétrica pelas distribuidoras é regulado pela Lei nº 10.484/2014 e pelo Decreto nº 5.163/2004, os quais determinam que a aquisição de energia deve ser em volume necessário para o atendimento de 100% do mercado da distribuidora. A diferença entre os custos remunerados pela tarifa e os efetivamente realizados com a compra de energia são integralmente repassados aos consumidores cativos, desde que a distribuidora apresente nível de contratação entre 100% e 105% do seu mercado, acrescidos dos montantes de sobrecontratação involuntária reconhecidos pelo regulador

Em 2021, a Distribuidora finalizou o ano com um nível de contratação de 107,7%. Estando sobrecontratada voluntariamente, a Copel Distribuição entende que não possui direito de qualquer involuntariedade para o ano. Consequentemente, passa a operar em uma zona de risco, dos volumes contratados “acima dos limites regulatórios” (neste caso, 2,7 p.p. acima do limite de 105%), o que, para o ano em questão, resultou em um efeito financeiro positivo de “bônus”.

Sob a égide dos submódulos do PRORET recentemente aprovados pela REN nº 955/2021, tal efeito contabiliza um bônus estimado de R\$ 73.155 distribuídos entre efeitos de “Sobrecontratação” e “MVE”:

29.3 GERENCIAMENTO DE CAPITAL

A Companhia busca conservar base sólida de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e garantir o desenvolvimento futuro dos negócios. Procura manter também equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionadas por uma posição de capital saudável. Assim, maximiza o retorno para todas as partes interessadas em suas operações, otimizando o saldo de dívidas e patrimônio.

29.4 ENDIVIDAMENTO EM RELAÇÃO AO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A Companhia monitora o capital usando o índice representado pela dívida líquida dividido pelo lucro antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização (Lajida) e ainda, monitora o endividamento em relação ao patrimônio líquido:

Endividamento	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Empréstimos e financiamentos	179.747	184.346	184.759
Debêntures	3.199.601	2.371.058	2.352.660
(-) Caixa e equivalentes de caixa	393.317	1.461.797	1.372.666
(-) Títulos e valores mobiliários	822	1.543	1.506
Dívida líquida	2.985.209	1.092.064	1.163.247
Patrimônio líquido	7.558.556	7.212.914	6.012.244
Endividamento em relação ao patrimônio líquido	0,39	0,15	0,19

30. Transações com Partes Relacionadas

	Ativo			Passivo			Receita			Custo / Despesa		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Controlador												
Estado do Paraná												
Programa luz fraterna (a)	5.590	6.682	7.478									
Programa Morar Bem Paraná (b)	-	1.057	-									
Programa Tarifa Rural Noturna - TRN (c)	10.378	8.168	7.639									
Empregados cedidos (d)	18	29	-									
Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar (e)				391	284	185				(2.398)	(2.294)	(2.171)
Companhia Paranaense de Energia												
Prestação de serviços	4	3	3				11	8	91			
Sistema de distribuição							12	11	79			
Financiamentos repassados - STN (NE nº 17)				150.572	140.337	108.983						
Compartilhamento (l)	304	321	329	3.131	3.790	3.361				(12.165)	(11.800)	(10.630)
Entidades com influência significativa												
BNDES Financiamentos (NE nº 17) (f)				19.595	32.348	51.120				(1.461)	(2.736)	(4.203)
Entidades sob controle comum												
Copel Geração e Transmissão S.A.												
Prestação de serviços	763	538	684				2.437	2.257	3.167			
Sistema de distribuição	927	693	834				7.018	6.819	7.724			
Energia elétrica para revenda (g)				4.145	3.366	3.196				(34.574)	(32.490)	(34.654)
Rede básica e de conexão (g)				22.294	28.636	22.746				(307.609)	(274.179)	(220.349)
Compartilhamento (l)	4.017	4.243	4.346	8.439	6.729	7.261				(11.577)	(6.089)	(8.560)
Copel Telecomunicações S.A.												
Prestação de serviços	-	60	67				154	282	393			
Sistema de distribuição							130	254	306			
Aluguel de estruturas (h)	-	-	-				19.416	26.177	22.916			
Serviços de telecomunicações				-	1.235	2.604				(11.719)	(24.121)	(35.929)
Copel Serviços S.A. (l)	14	15	15	-	-	-	44	54	54			
Copel Comercialização S.A. (l)	132	140	143				417	512	511			
Companhia Paranaense de Gás - Compagas												
Prestação de serviços	41	29	27				155	89	45			
Sistema de distribuição							115	83	35			
Elejor - Centrais Elétricas do Rio Jordão S.A. (i)												
Prestação de serviços	205	60	71				8	6	8			
Sistema de distribuição	2.137	1.314	1.217				21.611	15.539	15.255			
Energia elétrica para revenda				-	-	-				-	-	(89.224)
UEGA												
Prestação de serviços	1	1	3				5	7	15			
Sistema de distribuição							4	6	12			
Costa Oeste Transmissora de Energia S.A.												
Rede básica e de conexão (j) (k)				265	320					(4.152)	(3.438)	(3.162)
Compartilhamento (l)	22	20	24				71	72	87			

	Ativo			Passivo			Receita			Custo / Despesa		
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Marumbi Transmissora de Energia S.A.												
Rede básica (k)				68	62					(791)	(660)	(592)
Compartilhamento (l)	36	31	38				113	114	137			
Uirapuru Transmissora de Energia S.A. (k)				75	113	-				(1.136)	(1.161)	(930)
S. Bento Energ Invest e Partic (l)	21	22	23	-	-	-	66	82	81	-	-	-
Cutia Empreend.Eolicos SPE AS (l)	24	26	27	-	-	-	77	95	94	-	-	-
Nova Asa Branca I Energ. Renováveis (l)	37	39	40	-	-	-	116	143	141	-	-	-
Nova Asa Branca II Energ. Renováveis (l)	38	41	42	-	-	-	122	150	148	-	-	-
Nova Asa Branca III Energ. Renováveis (l)	47	50	51	-	-	-	149	184	182	-	-	-
Nova Eurus IV Energia Renovável (l)	37	39	40	-	-	-	116	143	141	-	-	-
Santa Maria Energia Renovável (l)	38	41	42	-	-	-	122	150	148	-	-	-
Santa Helena Energia Renovável (l)	46	49	50	-	-	-	145	178	177	-	-	-
Ventos de Santo Uriel S.A. (l)	23	24	25	-	-	-	72	88	88	-	-	-
GE Boa Vista (l)	21	22	23	-	-	-	66	82	81	-	-	-
GE Farol (l)	31	33	34	-	-	-	99	122	121	-	-	-
GE Olho D'Água (l)	49	52	53	-	-	-	155	191	189	-	-	-
GE São Bento do Norte (l)	47	50	51	-	-	-	149	184	182	-	-	-
São Bento do Norte I S.A. (l)	51	54	55	-	-	-	160	197	195	-	-	-
São Bento do Norte II S.A. (l)	52	56	57	-	-	-	166	204	202	-	-	-
São Bento do Norte III S.A. (l)	54	57	59	-	-	-	171	211	209	-	-	-
São Miguel I S.A. (l)	49	52	53	-	-	-	155	191	189	-	-	-
São Miguel II S.A. (l)	49	52	54	-	-	-	156	192	190	-	-	-
São Miguel III S.A. (l)	49	52	53	-	-	-	155	191	189	-	-	-
Usina En. Eólica Guajiru S.A. (l)	46	49	50	-	-	-	145	178	177	-	-	-
Usina En. Eólica Jangada S.A. (l)	61	65	67	-	-	-	193	238	236	-	-	-
Usina En. Eólica Potiguar S.A. (l)	61	65	67	-	-	-	193	238	236	-	-	-
Usina En. Eólica Cutia S.A. (l)	75	80	82	-	-	-	238	293	290	-	-	-
Usina En. Eólica Maria Helena S.A. (l)	61	65	67	-	-	-	193	238	236	-	-	-
Usina En. Eólica Esperança Nordest. S.A. (l)	59	63	65	-	-	-	188	231	229	-	-	-
Usina En. Eólica Paraíso Ventos Nordest. S.A. (l)	61	65	67	-	-	-	193	238	236	-	-	-
Pessoal chave da administração												
Honorários e encargos sociais (NE nº 27.3)										(3.420)	(3.222)	(2.468)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19.3)										(319)	(224)	(280)
Outras partes relacionadas												
Sercomtel S.A. Telecomunicações (m)	-	-	4.219				-	3.829	3.655			
Companhia de Saneamento do Paraná (n)				-	-	-				(1.448)	(1.333)	(1.599)
Integração Maranhense Transm. de Energia S.A. (k)				136	122	99				(1.567)	(1.292)	(1.174)
Caiuá Transmissora de Energia S.A. (i) (k)				1.133						(17.275)		
Rede básica e de conexão					1.392	1.497					(16.100)	(14.044)
Cantareira Transmissora de Energia S.A. (k)				443	355	288				(4.379)	(3.764)	(3.449)
Mata de Santa Genebra Transmissão S.A. (k)				1.012	767	10				(8.332)	(5.036)	(215)
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. (k)				785	722	507				(9.181)	(7.150)	(6.142)
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. (k)				363	331	236				(4.227)	(3.411)	(2.939)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. (k)				539	493	390				(6.265)	(5.162)	(4.350)
Fundação Copel												
Aluguel de imóveis administrativos	-	-	-	34.069	1.836	4.786				(2.929)	(869)	(616)
Planos previdenciários e assistenciais (NE nº 19)	-	-	-	850.637	987.985	808.776						
Lactec (o)	-	-	-	1.012	922	723				(435)	(454)	(534)

Referências às Partes relacionadas:

- a. O Programa Luz Fraterna, instituído e alterado pelas leis estaduais nºs 491/2003 e 17.639/2013, estabelece o pagamento do consumo de energia elétrica para beneficiar famílias de baixa renda, residentes no Estado do Paraná, cujos imóveis - unidades consumidoras - sejam utilizados exclusivamente para fins residenciais, seja em área urbana ou rural, e preencham os requisitos estabelecidos nos artigos 3.º e 4.º desta lei.
- b. O Programa Morar Bem Paraná, instituído pelo Decreto n.º 2845/2011, é um convênio entre o Governo do Estado, a Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar e a Copel Distribuição, cuja gestão é realizada pela Cohapar. A principal atribuição da Copel Distribuição neste convênio é a construção das redes de distribuição de energia elétrica e das entradas de serviços das unidades consumidoras dos conjuntos habitacionais.
- c. O Programa Tarifa Rural Noturna do Governo do Estado do Paraná é regulamentado pelo Decreto 1.288 de 30.04.2019. Esse programa prevê o pagamento pelo Governo Estadual à Copel Distribuição do valor correspondente a 60% da tarifa de energia elétrica ativa e dos encargos decorrentes desse serviço, inclusive adicional de bandeira tarifária, da propriedade dos consumidores beneficiários, compreendido no período considerado como consumo noturno, conforme especificado no Decreto 1.288 de 30.04.2019.
- d. Ressarcimento do valor correspondente a remuneração e encargos sociais de empregados cedidos ao Estado do Paraná. Os saldos apresentados são líquidos de PECLD.
- e. O Sistema Meteorológico do Paraná - Simepar é uma unidade complementar do Serviço Social Autônomo Paraná Tecnologia, vinculado à Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. O Simepar mantém contratos com a Copel Distribuição, de prestação de serviços de previsão do tempo, laudos meteorológicos, análise de ampacidade, mapeamento e análise de ventos e descargas atmosféricas.
- f. O BNDES é controlador da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR que tem influência significativa sobre a Copel.
- g. A Companhia mantém com a Copel Geração e Transmissão Contratos de Compra e Venda de Energia no Ambiente Regulado - CCARs, Contratos de Serviços de Transmissão - CPST e Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT.
- h. A Companhia manteve contratos com a Copel Telecomunicações, sendo contratada no compartilhamento de postes e contratante na prestação de serviços de telecomunicações. Em 03.08.2021 houve a privatização da Copel Telecomunicações e esta deixou de ser parte relacionada.
- i. A Companhia manteve contrato de compra e venda de energia até 22.04.2019 e mantém contratos de uso e sistema de distribuição com a Elejor.
- j. A Companhia mantém com as empresas Costa Oeste Transmissora de Energia e Caiuá Transmissora de Energia Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT, com vencimento até a extinção da concessão da distribuidora ou da transmissora, o que ocorrer primeiro.

- k. A Companhia mantém Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST com o ONS e com as concessionárias de transmissão de energia, o qual tem por objeto a contratação do Montante de Uso do Sistema de Transmissão - Must. A contratação é de caráter permanente e é regulamentada pela Resolução Normativa Aneel nº 666/2015. Os montantes são definidos para os quatro anos subsequentes, com revisões anuais.
- l. Contrato de compartilhamento de gastos com pessoal firmado com a Copel Distribuição e as empresas do grupo, anuído pela Aneel. Os valores apresentados no resultado são líquidos e, quando credores, referem-se à recuperação de despesa.
- m. A Companhia mantém, como contratada, contrato de compartilhamento de postes com a Sercomtel S.A Telecomunicações. Em dezembro de 2020 a Sercomtel foi vendida, deixando de ser parte relacionada da Companhia a partir de então.
- n. A Copel Distribuição mantém com a Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, contrato de fornecimento de serviços de Saneamento Básico.
- o. O Instituto de Tecnologia para o Desenvolvimento - Lactec é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - Oscip, na qual a Copel Distribuição é uma associada. O Lactec mantém contratos de prestação de serviços e de pesquisa e desenvolvimento com a Copel Distribuição, submetidos a controle prévio ou a posteriori, com anuência da Aneel.

As transações decorrentes das operações em ambiente regulado são faturadas de acordo com os critérios e definições estabelecidos pelos agentes reguladores.

No que diz respeito à remuneração do pessoal chave da administração, a Companhia não possui obrigações adicionais além dos benefícios de curto prazo divulgados no quadro acima e nas notas explicativas referenciadas.

30.1 AVAIS E GARANTIAS CONCEDIDOS ÀS PARTES RELACIONADAS

Os avais e garantias concedidos pela Copel à Copel Distribuição na emissão de financiamentos e de debêntures são informados nas NEs nos 17 e 18.

31. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo ainda não incorridos, portanto não reconhecidos nas demonstrações financeiras, correspondem a:

	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2019
Contratos de compra e transporte de energia	104.938.555	110.884.716	124.702.400
Aquisição de ativo para obras de distribuição de energia elétrica	1.374.177	978.189	428.441

32. Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Riscos Nomeados	24.08.2022	703.335
Incêndio - imóveis próprios e locados	24.08.2022	700.221
Seguro D&O	28.03.2022	139.513
Garantia Judicial	26.10.2022	11.271
Garantia Judicial	05.05.2024	9.002
Garantia Judicial	30.06.2024	7.273
Garantia Judicial	08.02.2024	6.773
Garantia Judicial	25.01.2024	6.030
Garantia Judicial	25.11.2023	5.745
Garantia Judicial	21.05.2024	5.619

(a) O valor da importância segurada do Seguro D&O foi convertido de dólar para real com a taxa do dia 31.12.2021, de R\$ 5,5805.

Além dos seguros relacionados, a Companhia contrata outras apólices de seguros com menores valores, tais como: seguro de riscos diversos, garantia de pagamento, transporte nacional e internacional. Os seguros de garantia contratados pela Companhia possuem como avalista a Copel.

33. Informações complementares à Demonstração dos Fluxos de Caixa

33.1 TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Em consonância com as informações constantes na NE nº 8, as adições dos Ativos de Concessão totalizaram R\$ 1.774.583 (R\$ 1.386.922 em 2020 e R\$ 1.023.981 em 2019). Deste montante, R\$ 240.718 (R\$ 104.834 em 2020 e R\$ 48.068 em 2019) corresponde ao conjunto de compras efetuadas a prazo, R\$ 33.196 (R\$ 1.872 em 2020 e R\$ 2.338 em 2019) referentes a apropriações e R\$ 2.162 referentes à incorporação de obras em andamento. Essas transações, por não envolverem caixa, não estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa da Companhia.

Conforme NE nº 22.1, as adições e ajustes por remuneração ocorridos no direito de uso de ativos totalizaram R\$ 40.468 (R\$ 72.420 em 2020 e R\$ 6.127 em 2019), sendo que tal reconhecimento teve como contrapartida a rubrica de passivo de arrendamentos.

34. Eventos Subsequentes

34.1 CONTA DE ESCASSEZ HÍDRICA

Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021 que dispôs sobre medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica e dos diferimentos aplicados nos processos tarifários anteriores, autorizando-se a contratação de operação financeira para fazer frente a este cenário. Em 15.03.2022, a ANEEL aprovou resolução que apresenta os critérios e os procedimentos para gestão da Conta Escassez Hídrica, na qual serão alocados os recursos para cobrir, total ou parcialmente, os custos adicionais temporariamente assumidos pelas concessionárias e permissionárias de distribuição relacionados a: I – estimativa do saldo da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias para a competência de abril de 2022; II – custos associados ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia III – custo da importação de energia em decisão homologada pela CREG referente às competências de julho e agosto de 2021; IV – diferimentos de que trata o § 1º-I do art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002 ; V – receita fixa referente às competências de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021. As distribuidoras deverão declarar seus montantes de recursos para à ANEEL, em até 10 dias, após a publicação da resolução, e a agência avaliará e homologará os valores e autorizará a CCEE a realizar os repasses.

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Presidente
Daniel Pimentel Slaviero
Secretário Executivo
Maximiliano Andres Orfali
Membros
Ana Letícia Feller
Marco Antônio Barbosa Cândido
COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO
Presidente
Marco Antônio Barbosa Cândido
Membros
Carlos Biedermann
Luiz Claudio Maia Vieira
CONSELHO FISCAL
Membros titulares
Demetrius Nichele Macei
Harry Françóia Júnior
José Paulo da Silva Filho
Membros suplentes
Vaga em aberto
Otamir Cesar Martins
Verônica Peixoto Coelho
DIRETORIA
Diretor Geral
Maximiliano Andres Orfali
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Adriano Rudek de Moura
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
CONTADOR
Robson Carlos Nogueira
CRC-PR- 047941/O-4

RELATÓRIO ANUAL DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

1. APRESENTAÇÃO E INFORMAÇÕES GERAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário - CAE da Copel está previsto na Seção I do Capítulo V do Estatuto Social, sendo composto por 03 (três) a 05 (cinco) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, eleitos e destituíveis por tal órgão, todos com prazo de mandato unificado de 02 (dois) anos, permitidas, no máximo, 03 (três) reconduções consecutivas. Na composição do CAE são observados os seguintes parâmetros:

- I. ter a maioria de membros independentes nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016;*
- II. no mínimo, 01 (um) membro com experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente;*
- III. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê deverá ser integrante do Conselho de Administração;*
- IV. no mínimo 01(um) dos membros do Comitê não será membro do Conselho de Administração e deverá ser escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e*
- V. o Presidente do Comitê deverá ser membro do Conselho de Administração.*

As características, composição, funcionamento e competências do Colegiado são estabelecidas em Regimento Interno específico. Esse Comitê assessora e reporta-se ao Conselho de Administração - CAD, ao qual está diretamente vinculado.

Dentre as principais atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário estão a de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis e financeiras da Companhia; pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela atuação, independência e qualidade do trabalho da empresa de Auditoria Independente contratada para emitir parecer sobre as demonstrações contábeis e financeiras; pela atuação e qualidade do trabalho da Auditoria Interna e pela qualidade e eficiência dos sistemas de controles internos e de administração de riscos.

Desde 2019, o CAE conta com plano de trabalho para apoiar suas atividades. Inicialmente, o plano foi desenvolvido pela consultoria *PricewaterhouseCoopers* - PwC, em conjunto com a Auditoria Interna da Copel. No desenvolvimento do plano foram consideradas a legislação vigente, normativas internas e boas práticas de mercado. Para estudo e desenvolvimento desse plano, a PwC utilizou a seguinte metodologia de trabalho: mapeamento das responsabilidades do CAE; plano para atender as responsabilidades; referências de *benchmarks*; aspectos sobre treinamentos e discussões com o Colegiado. Como resultado, a consultoria apresentou plano de trabalho listando as exigências e recomendações para atuação do CAE, bem como cronograma para execução dessas atividades ao longo de um ano. A estrutura desse cronograma contempla os assuntos a serem tratados; a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509/2011, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano.

Em 2021, por solicitação do CAE, houve um trabalho de reestruturação do plano de trabalho, com vistas ao seu aprimoramento, com apoio da consultoria Ernst & Young – EY, em conjunto com a assessoria do CAE, Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária – SEC. A reestruturação considerou a legislação vigente, Estatuto Social, demais normativas internas e boas práticas de mercado. A metodologia de trabalho incluiu: revisão das responsabilidades do CAE; forma de atendimento das responsabilidades; referências de *benchmarks*; interações com Auditoria Interna da Copel e Secretaria de Governança Societária e discussões com o Colegiado. Como resultado, considerando o relatório apresentado pela consultoria, foi elaborado o Plano de Trabalho Anual do CAE 2022, incluindo cronograma detalhado dos assuntos a serem tratados e a área interna responsável pelo apoio; a atividade a ser desenvolvida; as referências em relação à Lei nº 13.313/2016, à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx 301/407, à Instrução CVM 509, e a boas práticas de governança; a frequência de apresentação dos assuntos e a duração estimada para sua discussão e a distribuição desses temas ao longo do ano de forma a otimizar a agenda do colegiado.

O Plano de Trabalho Anual do CAE 2022 traz 20 temas principais, distribuídos em 86 pautas fixas ao longo

do ano, distribuídas em suas 12 reuniões ordinárias.

A auditoria independente, atualmente *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes - Deloitte*, é responsável pela auditoria das Demonstrações Contábeis e deve assegurar que essas apresentem, de forma adequada, a posição patrimonial e financeira da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais (GeT, DIS, CTE¹, COM, SERVIÇOS e Eólicas) e controladas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, já adequadas aos padrões internacionais de contabilidade, e as normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel. Além disso, a Deloitte também é responsável por avaliar o ambiente de controles internos da Copel Holding e das subsidiárias integrais uma vez que essas são sujeitas à lei americana *Sarbanes-Oxley - SOx*.

O Comitê de Auditoria Estatutário elaborará, anualmente, o Relatório do Comitê de Auditoria Estatutário, contendo as seguintes informações: (i) suas atividades, resultados, conclusões e recomendações no período, incluindo análise da eficácia de tais atividades; (ii) avaliação da efetividade dos sistemas de controles internos e gestão de riscos, registrando eventuais deficiências; (iii) descrição das recomendações apresentadas às diretorias, registrando aquelas não acatadas e justificativas para tanto; (iv) avaliação da efetividade do trabalho da empresa de auditoria independente e da Auditoria Interna, verificando, inclusive, o cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas da Companhia, registrando eventuais deficiências; e (v) avaliação das demonstrações contábeis e financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no exterior, além do cumprimento de normas editadas por agências reguladoras, registrando as divergências e eventuais deficiências.

2. HISTÓRICO DA COMPOSIÇÃO DO COMITÊ

Criado inicialmente para adequação da Companhia às exigências contidas na Lei *Sarbanes-Oxley - Sox*, que regulamenta a atuação das empresas abertas que possuem ações em negociação na bolsa de valores NYSE dos Estados Unidos, o Comitê de Auditoria, vinculado ao Conselho de Administração, atua desde maio/2005. Com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada na 195ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, de 07.06.2017, o Colegiado passou a se denominar Comitê de Auditoria Estatutário - CAE.

Em 11.03.2021, com a alteração do Estatuto Social da Companhia, aprovada pela 201ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, o Comitê de Auditoria Estatutário teve alteração, quando passou a ser permitida a composição entre 03 (três) a 05 (cinco) membros, desde que a maioria destes se enquadrasse nos critérios de independência nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016; que no mínimo, 01 (um) membro apresentasse experiência profissional reconhecida em assuntos de contabilidade societária, auditoria e finanças, que o caracterize como “especialista financeiro” nos termos da legislação vigente; que no mínimo 01(um) dos membros fosse integrante do Conselho de Administração; no mínimo 01(um) do membro externo, escolhido dentre pessoas de mercado de notória experiência e capacidade técnica; e que o Presidente do Comitê fosse membro do Conselho de Administração.

Em 2021, o Comitê teve a seguinte composição, eleita para o mandato 2021/2023: Conselheiros Marco Antônio Barbosa Cândido (como Presidente), Carlos Biedermann (como especialista financeiro) e Luiz Cláudio Maia Vieira (profissional externo), todos membros independentes, em conformidade com a Lei Federal nº 13.303/2016, e que atendem aos requisitos de independência impostos pela Securities and Exchange Commission - SEC e pela New York Stock Exchange - NYSE.

Considerando a necessidade do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de disponibilização de profissional interno, com dedicação exclusiva, para assessorá-lo no desempenho de suas atribuições, foi deliberado na 226ª Reunião do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, de 06.11.2020, a designação do assessor do CAE da Copel, Adilson Dvulathca (registro 49438), conforme a Circular-058/2020, de 10.11.2020.

¹ Ver NE nº 41, em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

3. RESUMO DAS ATIVIDADES EM 2021

3.1. REUNIÕES REALIZADAS E PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

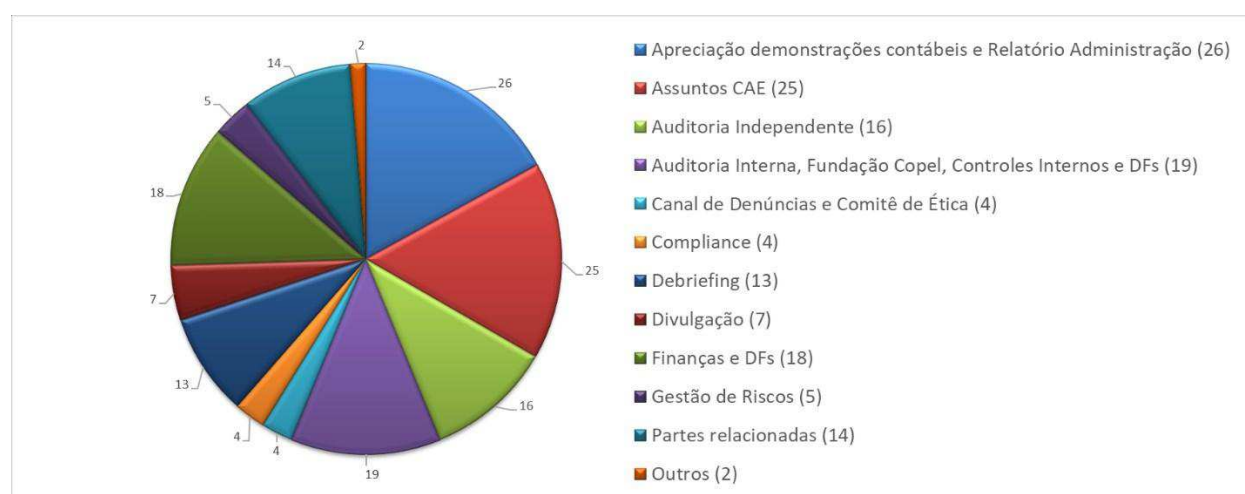
As pautas das reuniões realizadas em 2021 foram baseadas no plano de trabalho, elaborado para o Comitê de Auditoria Estatutário, que indica os seguintes assuntos para a discussão do Colegiado ao longo do ano, distribuídos em, no mínimo, 12 reuniões: apreciação de informações contábeis; auditoria externa; canal de comunicação confidencial; capacitação; compliance; contratações/consultorias; controles internos, auditoria interna e DFs; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; gestão de riscos; orçamento; outros assuntos extraordinários; partes relacionadas; regimento interno CAE e normativas internas da Copel relativas ao CAE.

No período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, foram realizadas 20 reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário da Copel, que contemplaram 153 pautas, envolvendo os membros da Diretoria Executiva, Gerentes, Auditores Internos e Auditores Independentes.

As deliberações tomadas e as recomendações formuladas pelo CAE foram devidamente formalizadas em atas. Foram relatados, mensalmente, nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração - CAD, os principais temas tratados nas reuniões, detalhando as atividades e recomendações dirigidas para as diversas áreas da Companhia e suas subsidiárias, controladas e coligadas, os debates e os resultados dos monitoramentos das atividades dos Auditores Internos e dos Auditores Independentes. Esses relatos foram registrados de forma resumida nas atas do Conselho de Administração.

PAUTAS POR TEMAS:

O resumo do alcance das pautas realizadas é o seguinte:



3.2. AUDITORIA INDEPENDENTE

No decorrer de 2021, foram contempladas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 16 pautas com participação da Auditoria Independente. Essas pautas abordaram o andamento dos trabalhos da Auditoria Independente Deloitte para o Formulário 20-F, de 2020; o planejamento dos trabalhos da Auditoria Independente para 2021; controles internos; a análise dos assuntos significativos endereçados pelo Auditor Independente; o monitoramento de status dos planos de ação e/ou projetos para mitigar as deficiências apontadas pela auditoria independente, ao longo do período de 2021; contratação de serviços adicionais relacionados à Auditoria Independente da Copel Distribuição S.A.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência dos auditores independentes. Em decorrência, o Comitê de Auditoria Estatutário avalia positivamente a

cobertura e a qualidade dos trabalhos realizados pela Auditoria Independente concernentes às demonstrações financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2021.

Mensalmente são monitoradas, pelo Colegiado, as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria independente.

3.3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS e RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

No decorrer de 2021, foram realizadas 26 pautas, sendo que em todas foram apreciadas as demonstrações contábeis e em 9 pautas, o Relatório da Administração. Essas pautas abordaram a análise e recomendação para aprovação do Relatório Anual da Administração e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2020; a revisão preliminar das Demonstrações Financeiras Intermediárias - 1º, 2º e 3º Trimestres de 2021; a Proposta da Diretoria para a Destinação do Lucro Líquido Verificado no Exercício de 2020 e para Pagamento de Participação referente à Integração entre o Capital e o Trabalho e Incentivo à Produtividade.

O Comitê discutiu com os Auditores Independentes os resultados dos trabalhos, os Principais Assuntos de Auditoria descritos em seu relatório e as suas conclusões sobre a auditoria das referidas demonstrações financeiras, cuja opinião se apresenta sem ressalvas. Os principais pontos discutidos também se relacionaram com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e, ainda, com recomendações e demais apontamentos nos relatórios de controles internos e apresentação das demonstrações financeiras. O Comitê verificou que as Demonstrações Financeiras da Companhia - Copel Holding e consolidado das subsidiárias integrais e controladas - estão apropriadas em relação às práticas contábeis e à legislação societária brasileira, bem como às normas editadas pelas Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel², bem como às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas *pelo International Accounting Standards Board - IASB*, e das normas emitidas pela *Securities and Exchange Commission - SEC* e Lei Sarbanes-Oxley - SOx.

3.4. AUDITORIA INTERNA

No decorrer de 2021, foram tratadas 19 pautas com a Auditoria Interna, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê fez o acompanhamento das atividades da Auditoria Interna e a verificação de suas recomendações, aprovou o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - Raint 2020 e o Plano Anual da Auditoria Interna - Paint 2020/2021; e teve ciência da avaliação da Auditoria Interna sobre a Gestão de Riscos na Companhia e sobre os trabalhos relativos à Lei *Sarbanes-Oxley* - SOx.

Na 240ª Reunião, de 13.07.2021, a Fundação Copel de Previdência e Assistência Social apresentou informações a respeito dos Planos Previdenciários patrocinados pela Copel e administrados pela Fundação Copel e os impactos da pandemia Covid-19 na Carteira de Investimentos da Fundação Copel. Na 248ª Reunião, de 07.12.2021, a Fundação Copel apresentou o acompanhamento dos Planos Previdenciários.

O Comitê avalia como satisfatório o volume e a qualidade das informações fornecidas, as quais apoiam sua opinião acerca da adequação e integridade dos sistemas de controles internos e das demonstrações financeiras. Não foram identificadas situações que pudessem afetar a objetividade e a independência da auditoria interna. Em decorrência, o Comitê de Auditoria

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à auditoria interna.

3.5. SISTEMAS DE CONTROLES INTERNOS

No decorrer de 2021, foram tratadas 8 pautas sobre controles internos, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Nesse período, o Comitê recebeu reporte dos trabalhos relativos a controles internos; e recebeu a atualização do status de auditoria, pela Deloitte, desses Controles Internos.

² Ver NE nº 41, em 03.08.2021 foi concluído o desinvestimento da Copel Telecomunicações S.A.

A metodologia adotada pela Companhia para a análise dos controles internos está em consonância com a estrutura do *Internal Control - Integrated Framework*, definido pelo *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (COSO)*, e com a *Lei Sarbanes-Oxley - SOx*. A Administração da Companhia é responsável pela implantação de políticas, procedimentos, processos e práticas de controles internos que propiciem a salvaguarda de ativos, o tempestivo reconhecimento de passivos, a aderência às regras e a integridade e precisão das informações. A Auditoria Interna é responsável por aferir o grau de atendimento ou observância, por todas as áreas da Companhia, dos procedimentos e práticas de controles internos e que esses se encontrem em efetiva aplicação.

O Colegiado também estimulou e validou a criação de instrumentos de controle (Políticas Internas, Normas Administrativas, entre outros) para assegurar o bom andamento das atividades da Companhia, inclusive extensivos a suas empresas controladas e coligadas.

Embora o tema tenha sido tratado em pautas específicas, o assunto permeia os demais itens da pauta de trabalho do Colegiado, tendo sido intensamente discutido no decorrer do ano pelos membros do CAE. Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a sistemas de controles internos.

3.6. OUVIDORIA E CANAL DE DENÚNCIAS

No decorrer de 2021, foram tratadas, em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, 4 pautas do Canal de Denúncias. Essas pautas abordaram o acompanhamento do Canal de Denúncias e o acompanhamento ao longo do ano, em reuniões específicas, acerca de denúncias recebidas pelo Canal que tiveram, em função de sua natureza, tratamento mais intensivo de investigação através da Auditoria Interna.

Trimestralmente é apresentado ao CAE o Acompanhamento do Canal de Denúncias pela área de Compliance e, mensalmente, a Auditoria apresenta as apurações relacionadas às denúncias recebidas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à Ouvidoria e Canal de Denúncias.

3.7. GESTÃO E MONITORAMENTO DE RISCOS

No decorrer de 2021, foram tratadas 5 pautas de Gestão e Monitoramento de Riscos em reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário. Essas pautas abordaram o reporte dos trabalhos relativos à gestão de riscos, a revisão dos riscos estratégicos e a revisão do Programa de Integridade da Companhia.

O CAE, com o intuito de reforçar a qualidade da matriz de riscos, determinou que fosse adicionada à Política de Gestão Integrada de Riscos Corporativos, a necessidade de análise trimestral, por parte do Comitê, e semestral por parte do Conselho de Administração, da matriz de Riscos, bem como os planos de mitigação decorrentes. Além disso, foi objeto de análise pelo comitê a revisão da Política de Gestão de Riscos da Companhia.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos à gestão e monitoramento de riscos.

3.8. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

O Comitê de Auditoria Estatutário tem como uma de suas atribuições "avaliar e monitorar, juntamente com a Administração e a área de Auditoria Interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia".

No decorrer de 2021, foram tratadas 14 pautas de transações com partes relacionadas, em reuniões do CAE. Essas pautas abordaram, além da recomendação para aprovação das transações em si, a revisão

da Política de Transações com Partes Relacionadas e Conflitos de Interesses e o monitoramento das operações/transações com Partes Relacionadas.

Mensalmente são monitoradas pelo Colegiado as deliberações tomadas sobre temas relativos a transações com partes relacionadas.

3.9. OUTRAS ATIVIDADES

Além das atividades acima mencionadas, o Comitê de Auditoria Estatutário tratou de outras pautas em reuniões periódicas, relacionadas aos assuntos já indicados neste relatório e demais assuntos indicados em plano de trabalho do CAE, os quais são compliance; *debriefing*; divulgação; finanças e DFs; monitoramento das deliberações; orçamento; e regulamentos de independência CAE. Ainda, os demais assuntos indicados também foram contemplados, quando aplicável, nas demais pautas citadas anteriormente neste relatório.

Nessas pautas tratadas, foram base Políticas Internas da Companhia como: de aplicação financeira, de investimentos, de contratação de serviços de auditoria independente, de integridade e atualização do programa de integridade.

Em relação a controladas e coligadas, o CAE, fez o monitoramento ao longo do ano em suas reuniões, conforme as atribuições definidas em seu Regimento Interno, considerando a relevância, a materialidade e os riscos dos negócios dos quais participa a Companhia.

No âmbito de sua programação para 2021, o Comitê de Auditoria Estatutário discutiu seu plano de trabalho, além de analisar os resultados das avaliações de desempenho do Colegiado.

Considerando a necessidade de disponibilização de profissional interno com dedicação exclusiva para assessor no desempenho das atribuições do Comitê de Auditoria Estatutário – CAE, desde 2020 foi designado como Assessor do CAE da Copel, Adilson Dvulathca (registro 49438), conforme a Circular-058/2020, de 10.11.2020, em atendimento à deliberação da 226ª reunião, de 06.11.2020.

4. COMUNICAÇÕES DO COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

4.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Comitê de Auditoria Estatutário reporta suas atividades mensalmente nas reuniões ordinárias do Conselho de Administração, apresentando os assuntos tratados, seu posicionamento e solicitações realizadas para as diversas áreas da Companhia. Em deliberações específicas, o Comitê de Auditoria Estatutário emite nota ao Conselho de Administração, com seu posicionamento e recomendações.

4.2. ALTA ADMINISTRAÇÃO - DIRETORIA EXECUTIVA E GERENTES

Para todas as reuniões do Comitê de Auditoria Estatutário, as Diretorias envolvidas nos temas a serem discutidos são convidadas e indicam a participação dos Gerentes das áreas responsáveis pelas pautas a serem tratadas. Além disso, também ocorre das Gerências Executivas, através de suas Diretorias, realizarem a proposição de pautas para apresentação no Comitê de Auditoria Estatutário, no que for pertinente às atribuições desse Comitê, principalmente àquelas matérias que serão submetidas para apreciação e deliberação do Conselho de Administração.

5. RECOMENDAÇÕES À DIRETORIA EXECUTIVA

- Reporte do Comitê de Ética e Canal de Denúncias.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do reporte periódico do Comitê de Ética e Canal de Denúncias à necessidade de registros formais com relação às advertências aplicadas pela Companhia nos casos tratados no Comitê de Ética e a possibilidade, a ser verificada pela DRC, de definir no Código de Conduta, regras para quarentena para os empregados que se desligam da Companhia.

- Elaboração e aprovação das DFs.

O Comitê de Auditoria Estatutário solicitou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores – DFI a análise quanto a possibilidade de ajuste no cronograma para deliberações sobre as Demonstrações Financeiras - DFs e demais temas correlatos das Subsidiárias Integrais da Copel (Holding) e deliberação das DFs da Copel (Holding).

Adicionalmente, solicitou à DFI a apresentação sobre seus projetos e oportunidades de melhorias nos processos para atendimento às necessidades da Companhia.

- Processo de licitação de serviços de Auditor Independente.

O CAE recomendou à Diretoria de Finanças e de Relações com Investidores – DFI que nos processos licitatórios para contratação de serviços de auditoria independente, sejam vedação de cobrança de horas adicionais sem negociação e aprovação prévia e que a Auditoria Interna revise o processo previamente à divulgação do resultado final. O CAE acompanha a qualidade da execução do contrato de auditoria independente, bem como as condições para sua renovação. Adicionalmente, o Comitê alinhou o modus operandi com a auditoria independente quanto aos prazos e cronograma de reuniões do colegiado de forma a assegurar sinergia no processo.

- Reporte trimestral sobre o monitoramento do portfólio de riscos da Companhia.

O CAE recomendou à Diretoria de Governança, Risco e Compliance – DRC, por ocasião do monitoramento do portfólio de riscos da Companhia, a manutenção dos reportes trimestrais, e que, na próxima revisão do Portfólio, sejam revistos a probabilidade e o impacto dos riscos, a fim de melhorar a sua comparabilidade.

- Reporte dos trabalhos de cibersegurança

O Comitê de Auditoria Estatutário da Copel vem sistematicamente envidando esforços para acompanhar as melhorias promovidas pela Companhia em relação à cibersegurança. O tema é pauta periódica do colegiado em suas reuniões, tendo apoio tanto da Diretoria de Gestão Empresarial, quanto da Diretoria Reunida, Auditoria Interna e Auditoria Independente.

Os Membros do Comitê afirmaram que diversas providências foram solicitadas à Diretoria da Companhia, em especial robustez nos sistemas de controles internos da Copel e de suas Subsidiárias Integrais, acompanhamento e monitoramento mensais das deficiências apontadas pela auditoria externa, contratação de consultoria independente para auxiliar no processo de revisão dos controles internos do grupo Copel, dentre outras medidas que podem ser evidenciadas nas atas de reuniões deste Comitê.

- Auditoria Interna

O CAE recomendou à Auditoria Interna a avaliação junto à auditoria externa, Deloitte, dos requisitos necessários para que os trabalhos da Auditoria Interna possam ser utilizados pelos auditores independentes, para otimização de esforços.

Por ocasião da aprovação do PAINT, o CAE solicitou à Auditoria Interna revisão do seu “Plano de Treinamento da Auditoria Interna para 2022”, considerando as tendências de mercado e evolução do quadro de empregados da Companhia.

- Adaptação à LGPD

Por ocasião do reporte sobre as ações da Companhia para adaptação à Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, o CAE solicitou à D.P.O. que os eventos adversos ou extraordinários sobre a LGPD devem ser comunicados tempestivamente ao CAE e ao CAD.

6. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÃO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame e análise das Demonstrações Contábeis da Companhia - Copel (Holding) e consolidado das subsidiárias integrais e controladas, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo CAE — anteriormente aqui descritos de forma sumarizada — assim como em razão das informações prestadas pela Administração

da Companhia e pela *Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes*, os membros do Comitê de Auditoria Estatutário julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Contábeis auditadas relativas a 31.12.2021, no Relatório Anual 2021, recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Curitiba, 15 de março de 2022.

MARCO ANTÔNIO BARBOSA CÂNDIDO
Presidente

CARLOS BIEDERMANN
Especialista Financeiro

LUIZ CLÁUDIO MAIA VIEIRA
Membro Externo

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL

Em conformidade com a Instrução CVM Nº 480/2009, em vigor a partir de 1º.01.2010, abaixo se encontra demonstrada a proposta de orçamento de capital para o ano de 2022 da Copel Distribuição S.A, aprovada na 221ª reunião ordinária do Conselho de Administração da Companhia Paranaense de Energia, realizada em 08.12.2021, bem como a origem dos recursos.

PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	R\$ Mil
Distribuição	1.634.493
TOTAL	1.634.493

FONTES DE RECURSOS	R\$ Mil
Recursos de Terceiros	741.667
Novas captações - Outras Instituições Financeiras	741.667
Recursos Próprios, oriundos de retenção de lucros e geração de caixa das operações da Companhia	892.826
TOTAL	1.634.493

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE O RELATÓRIO ANUAL DA
ADMINISTRAÇÃO E AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO
EXERCÍCIO DE 2021 E SOBRE A PROPOSTA DA DIRETORIA PARA DESTINAÇÃO
DO LUCRO LÍQUIDO VERIFICADO NO EXERCÍCIO DE 2021**

Os membros do Conselho Fiscal da Copel Distribuição S.A. - Copel DIS, abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais e estatutárias, procederam ao exame do Relatório Anual e das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31.12.2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas e a Proposta da Diretoria para Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2021. As minutas foram recebidas e analisadas individualmente pelos Conselheiros e discutidas com a administração previamente. Com base nos trabalhos e discussões desenvolvidos ao longo do exercício, nas análises e entrevistas efetuadas, nos acompanhamentos e esclarecimentos prestados pela Administração e pela Auditoria Independente sobre os controles internos, e considerando ainda o Relatório do Auditor Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras, emitido sem ressalvas, os conselheiros fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas Demonstrações Financeiras e opinam que referidas Demonstrações estão em condições de ser encaminhadas à deliberação da Assembleia Geral de Acionistas.

Curitiba, 22 de março de 2022

DEMETRIUS NICHELE MACEI
Presidente

OTAMIR CESAR MARTINS

JOSÉ PAULO DA SILVA FILHO

PARECER DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Copel Distribuição S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Copel Distribuição S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações de resultados, de resultado abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Copel Distribuição S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seu respectivo fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica

Conforme descrito nas notas explicativas 3.7 e nº 26 às demonstrações financeiras, a Companhia registra a receita não faturada calculada entre a data da última leitura e o encerramento do mês, por estimativa, com base na média do último faturamento. A Companhia fatura mensalmente consumidores com base na energia medida. A receita não faturada é estimada entre a data da última leitura e o final do mês, tendo como base o faturamento do mês anterior, sendo assim reconhecida como receita no final do mês em que o serviço foi prestado. Ao final de cada mês, a quantidade de energia entregue aos consumidores desde a data da última leitura do medidor é estimada e a receita não faturada correspondente é determinada considerando o consumo diário estimado e as tarifas aplicáveis por classe de consumidor, refletindo tendências históricas e experiências significativas. As diferenças entre a receita não faturada estimada e real são reconhecidas no mês seguinte.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido aos julgamentos necessários à auditoria do reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica e disponibilidade da rede elétrica, incluindo os métodos e premissas utilizados para estimar receitas não faturadas, bem como o uso de sistemas automatizados para processar e registrar receitas. A execução de procedimentos de auditoria na receita exigiu um alto grau de julgamento do auditor e amplo esforço de auditoria, incluindo o envolvimento de nossos especialistas em Tecnologia da Informação - TI.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo de medição de volumes de energia e preços, bem como controles sobre estimativas de receita não faturada; (b) envolvimento de nossos especialistas em tecnologia da informação para a identificação dos sistemas relevantes utilizados para o processamento das transações de receita, teste dos controles gerais de tecnologia da informação referentes ao acesso, modificação e operação desses sistemas e testes de controles de interface de sistema e controles automatizados relacionados aos fluxos relevantes da receita, bem como os controles de estimativas para garantir a precisão e integridade de receita; (c) avaliação da adequação e consistência dos métodos e premissas utilizados pela Diretoria para desenvolver as estimativas de receita não faturada, teste da acuracidade matemática das estimativas elaboradas pela Diretoria para a receita não faturada e avaliação da capacidade da Diretoria de estimar a receita não faturada com precisão, comparando a receita real subsequente com as estimativas históricas da Diretoria para os grupos de receita relacionados; (d) a execução de teste que compreendeu desenvolver uma expectativa independente do montante das receitas e sua comparação com as receitas efetivamente reconhecidas; e (e) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Provisões para litígios e passivo contingente

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.6 e nº 24 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos perante diferentes tribunais. Com base em avaliações feitas pelos seus assessores jurídicos, a Diretoria reconhece uma provisão para aqueles processos cujas perdas são consideradas prováveis. A Diretoria da Companhia entende que não é viável fornecer informações sobre o tempo esperado de eventuais saídas de caixa decorrentes desses processos judiciais em que a Companhia esteja envolvida, devido ao ritmo lento e à imprevisibilidade dos sistemas jurídicos, fiscais e regulatórios brasileiros, considerando que a resolução final do processo para o qual foi reconhecida uma provisão depende da conclusão dos procedimentos dos tribunais.

Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria em virtude do julgamento necessário para determinar os prognósticos de perda, a subjetividade para mensurar a provisão para litígios e elaborar

as divulgações necessárias para as demonstrações financeiras, sendo necessário a utilização de conhecimento técnico e histórico da Companhia e a análise de jurisprudências aplicáveis e individualizadas dos processos pela Diretoria.

Para responder este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho, da implementação e da efetividade dos controles internos relevantes sobre as provisões para litígios e avaliação de passivo contingente, incluindo aqueles sobre a integridade e a revisão de processos novos e em andamento, bem como controles sobre a mensuração de potenciais perdas; (b) testes, com o auxílio de nossos especialistas em tecnologia da informação, sobre os controles gerais de tecnologia da informação dos sistemas informatizados utilizados pela Diretoria para monitorar e avaliar os processos em andamento; (c) teste da integridade e exatidão da base de dados utilizada pela Diretoria para determinação dos prognósticos de perda e mensuração de potenciais perdas; (d) confirmação independente com os assessores jurídicos externos e internos dos processos quanto à classificação do prognóstico do risco de perda para a Companhia, incluindo o valor envolvido; (e) leitura das atas de reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria para evidência de eventuais contingências não divulgadas ou provisões não reconhecidas (f) avaliação das premissas e dos julgamentos utilizados pela Diretoria no desenvolvimento dessas estimativas, contando com o auxílio de nossos especialistas tributários e ambientais; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Diretoria nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que as provisões para litígios estimadas pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações das provisões e passivo contingente, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ênfase

Assuntos relacionados à COVID-19

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, na qual a Companhia descreve os efeitos e potenciais efeitos da COVID-19 em suas operações, bem como as ações planejadas e as ações tomadas até o momento. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as

demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A Diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou

condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 22 de março de 2022

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR

Jonas Dal Ponte
Contador
CRC nº RS 058908/O-1

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

Pelo presente instrumento, como membros da Diretoria Executiva da Copel Distribuição S.A. – Copel DIS, sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede na Rua José Izidoro Biazzetto, 158, Bloco C, Curitiba - PR, inscrita no CNPJ sob o nº 04.368.898/0001-06, para fins do disposto na Instrução CVM nº 480/2009, declaramos que:

(I) revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório de auditoria da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes relativamente às demonstrações financeiras da Copel DIS do exercício findo em 31.12.2021; e

(II) revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras da Copel DIS, relativas ao exercício findo em 31.12.2021.

E, por ser verdade, firmamos a presente.

Curitiba, 22 de março de 2022.

(assinado eletronicamente)
Maximiliano Andres Orfali
Diretor Geral
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Adriano Rudek de Moura
Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Hemerson Luiz Barbosa Pedroso
Diretor Comercial, de Regulação e de Gestão
Copel Distribuição S.A.

(assinado eletronicamente)
Eduardo Vieira de Souza Barbosa
Diretor Jurídico e de Relações Institucionais
Copel Distribuição S.A.

Em atendimento à Resolução Normativa nº 396 de 23.02.2010 da Aneel, informamos que as Demonstrações Financeiras Societárias estarão disponíveis no site da Copel <https://ri.copel.com>, a partir de 22.03.2022 e as Demonstrações Contábeis Regulatórias a partir de 29.04.2022.



Estas demonstrações financeiras
estão publicadas no site da Copel.
Utilize a câmera do seu smartphone
para ler o código ao lado.

